PATRIMÔNIO:
PRÁTICAS E REFLEXÕES

A QUESTÃO DO NACIONAL NO IPHAN

III OFICINA DE PESQUISA

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
João Luiz Silva Ferreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Luiz Fernando de Almeida

Procurador Chefe
Antônio Fernando Alves Leal Neri

Departamento de Planejamento e Administração
Maria Emília Nascimento Santos

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
Dalmo Vieira Filho

Departamento do Patrimônio Imaterial
Márcia Genésia de Sant'Anna

Departamento de Articulação e Fomento
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Coordenadora-Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc)
Lia Motta

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PATRIMÔNIO:
PRÁTICAS E REFLEXÕES

A QUESTÃO DO NACIONAL NO IPHAN

III OFICINA DE PESQUISA

Rio de Janeiro, Copedoc/DAF/IPHAN, 2009

Patrimônio: Práticas e Reflexões nº 5

A questão do nacional no IPHAN:
Anais da III Oficina de Pesquisa

Organização
Coordenação-Geral de Pesquisa e
Documentação/DAF/IPHAN

Projeto Gráfico
Marcela Perroni - Ventura Design

Edição de arte
e tratamento de imagens
Oswaldo Ulhoa

Foto Capa
Oscar Henrique Liberal

Revisão Técnica
Claudia Feierabend Baeta Leal
Luciano dos Santos Teixeira
Catarina Eleonora Ferreira da Silva

Revisão
Izabel Mendes

Elaborado por Biblioteca Noronha Santos/IPHAN

I59a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Oficina de Pesquisa (2: 2010: Rio de Janeiro, RJ)

A questão do nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa/Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. – Rio de Janeiro: IPHAN, DAF, Copedoc, 2010.
216 p.: il.; 23 cm. – (Patrimônio: Práticas e Reflexões; 5)

ISBN 978-85-7334-163-8

1. Pesquisa histórica. 2. Identidade Nacional. 3. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). I. Título.

IPHAN / RJ CDD 001.4

Sumário

Apresentação **7**

Programa da III Oficina de Pesquisa:
A questão do nacional no IPHAN **9**

A Estrada Real: um mapeamento interativo
Altino Barbosa Caldeira **11**

Religiosidade popular: elemento de unidade na diversidade cultural brasileira
Ana Claudia Lima e Alves
Luciana Borges Luz
Ana Lúcia de Abreu Gomes **19**

Embarcações tradicionais em Pernambuco
Carmen Muraro **31**

Patrimônio da humanidade e patrimônios nacionais
Claudia Feierabend Baeta Leal **47**

Sobre sistemas de valores e classificações do patrimônio
na cidade de Juiz de Fora
Daniel Reis **61**

A divulgação das pesquisas arqueológicas para constituição da memória nacional:
levantamento de projetos de 1997 a 2006
Denise Rosário de Andrade
André Luis dos Santos Andrade **83**

A gestão do patrimônio cultural do sistema de defesa da nação
brasileira: as fortificações em Mato Grosso do Sul
Fábio Guimarães Rolim
Divaldo Rocha Sampaio **107**

A arquitetura e a paisagem dos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira
Flávia Brito Nascimento
Simone Scifoni **127**

Baixo Amazonas/PA: memória, patrimônio, desafios
Giovanni Blanco Sarquis **147**

Patrimônio ferroviário - história, memória e valoração:
o caso de Pernambuco
Maria Emília Freire **157**

Artes aplicadas e identidade cultural: questionamentos sobre a autenticidade cultural na ourivesaria de adorno de Natividade, Tocantins
Raquel da Costa Nery **177**

Considerações sobre o nacional e o transnacional dentro das políticas públicas de patrimônio a partir do caso do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro
Simone Toji **195**

Conclusões **209**

Índice de figuras **213**

Apresentação

A questão do nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa do IPHAN apresenta trabalhos dos servidores do IPHAN que participaram da Oficina, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 9 e 13 de novembro de 2009, organizada pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação, do Departamento de Articulação e Fomento (Copedoc/DAF). O evento contou também com palestras de convidados de outras instituições que serão divulgadas oportunamente, ficando esta publicação como um espaço para veicular os trabalhos inscritos pelos técnicos da Casa.

O tema – a questão do nacional no IPHAN – foi sugerido na reunião final dos Grupos de Trabalho da *II Oficina de Pesquisa: metodologia de pesquisa e multidisciplinaridade no IPHAN*, desenvolvida em 2008 com o intuito de se discutir a ideia de um valor nacional no âmbito da preservação do patrimônio cultural, suas origens, contextos e principais debates a seu respeito, assim como suas implicações, consequências e relação com valores e ações locais e regionais.

A Oficina se estruturou em três eixos principais que contribuíram para orientar as discussões, seja nos grupos de trabalho, seja na organização das comunicações e das palestras dos convidados: *Patrimônio, Estado e Território; Nacional e Regional/Local/Mundial; e Identidade Nacional e Diversidade Cultural*. Tal divisão pretendeu abarcar, da maneira mais ampla possível, o universo de questões relacionadas ao tema da nação e da nacionalidade proposta na II Oficina. Particularmente candente naquele momento era a discussão sobre a criação do Sistema Nacional do Patrimônio, cujo marco inicial se daria um mês depois com o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, ocorrido em Ouro Preto.

As diversas contribuições dos cerca de 50 técnicos de todas as unidades do IPHAN presentes na oficina revelaram as múltiplas conexões entre os variados níveis organizacionais do próprio IPHAN, seja na área central, seja nas unidades descentralizadas em todo território nacional. Também mostraram as interfaces deste com outras instituições de preservação dos âmbitos estadual e municipal e com entidades da sociedade civil, que envolvem relações de parceria, mas também, por

vezes, relações conflituosas, na medida em que traduzem interesses, projetos e visões de mundo distintos.

Outro aspecto abordado durante o evento foi o desafio representado pelas novas demandas dos agentes sociais que transparecem não apenas na política do patrimônio imaterial – cuja proposta prevê justamente o diálogo com os grupos sociais interessados na preservação de suas práticas culturais – mas igualmente na gestão do patrimônio tombado e nas ações de educação patrimonial. Em particular, foi discutida a relação entre a trajetória histórica do IPHAN e as práticas de valoração do patrimônio empreendidas por esses agentes, no processo de constituição de suas identidades culturais.

Todas essas discussões colocaram em xeque o papel do Estado brasileiro nesse contexto de profundas transformações vividas pelas sociedades em todo o mundo. Ficou nítido o descompasso ainda existente entre o poder público e a dinâmica social para a preservação do patrimônio cultural, especialmente perante fenômenos transnacionais como as migrações e os fluxos cada vez mais intensos da economia e da cultura, existentes na atualidade.

As reflexões desenvolvidas antes – na preparação das apresentações e na leitura dos textos previamente sugeridos pela Copedoc – e durante a Oficina, resultaram no aprofundamento da compreensão do papel da Instituição como produtora e fomentadora da produção de conhecimento a respeito do patrimônio cultural brasileiro e sua preservação. Ficou mais uma vez evidente a importância da pesquisa como elemento chave na elaboração e redefinição das políticas de preservação do patrimônio.

A publicação desta obra expressa não apenas a continuidade e a consolidação de um espaço para a pesquisa dentro do IPHAN, mas também uma maior consciência crítica sobre as responsabilidades ética e política das instituições de preservação no Brasil, mediante a intensificação das trocas e parcerias entre seus agentes e da difusão de um conhecimento mais qualificado de suas próprias práticas.

Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação - Copedoc/DAF/IPHAN

Programa

III Oficina de pesquisa: a questão do nacional no IPHAN

Local: Palácio Gustavo Capanema – Salão Portinari, 2º andar
Data: 09 a 13 de novembro de 2009
Organização: Gerência de Pesquisa da Copedoc
Coordenação da Oficina: Claudia Feierabend Baeta Leal

Segunda-feira, 09/11/2009		
09:00	Abertura: Sistema Nacional de Patrimônio	
		Márcia Rollemberg – Diretora do Departamento de Articulação e Fomento Lia Motta – Coordenadora-Geral de Documentação e Pesquisa
10:00	Mesa Redonda: As esferas de proteção do patrimônio cultural no Brasil	
	Participantes	Marcus Tadeu Daniel Ribeiro – DEPAM/IPHAN Suely Melo – Coordenadora-chefe do Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre Michele Arroyo – Diretora do Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultural de Belo Horizonte
14:00	GT: Patrimônio, Estado e Território	
	Mesa: Caminhos do patrimônio	Maria Emília Freire – SI/PE: *Patrimônio Ferroviário em Pernambuco - metodologia e critérios de valoração* Igor Soares – SI/CE: *As vias para o progresso* Altino Caldeira – SI/MG: *A Estrada Real: um mapeamento interativo* Leonardo Falangola – SI/SP: *Caminhos do Trem: o alcance dos instrumentos de proteção*
16:00	GT: Nacional e Regional/Local/ Mundial	
	Mesa: Políticas de preservação	Daniel Reis – CNFCP/RJ: *Políticas de patrimônio e sistemas de classificação e atribuição de valores* Claudia Leal – Copedoc/RJ: *Patrimônio da Humanidade e patrimônios nacionais* André Bazzanella – SI/AM: *A Roma Brasileira: a monumentalidade no julgamento de valor*
Terça-feira, 10/11/2009		
09:00	Mesa Redonda: O patrimônio cultural em uma perspectiva comparativa	
	Participantes	Maria Cristina Lodi – Coordenadora da Candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial Márcia Chuva – Professora do Departamento de História da UNI-RIO
14:30	Grupos de Trabalho	
	Patrimônio, Estado e Território Nacional e Regional/Local/Mundial Identidade nacional e diversidade cultural	
Quarta-feira, 11/11/2009		
09:00	Apresentação do Sistema: *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*	
10:00	Mesa: Metodologias	Maria Tarcila Guedes – Copedoc/DF: *O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade: a questão do nacional e a propagação da política institucional* Simone Toji – SI/SP: *Implosões transculturais na identidade nacional: o inventário de referências culturais do Bom Retiro dentro das políticas públicas de patrimônio* Giovanni Sarquis – SI/PA: *Proposta de Roteiro Histórico e Cultural do Tapajós/PA* Raquel Nery – SI/RJ: *Artes Aplicadas e Identidade Cultural: questionamentos sobre a autenticidade cultural na ourivesaria de adorno de Natividade, Tocantins*

14:00	GT: Patrimônio, Estado e Território	
	Mesa: Patrimônio e território	Adriana Nakamuta – Copedoc/RJ: *Forte São João e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937 – 1945)* Fábio Rolim – SS/MS: *Fortificações Luso-Brasileiras em MS – Gestão do Patrimônio Cultural* Ítala Byanca – SS/PA: *Levantamento Bibliográfico e Documental do Patrimônio Jesuíta no Pará e Amapá*
16:30	GT: Identidade Nacional e Diversidade Cultural	
	Mesa: Referências culturais	Ana Claudia Alves – DPI: *A religiosidade popular – elemento formador de uma identidade cultural brasileira* Joseane Brandão – SI/SE: *Patrimônio Cultural e Cidade - Identidade nacional, direitos culturais e usos cotidianos* Flavia Nascimento e Simone Scifone – SI/SP: *A arquitetura e a paisagem dos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira*
Quinta-feira, 12/11/2009		
09:00	Mesa Redonda: A questão do nacional nas políticas de patrimônio do Estado brasileiro	
	Participantes	Lúcia Lippi – Professora do Centro de Pesquisa e Documentação da (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas Ricardo Lima – Coordenador de Pesquisa do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
14:30	Grupos de Trabalho	
	Patrimônio, Estado e Território Nacional e Regional/Local/Mundial Identidade nacional e diversidade cultural	
Sexta-feira, 12/11/2009		
09:00	GT: Patrimônio, Estado e Território	
	Mesa: Memórias	Jussara Mendes – SI/RJ: *Um olhar reflexivo para o Monumento Histórico e Artístico Nacional, tendo como ponto de vista a Academia Imperial das Belas Artes* Denise Carvalho – SI/PA: *A divulgação das pesquisas arqueológicas à memória nacional: levantamento de projetos de 1997 a 2006* Carmen Muraro – SI/ PE: *Barcos Tradicionais de Pernambuco: os areeiros como instrumento da construção das cidades*
11:00	GT: Nacional e Regional/Local/Mundial	
	Mesa: Regionalismos	Mônica Oliveira e Deyvesson Gusmão – SI/RO e AC: *A proteção do Patrimônio Cultural sob enfoque ampliado: as propostas de tombamento da Casa de Chico Mendes/AC e dos Postos Telegráficos da Comissão Rondon/RO* Carla Gisele Moraes – SI/RR: *Valor nacional? As dificuldades de inserção de Roraima no mapa cultural brasileiro* Juliano Doberstein – SI/PR: *A Política de Tombamentos do IPHAN no Paraná (1938-2008)*
14:30	Grupos de Trabalho – Plenária Final	
17:00	Encerramento	

A Estrada Real: um mapeamento interativo[1]

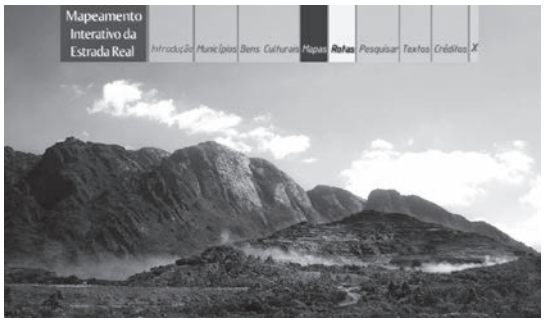
Altino Barbosa Caldeira*



* **Altino Barbosa Caldeira** é engenheiro-arquiteto formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), técnico em preservação do IPHAN, professor do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas. É PhD pela Universidade de Sheffield, Inglaterra, e pós-doutor pela Universidade de Bolonha, Itália. Está lotado, desde 1987, na Superintendência do IPHAN em Minas Gerais.

1 O projeto de pesquisa intitulado *O uso da tecnologia digital na preservação e conservação dos bens culturais da Estrada Real: um mapeamento interativo* foi realizado no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais do Programa de Pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), e contou com a participação do prof. Dr. João Francisco de Abreu, além de professores e alunos da PUC Minas e de técnicos do IPHAN.

Figura 1 - Página principal de acesso ao multimídia



O multimídia Mapeamento Interativo da Estrada Real, apresentado na III Oficina de Pesquisa: a questão do nacional no IPHAN, é o resultado de um projeto de pesquisa que pretende oferecer, por meio de novos recursos tecnológicos, informações e facilidades de acesso aos bens culturais existentes nos municípios que compõem esse território, o que nos levou a propor um estudo detalhado sobre eles, com o intuito de conscientizar as comunidades e os órgãos públicos sobre a sua importância no cenário cultural. Reúne um conjunto de dados em um suporte digital, cujos itens são de interesse de preservação dos municípios, do estado e da União. O produto será em breve disponibilizado em DVD-Rom e na WEB, contendo informações sobre quase duzentos municípios contíguos, com mapas de identificação desses bens, agrupando textos e fotografias sobre mais de seiscentos itens.

A Estrada Real é um importante marco do período colonial brasileiro. Ao longo do seu percurso podemos usufruir uma rica paisagem cultural que reúne um significativo patrimônio histórico material e imaterial, constituído de elementos naturais e agenciado pela mão humana, representada por construções isoladas na área rural, inúmeros vilarejos e distritos, bem como pelas cidades que foram, um dia, as vilas mineradoras que deram identidade aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Paisagens urbanas e rurais foram documentadas por meio de representações iconográficas, como registros fotográficos antigos encontrados em arquivos, fotografias digitais atualizadas, desenhos artísticos (ver Figura 2) e técnicos, pinturas e mapas dos municípios, às quais foram adicionadas informações históricas, descrições formais e regis-



Figura 2 - Desenho da Serra de Santo Antônio do Itambé. Fonte: Autor.

tros gráficos dos bens edificados. A pesquisa reúne, portanto, dados significativos sobre cada bem cultural tombado em cada um dos municípios visitados.

O projeto destaca, além do reconhecido acervo cultural pertencente ao conjunto das cidades históricas, a presença de sítios arqueológicos, de grutas e cavernas, fazendo referência ainda às bacias hidrográficas, às pequenas hidroelétricas e, por meio de textos inéditos sobre esses temas, ressalta a sua importância para as comunidades que detêm a sua guarda. Munidos de GPS, grupos de alunos e professores partiram para a execução dos levantamentos e do conhecimento do acervo de cada município, utilizando equipamentos digitais e fichas de registro previamente preparadas. Foram feitas consultas em instituições públicas, nos diversos estados, permitindo localizar informações que foram utilizadas como referências para os trabalhos de campo.

Entre os bens constantes da lista formada por mais de seiscentos itens, encontram-se as edificações tombadas e bens paisagísticos que devem ser protegidos nos municípios que integram esse território, localizados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro[2] e São Paulo. A disseminação dessas informações possibilitará a valorização dos remanescentes da Estrada Real e de suas referências históricas mais importantes, abrindo espaço para o desenvolvimento e o desdobramento de novas pesquisas sobre a ampla diversidade encontrada neste objeto de estudo, incluindo as manifestações culturais que integram as atividades religiosas, econômicas e sociais em suas múltiplas facetas.

2 Na cidade do Rio de Janeiro, a equipe da pesquisa recebeu o apoio logístico do superintendente regional do IPHAN, arquiteto Carlos Fernando de Souza Leão Andrade.

Na área do meio ambiente podemos ver a Estrada Real sob os mais variados pontos de vista. Na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, por exemplo, foi identificado um importante repositório de material genético, com consideráveis porções de flora e fauna, sendo considerado um dos mais ricos do mundo devido à sua importância biológica, geomorfológica e histórica.[3] De acordo com estudos realizados por Andrade (2007), o sistema da Serra do Espinhaço reúne 11 unidades de conservação de proteção integral, já demarcadas, como o Parque Nacional da Serra do Cipó e das Sempre Vivas, os Parques Estaduais do Itacolomi, da Serra do Rola Moça, do Rio Preto, do Biribiri, do Pico do Itambé, da Serra do Intendente, além do Parque Municipal do Salão das Pedras e das Estações Ecológicas Estaduais de Tripuí e de Fechos. São locais que necessitam de proteção aos recursos hídricos e são potencialmente adequados para a prática de esportes, roteiros de caminhada para ecoturismo e passeios de aventura (ANDRADE, 2007). Segundo Rangel,[4] a proteção dos bens municipais se fortaleceu com a implementação de políticas estaduais dos estados envolvidos,[5] visando à preservação do seu patrimônio cultural. Em Minas, os municípios que investiram em educação, meio ambiente, agricultura, saúde e patrimônio cultural receberam repasse financeiro referente a cada um desses itens, desde que atendidos os critérios estabelecidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), que exerce um papel importante na capacitação e assessoramento no desenvolvimento da política de descentralização da proteção ao patrimônio cultural do estado (RANGEL, 2007). Especialistas em paisagem cultural, como Delphim,[6] comparam a Estrada Real a uma bacia hidrográfica, que é

3 O Prof. Miguel Ângelo Andrade participa do projeto como coordenador do Departamento de Biologia da PUC Minas. Ele informa que estão sendo tomadas medidas pelo Comitê de Proteção da Reserva da Biosfera para promover estudos científicos, visando ao tombamento de patrimônios naturais que foram documentados neste projeto.

4 Carlos Henrique Rangel é diretor de promoção do IEPHA e colaborou no projeto de pesquisa apresentado.

5 O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac) do Rio de Janeiro e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) de São Paulo estimulam a participação dos municípios na proteção dos seus bens culturais.

6 Carlos Fernando de Moura Delphim é arquiteto-da-paisagem do IPHAN e integra o Comitê do Patrimônio Cultural da Unesco.

definida pelo conjunto de terras que faz a drenagem da água proveniente de mananciais e das precipitações para um curso de água principal. Segundo Delphim, podemos entender a Estrada Real não apenas como uma via de circulação principal, mas com toda a área geográfica circundante, onde quer que se encontrem sítios e paisagens de valor cultural. Delphim ressalta que esse território pode ser considerado um itinerário cultural porque, antes de tudo,

> harmoniza e define um sistema conjunto, realça seus significados, relaciona e articula os componentes em uma visão plural, mais completa e mais justa da história, favorecendo a comunicação entre diferentes grupos sociais, promovendo e consolidando a compreensão de valores até então isolados e contribuindo para a cooperação e a defesa do patrimônio cultural brasileiro (DELPHIM, 2008).

Ainda de acordo com Delphim, a Estrada Real integra as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência em um sistema dinâmico. Para ele, os elementos materiais representam o testemunho patrimonial, enquanto os outros elementos culturais de caráter imaterial atestam o diálogo entre os habitantes instalados ao longo do percurso e a confirmação física de sua existência.

No território da Estrada Real encontram-se distritos, antigas vilas mineradoras, hoje cidades, bem como fazendas e outras propriedades rurais que serviam de locais de parada e descanso, com seus pomares, quintais e jardins. Construções coloniais, lugares sagrados de culto e devoção (incluindo cavernas), roteiros de caminhada pela fé com suas edificações religiosas, entre os quais se encontram inúmeras igrejas (ver Figura 3), capelas, ermidas, fazendas, hospitais e cemitérios, fazem parte desse território, assim como pontes, aquedutos, mercados, portos, construções militares e industriais, meios de comunicação e transportes, jazidas, minas, pedreiras, minerações e outros estabelecimentos comerciais e industriais ligados à produção, que refletem as aplicações e avanços técnicos, científicos e sociais de diferentes épocas (DELPHIM, 2008). Esses bens foram documentados e passam a ser referências para o projeto de pesquisa em questão.



Figura 3 - Exemplo de desenho técnico elaborado especificamente para o multimídia. Fachada frontal do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, Piranga (MG).

Em relação à arqueologia, somente em Minas Gerais, de acordo com Delforge (2008), estima-se existirem cerca de 20 mil sítios pré-coloniais, estando registrados apenas cerca de oitocentos. Entretanto, avalia-se que os sítios sem registro, porém já conhecidos, somem pelo menos outros oitocentos (DELFORGE, 2008). A presença de grutas e cavernas na Estrada Real é enriquecida pelos textos dos estudiosos dessa área. Estima-se que, entre as cavernas conhecidas no país, cerca de cinco mil estejam na região da Estrada Real. Uma infinidade de outras cavernas ainda está por ser descoberta e cadastrada. Dentre os estados que compõem a Estrada Real, Minas Gerais é o que possui maior número de cavernas registradas até agora (TRAVASSOS; VARELA; GUIMARÃES, 2008).

De acordo com Travassos, Varela e Guimarães,[7] trechos da Estrada Real encontram-se sobre os calcários do Grupo São João Del Rei (MG) e sobre os dolomitos da Formação Gandarela e da Formação Fecho do Funil (próximas a Ouro Preto, MG). As formações não-carbonáticas encontradas são, principalmente, os quartzitos do Parque Estadual do Ibitipoca, de São Tomé das Letras e de Carrancas (Grupo Andrelândia) e os quartzitos da Serra do Caraça (Grupo Caraça). A Gruta do Centenário (1º lugar), a Gruta da Bocaina (2º lugar) e a Gruta das Bromélias (4º lugar) encontram-se entre as 10 mais extensas cavernas quartzíticas da América do Sul. Além disso, a Gruta do Centenário e a Gruta da Bocaina ocupam o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, em relação à sua profun-

[7] Luiz Eduardo Panisset Travassos, Isabela Dalle Varela e Rose Lane Guimarães contribuíram com valiosas informações para esta pesquisa com o texto indicado na bibliografia.

didade (481 metros e 404 metros). O mesmo artigo explica que os mais de 1.400 quilômetros da Estrada Real são constantemente exaltados por proporcionarem opções de lazer na terra, na água e no ar. Entretanto, a estrutura para as aventuras no "subterrâneo" ainda não está homogênea e totalmente desenvolvida em termos de proteção aos turistas e ao próprio ambiente. Por causa do alto nível técnico exigido para sua exploração ou por sua fragilidade ambiental, inúmeras cavernas ainda não fazem parte dos roteiros tradicionais da Estrada Real.

O território da Estrada Real tem a oferecer, pelos estudos iniciados neste projeto, uma gama infinita de possibilidades de novos estudos e pesquisas para diversas áreas do conhecimento, como a engenharia, a arquitetura, a história, a geografia, a economia, as ciências sociais, a política, as artes, a arqueologia e a antropologia. Podemos vislumbrar e indicar aos estudiosos, caminhos reais para a preservação de sítios de significativa importância cultural para as gerações sucessivas.

Referências

ABREU, João Francisco; CALDEIRA, Altino Barbosa. *Síntese do Atlas Digital dos Bens Móveis e Imóveis tombados pelo IPHAN em Minas Gerais.* Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

ANDRADE, Miguel Ângelo. *Auguste de Saint-Hilaire, de Ouro Branco a Serro:* o olhar do naturalista, do viajante, sobre a Estrada Real na região do Espinhaço mineiro. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia/ Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BRASIL. *Estrada Real:* turismo ecológico. São Paulo: Empresa das Artes, 2005.

BRASIL. *Constituição* (1988). Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 56 de 20 de dezembro de 2007. Brasília: Senado, 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 01 mar. 2008.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

CASSIMIRO, Roberto; RENGER, Friedrich Ewald. Visita da Expedição Langsdorff à Gruta Casa da Pedra, Município de São João Del-Rei Minas Gerais. *O Carste*, v.17, n.1, p. 12-21, 2005.

DELFORGE, Alexandre Henrique. *A arqueologia da Estrada Real. Belo Horizonte:* Fapemig/PUC Minas, 2008.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Estrada Real.* Rio de Janeiro: IPHAN/Depam, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RANGEL, Carlos Henrique. *A descentralização da proteção do patrimônio cultural no Estado de Minas Gerais.* Mapeamento Interativo da Estrada Real, 2007.

TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset; VARELA, Isabela Dalle; GUIMARÃES, Rose Lane. *Áreas cársticas, cavernas e a Estrada Real*. Laboratório de Estudos Ambientais do Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

Religiosidade popular: elemento de unidade na diversidade cultural brasileira

Ana Claudia Lima e Alves*
Luciana Borges Luz**
Ana Lúcia de Abreu Gomes***



* **Ana Claudia Lima e Alves** é mestra em História pela UnB (2004), foi técnica pesquisadora do IPHAN de 1983 a maio de 2010. Tem participado do processo de concepção e implantação dos instrumentos e ações da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial desde a Assembleia Nacional Constituinte (1987/88).

** **Luciana Borges Luz** é historiadora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN.

*** **Ana Lúcia de Abreu Gomes** foi historiadora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN até junho de 2009. Atualmente é professora da Universidade de Brasília.

Se queres conhecer o mundo,

canta tua aldeia

Leon Tolstoi

Para além da questão do local e do nacional, o reconhecimento de bens culturais, de qualquer natureza, como patrimônio brasileiro, coloca desde sempre uma série de questões e desafios a serem enfrentados: de representação, de identidade ou distinção, de exclusão ou inclusão social, de poder, de conflitos de interesses, de direitos de propriedade e de cidadania, de direito à memória, de direitos culturais.

O relato do antropólogo Gilberto Velho sobre o drama que envolveu a decisão do Conselho Consultivo do IPHAN quanto ao tombamento do Terreiro da Casa Branca, em 1984, no artigo "Patrimônio, negociação e conflito", confirma tal afirmação, pois, afinal,

> tratava-se de decidir o que poderia ser valorizado e consagrado através da política de tombamento. (...) hoje é impossível negar que, com maior ou menor consciência, estava em discussão a própria identidade da nação brasileira. (VELHO, 2006, p. 240).

Naquele ano, Gorbachev ainda não havia assumido o poder, o muro de Berlim ainda não havia caído e as inúmeras etnias que compunham "a ferro e fogo" as nacionalidades euro-asiáticas ainda se encontravam silenciadas, mantendo, assim, um conceito de identidade[1] nacional que se desejava, sobretudo, homogêneo. E numa reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, víamos questionado o tal "caráter nacional brasileiro".

Tais questões se tornaram mais complexas desde então e, como um dos resultados de todo o processo de questionamento oriundo de

[1] Identidade pode significar aquilo que cada um é, mas quando relacionado ao conceito de nação, tal como era compreendida no século XIX, o vocábulo assume o significado de idêntico, um igual ao outro.

inúmeros movimentos sociais aqui no Brasil, em 1988, a Constituição Federal estabeleceu um conceito ampliado de patrimônio cultural, que compreende a cultura cotidiana em sua dinâmica e abarca "potencialmente expressões de todos os grupos e camadas sociais" (CAVALCANTI, 2008, p. 12). Em seu artigo 215 ficou determinada a garantia do pleno exercício de direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, destacando o compromisso do Estado com a proteção das "manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e demais grupos participantes do processo civilizatório nacional".

O artigo 216 definiu que o patrimônio cultural brasileiro é constituído de bens culturais de natureza material e imaterial que referenciam a identidade, a ação e a memória dos diversos grupos sociais, entre os quais se incluem, além dos bens tradicionalmente consagrados, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. O mesmo artigo prevê que a preservação do patrimônio cultural deve ser feita com a colaboração da sociedade por meio de inventários, tombamentos, registros e outras formas de acautelamento (IPHAN, 2006).

Isso significa que todos os brasileiros têm o direito de construir seu patrimônio cultural a partir de sua memória e visão de mundo, que todos têm o direito de se sentir identificados com os bens que os representam e simbolizam. Esse entendimento reafirmou a pertinência da noção de "referências culturais" como princípio de atuação da política de preservação cultural.[2] Além do processo de atribuição de valores, o caminho indicado pela Constituição instituiu um movimento amplo em relação à apropriação social do patrimônio, a partir da incorporação dos processos da chamada cultura popular e dos elementos da herança étnica nas políticas de preservação cultural, como componentes estruturantes da cultura brasileira.

Destaca-se aqui a importância da noção de autoatribuição e o poder de sua aplicação no que concerne às questões de valores e significados relacionados à identidade e ao patrimônio cultural. O reconhecimento da diversificação de atores e de suas múltiplas formas de construção e

[2] Criada e adotada nas décadas de 1970/80, no âmbito dos antigos Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC e Fundação Pró-Memória, a noção de referência cultural, conforme explicitada por Cecília Londres Fonseca, deslocou "o foco dos bens (...) para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores (...) pois que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados" (IPHAN, 2006, p. 85-86).

apropriação do patrimônio cultural exige uma visão global e integrada das dimensões material e imaterial do patrimônio.

Em linhas gerais, são esses os principais fundamentos da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, implantada a partir do ano 2000, com a criação do Decreto 3.551, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o desenvolvimento da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Esses instrumentos, tanto quanto os editais do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e os Planos de Salvaguarda dos bens registrados são aplicados com base no entendimento de que o patrimônio cultural é uma construção social que compete a todos e, portanto, que implica a participação dos atores sociais que o produzem, mantêm e transmitem. Assim, trata-se de interagir com indivíduos e grupos detentores de bens intangíveis, de modo a atender suas demandas para identificar, registrar e valorizar expressões e práticas culturais traduzidas em suas habilidades, suas crenças e seus saberes, assim como seu orgulho, sua alegria, suas carências, suas expectativas e opiniões.

Nesse sentido foram registrados e reconhecidos como patrimônio brasileiro, desde 2002, dezesseis bens representativos de grupos e etnias constitutivos da diversidade cultural brasileira, tendo como referência sua continuidade histórica e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira (IPHAN, 2006), bem como seu fundamento na tradição, entendida como expressões da cultura que são transformadas, reiteradas e atualizadas através dos tempos, mantendo sua essência e seus sentidos para o homem contemporâneo (Resolução nº 001/2006. IPHAN, 2006). Por isso mesmo, o Decreto prevê a revisão dos registros a cada dez anos.

No Livro dos Saberes foram inscritos: o ofício das paneleiras de Goiabeiras, em Vitória – ES, em dezembro de 2002; o modo de fazer viola-de-cocho, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, e o ofício das baianas de Acarajé, ambos em janeiro de 2005; o modo artesanal de fazer queijo de Minas nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba, MG, em junho de 2008; o ofício dos mestres de capoeira, em outubro de 2008, e o modo de fazer renda irlandesa, tendo como referência Divina Pastora/SE, em janeiro de 2009. Todas essas são práticas enraizadas no cotidiano

dos seus produtores, portadoras de referência à identidade e à memória dos seus praticantes.

Vale notar que os objetos desses registros são os ofícios das paneleiras e das baianas e os modos de fazer e não os produtos panela de barro, bolinho de acarajé, viola-de-coxo e queijo artesanal de Minas, como às vezes se supõe. Esses registros abarcam o universo de crenças, conhecimentos e práticas tradicionais relativas aos processos de produção de cada um desses bens. Isso significa que o foco dos registros está nos processos, nas práticas culturais e nos significados atribuídos pelos produtores a essas práticas, e não nos produtos.

No caso das comidas, trata-se de reconhecê-las como parte de sistemas – agrícolas, culinários, alimentares – ou como elementos constitutivos de celebrações, de rituais e formas de expressão e de suas redes de sentido, como o almoço do Círio, as jantas nas folias do Divino e nos Reisados, a feijoada nas rodas de samba. E ainda como elemento constitutivo de identidades culturais, de modos de ser de trabalhadores rurais e de pequenos fazendeiros e sitiantes, como são os queijos artesanais de Minas.

Os mesmos critérios de enraizamento no cotidiano, sentidos de identidade e continuidade histórica foram aplicados para o registro dos bens inscritos no Livro das Formas de Expressão: a arte kusiwa – pintura corporal e arte gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá —, em dezembro de 2002, e o samba de roda do Recôncavo Baiano, em outubro de 2004, ambos declarados pela Unesco como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade em 2003 e 2005, respectivamente. A eles se seguiram os registros do jongo no Sudeste, em dezembro de 2005; do frevo, no carnaval de 2007; do tambor de crioula e das matrizes do samba no Rio de Janeiro, em novembro de 2007; e da roda de capoeira, em outubro de 2008.

Em 2006 foi inaugurado o Livro dos Lugares, com as inscrições da Cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, no Amazonas, em agosto, e da Feira de Caruaru – PE, em dezembro. Esses são espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas, sentidos de pertencimento, referências culturais de memória e identidade para seus criadores e frequentadores.

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré continua sendo o único bem inscrito no Livro das Celebrações, em outubro de 2004. Essa categoria de bens culturais compreende rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, agregando, como nenhuma outra, saberes, fazeres, formas de expressões e outras manifestações culturais.

Entre os pedidos e vinte e um processos de registro (ou inventários visando ao registro) que se encontram em andamento no Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) estão: a centenária Procissão de Senhor dos Passos, em Florianópolis, SC; a Festa de Sant'Anna de Caicó, RN; Festa de São Sebastião do município de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó, PA; Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, RJ; Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, GO; Festa do Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé, RO; Festa de Nosso Senhor do Bonfim, dando início ao projeto de reconhecimento das Festas de Largo em Salvador, Bahia; Festa de São Benedito de Aparecida, SP; Festas do Rosário e Congadas em Goiás; e Congadas de Minas (referentes a alguns municípios mineiros, especialmente da região do Triângulo Mineiro, e não a todos os locais de ocorrência em Minas Gerais).

Essas últimas são uma composição de narrativas históricas e mitológicas alinhavadas pela religiosidade e relacionadas à ocupação do território e ao início da formação da sociedade brasileira. Elas remontam ao contato do povo congolês com os portugueses, que encampavam uma ação exploradora e ao mesmo tempo evangelizadora, transformando o Reino do Congo num reino cristão, onde elementos de religiosidade cristã seriam apropriados pelos congoleses pela semelhança com aqueles já presentes em sua cultura religiosa, como forma de conviver e de tirar proveito daquela situação. A própria chegada dos portugueses foi enxergada pelos nativos através de uma cosmologia religiosa do Reino do Congo.

As nuances da relação entre a religiosidade e a formação de uma nação, que está vinculada à história de um território, são muito interessantes. Com o comércio de escravos para o Brasil, a memória de um Reino do Congo cristão e sua representação estão atreladas a uma religiosidade vinculada ao culto dos antepassados, a uma vivência da fé. A prática da Congada vem alimentando desde então um sentimento de pertencimento coletivo que remonta às nações africanas, seus reinos

e clãs, sendo concebida através de um "mito de origem". Sua narrativa possui versões diferentes segundo a região, trazendo elementos muito instigantes para a nossa discussão sobre religiosidade popular e como abordá-la como elemento de unidade na diversidade. A história das Congadas traz intrínseca a história de comunidades que hoje "cantam o cotidiano através da tradição" e que dizem muito sobre a formação da nação brasileira, "mantendo um diálogo contínuo entre categorias do passado e do presente." (MACHADO, 2001, p. 141).

Esse conjunto de crenças, mitos e narrativas resultou na celebração do Reinado do Congo de Nossa Senhora do Rosário, uma procissão em louvor à santa, na qual cada nação africana presente naquele momento mítico é representada por um terno que recebe nome – congo, moçambique – e função dentro da Congada. Os diferentes papéis exercidos estabelecem uma relação social e política, através das denominações que assumem.

As festas de santo são pretextos para o encontro e reencontro, são espaços de sociabilidades, de reiteração de identidades e sentidos de pertencimento. Nessas festas estão presentes a singularidade – nos diferentes modos de rezar e festar, de expressar a devoção ao santo – e a unidade, na recorrência da devoção. As festas do Divino se espalham pelo país inteiro, como também as festas do Rosário e Congados.

Nessa lista, tem-se uma pequena mostra da variedade e recorrência das festas de santo pelo Brasil afora, onde não se tem notícia de qualquer cidade, povoado, lugarejo que não tenha, pelo menos, um santo padroeiro e uma data para sua celebração. Seriam, em um cálculo primário, cerca de seis mil festas de padroeiros, considerando-se o número de municípios existentes no Brasil.

Partindo de nossa experiência com a instrução dos processos de registro, constatamos que as devoções estruturam uma série de outros elementos culturais como indumentária, culinária, artesanato, cantos, danças e tantos outros relacionados a universos simbólicos complexos e significativos da riqueza e da dinâmica cultural brasileira. Entretanto, nem todas as referências culturais de determinados grupos e comunidades são passíveis de reconhecimento como bens de valor patrimonial. De que forma a religiosidade popular pode ser um vetor para a abordagem de aspectos da constituição de processos identitários no país? Em que medida as diferentes dimensões da religiosidade popular

e sua relação com a constituição de processos identitários podem ser elementos de sustentação do reconhecimento dessas referências culturais como patrimônio cultural? Até que ponto a singularidade dessas festas expressa o nacional? E de que maneira o particular, o local, o diferente se identifica e se reconhece no nacional?

Para adensar mais a discussão, ao tempo que buscamos responder a essas questões, poderíamos observar um critério quantitativo: ninguém duvida, pela quantidade de pessoas devotas de Nossa Senhora de Nazaré, que o Círio – celebração que ocorre em Belém do Pará, mas não só lá – é um patrimônio cultural de todos nós brasileiros, assim como o frevo ou o samba. Mas quando se trata de registrar ou não a Festa do Rosário do Serro ou a Festa de São Benedito da "minha cidade", por exemplo, o critério quantitativo não pode mais ser o vetor da relação entre o local e o nacional. Por outro lado, a própria trajetória da aplicação do instrumento de tombamento no IPHAN poderia legitimar o registro de todas as nossas (potenciais vinte mil) festas, rituais e celebrações. Isso porque inúmeras igrejas do Barroco, com características bastante similares, foram tombadas como exemplo da mesma relevância artística e/ou arquitetônica.

Entretanto, o instrumento do registro se distingue em inúmeros aspectos do tombamento, especialmente em razão de suas condições históricas de produção, mencionadas nos primeiros parágrafos deste artigo. O aspecto de distinção que gostaríamos de destacar aqui, dentre muitos, é a exigência de que o pedido de registro parta daqueles que são os produtores e detentores de determinada manifestação cultural ou lugar, conforme explicitado no Decreto 3.551/2000, ou seja, são as próprias comunidades que atribuem significado a determinadas referências culturais, criando, assim, um sentido de patrimônio e um comprometimento com a continuidade do bem cultural em questão: desde a apresentação do pedido de registro, passando pela produção de conhecimento e documentação do bem para instrução do processo, até o planejamento e implantação dos planos de salvaguarda dos bens registrados.

Outro aspecto a ser reiterado – pois já foi mencionado no início deste artigo – é que os pedidos são analisados quanto à sua pertinência e procedência, considerando os princípios de aplicação indicados na descrição do conteúdo dos livros: formas de expressão, conhecimentos e modos de

fazer enraizados no cotidiano das comunidades; rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas, tendo como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. Naturalmente, esses princípios também norteiam as demais ações de inventário e salvaguarda desses bens.

Sendo todos esses instrumentos de implantação recente – apenas nove anos de experiência – e com um grande campo de entendimentos em construção, sua aplicação sempre suscita questões de recorte, de alcance, de eficácia, de valor. No entanto, os pedidos de registro de festas religiosas, na forma e quantidade que têm chegado ao IPHAN e com a complexidade que carregam, provocaram ainda maiores inquietações. Ora, se na maioria dos casos de registro o critério quantitativo não se aplica, de que maneira podemos pensar esse diálogo entre o local e o nacional?

As festas religiosas são um dentre muitos momentos de exteriorização de determinada devoção. Elas podem ser vetores de estudo daquilo que a sociologia, a antropologia e a história denominam religiosidade popular. Devoção e religiosidade popular são elementos comuns nessa miríade de festas, celebrações e rituais existentes no Brasil.

A religiosidade popular está sendo compreendida aqui como a efetividade da fé nos diferentes comportamentos humanos. Podemos considerá-la uma prática no sentido antropológico do termo, ou seja, sua capacidade de intervenção, de agenciamento, de produzir e reproduzir significados e ainda de ressemantizar elementos culturais. Ela é uma experiência universal e ao mesmo tempo uma expressão particular da maneira pela qual cada cultura, cada grupo e cada indivíduo experimentam sua relação com o transcendente e, por extensão, compartilha sentimentos de carência e gratidão (ELIADE, 1992).

O tema da religiosidade popular, que nos tem interpelado recorrentemente no âmbito dos procedimentos de registro, traz para a discussão a questão do nacional e do singular. Extrapolando fronteiras do nacional, a religião constitui uma experiência da humanidade. Entretanto, sua manifestação, é particularizada, individualizada, singular.

Entendemos, mediante a análise da documentação que acompanha esses pedidos de registro, que o que "transforma" uma manifestação de religiosidade popular em referência cultural é sua capacidade de concentrar e articular diferentes elementos culturais presentes em determinado contexto. Nessas festas de santo estão presentes: (1) narrativas míticas ancestrais; (2) cerimônias profundamente ritualizadas com liturgia frequentemente distinta daquela dos cultos semanais; (3) elaboração prévia e acurada de roupas, toalhas, bordados, adereços, andores e outros objetos destinados à cenografia da celebração; (4) preparação de comidas e bebidas específicas para a festa; (5) ensaio e apresentação de bandas e corais de músicas e danças específicas de momentos rituais e de momentos de diversão; (6) atribuição, pelos devotos, de valor sagrado a atividades, relações e espaços, cujas visitas e romarias produzem sentido de lugar; e (7) uma extensa rede de relações sociopolíticas estabelecidas durante as festas a partir de práticas como dar, receber, retribuir, possibilitando a percepção do lugar e do papel de cada um no jogo social.

Nesses momentos de festa, conta-se a história da cidade, única, original, diferente e similar a inúmeras histórias de tantos outros municípios; reitera-se, portanto, uma miríade de valores relacionados aos saberes, aos ofícios, aos lugares referenciais para a comunidade, à afetividade, aos sentidos de pertencimento e identidade cultural. Não é de forma inadvertida que podemos observar que os momentos de festas são também momentos em que aqueles conterrâneos que migraram por inúmeros motivos retornam à sua cidade natal, tornando a festa religiosa dedicada a um determinado orago um momento de celebrar o reencontro com os entes queridos ausentes. As festas de santo trazem de volta os sentidos de familiaridade, de identidade cultural, o sentimento de pertencer a um lugar e, talvez por isso, continuem tão vivas no mundo contemporâneo, e especialmente no Brasil, ao contrário do que previa Machado de Assis (1998, p. 193):

> No sábado seguinte a cidade revestira desusado aspecto. De toda parte correra uma chusma de povo que ia assistir à festa do Espírito Santo. Vão rareando os lugares em que de todo se não apagou o gosto dessas festas clássicas, restos de outras eras, que os escritores do século futuro hão de escutar com curiosidade, para pintar aos seus contemporâneos um Brasil que eles já não vão conhecer.

Essas celebrações continuam fazendo sentido para os brasileiros, em cidades pequenas e nas grandes, incluindo megalópoles como São Paulo, onde a Festa da Acherupita atrai multidões a cada ano, sem contar o Círio de Nazaré, já reconhecido como patrimônio cultural do Brasil.

A questão que se coloca é como reconhecer aquelas que sejam representativas da diversidade de suas expressões, propiciando o sentimento de inclusão de todas as festas similares naquelas que sejam registradas tal como vem acontecendo com os demais bens cuja ocorrência é disseminada em mais de um município ou estado, como o modo de fazer a viola-de-coxo e o queijo artesanal de Minas; em uma ou mais de uma região, como o jongo no Sudeste; ou em todo o território nacional, como o ofício das baianas de acarajé e a capoeira.

Diante da quantidade, da qualidade e da complexidade de pedidos relativos a festas religiosas que existem no país, quais festas deverão ser reconhecidas para dar conta da diversidade de suas expressões: as mais tradicionais e de maior continuidade histórica, as que homenageiam os padroeiros das cidades tombadas, das capitais e cidades mais importantes de cada estado ou as mais populares, as mais singulares, as mais recorrentes? As mais emblemáticas, as mais reservadas, as mais singelas? Registraremos todas as festas do Divino que existem no país? Todas as do Rosário? E as de São João, as festas juninas?

E por outra parte, esse critério de representatividade não poderia ser exclusivamente aplicado a celebrações, pois existe dificuldade também para dar conta da pluralidade e diversidade de práticas, expressões, saberes e, especialmente, lugares. Afinal, quantos mercados e feiras têm potencial para serem reconhecidos como patrimônio brasileiro?

Essas são as questões e reflexões emergentes para a preservação do patrimônio cultural imaterial que trouxemos para partilhar neste artigo.

Referências

ASSIS, Machado de. A parasita azul. In: ASSIS, Machado de. *Contos:* uma antologia. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil:* legislação e políticas estaduais. Brasília: Unesco, Educarte, 2008, p. 11-36.

ELIADE, Michael. *O sagrado e o profano.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial:* dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: MinC/IPHAN, 2006, p. 83-97.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *O registro do patrimônio imaterial:* dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: MinC/IPHAN, 2006.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Sociabilidades e identidades no cotidiano rural mineiro: cultura material, experiências e afetividade. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRÓTA, Rosângela (Orgs.). *Política, cultura e movimentos sociais:* contemporaneidades historiográficas. Uberlândia: Edufu, 2001.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro v. 12, n. 1 p. 237-248, , abr. 2006.

Embarcações tradicionais em Pernambuco

Carmen Muraro*



* **Carmen Muraro** é arquiteta e técnica do IPHAN, lotada na Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Ao enfrentar o desafio de identificar embarcações tradicionais em Pernambuco, demanda formulada pelo IPHAN no decorrer de 2007, pude constatar que o tema é significativo e um marco no percurso histórico do Brasil.

No caso de Pernambuco, a estreita faixa litorânea - 186 quilômetros de extensão - é contemplada com belíssimas praias de diferentes configurações geográficas que recebem o mar, muitas vezes amansado por arrecifes de arenito, "onde Neptuno quebra a fúria esquiva", como está na "Prosopopéia" do poeta Bento Teixeira (1601).

O projeto "Barcos do Brasil", em desenvolvimento pelo Depam/IPHAN, é o primeiro movimento institucional de reconhecimento do patrimônio cultural que o diversificado acervo naval tradicional brasileiro representa nos dias que correm.

Reconhecer, inventariar e monitorar as embarcações remanescentes, os portos, os estaleiros, as caiçaras, as paisagens e as formas de fazer, além das expressões culturais agregadas - de maneira que os dados coletados possam subsidiar projetos que viabilizem a permanência das atividades às quais servem os barcos - foram as providências iniciais definidas pelo IPHAN no sentido segundo o qual para preservar é preciso conhecer.

Tradição naval de Pernambuco

Ao longo do processo de interiorização da ocupação territorial lusitana no Nordeste do Brasil, os cursos d'água desempenharam importante papel viabilizador dos engenhos de açúcar que demandavam, para sua operação, as proximidades de rios e riachos. A água era o elemento essencial para a produção, o abastecimento humano e animal e, sempre que possível, para gerar força motriz hidráulica.

Os rios eram também as linhas de movimento, as estradas e caminhos para o transporte de gente, mercadorias e matérias-primas. Eram os corredores naturais para o escoamento do açúcar produzido nos engenhos e deles transportado para portos intermediários, ao abrigo dos trapiches e passos - armazéns estabelecidos a montante dos deltas e estuários dos pequenos rios pernambucanos. Levado ao porto de Olinda, no povoado do Recife, era embarcado nos navios transoceânicos com destino à metrópole portuguesa ou às refinarias neerlandesas na Europa do norte.

Foi o movimento embasado nos caminhos fluviais e na interligação deles com as rotas de cabotagem litorâneas que formou a tradição naval de Pernambuco. Tradição consolidada tanto nas mais variadas formas e materiais empregados nas embarcações, ancoradouros, estaleiros e caiçaras quanto no imaginário de canoeiros, barqueiros, barcaceiros, marujos, pescadores, mestres, carpinteiros e calafates. No mesmo universo está a diversidade de usuários, de utensílios e objetos vinculados à arte de navegar, de pescar e de confeccionar barcos. Está ainda o vocabulário técnico, mas de forte conotação popular, referente aos termos da marinharia, ainda vigente entre os agrupamentos populacionais ribeirinhos e litorâneos.

O projeto

Dentro deste universo de atuação, a Superintendência do IPHAN em Pernambuco se lançou, ainda em 2007, à tarefa de identificar embarcações tradicionais em Pernambuco, tendo como objeto deflagrador da pesquisa a *canoa monóxila*,[1] indicada como a embarcação remanescente mais representativa do litoral pernambucano.

Cabe lembrar o desaparecimento, quase extinção, das famosas jangadas,[2] constituídas de vários troncos de piúba presos por cavilhas ou hastes de madeira.

Ao seguir derrota litorânea, os técnicos responsáveis pela implantação do projeto identificaram que a partir de estradas e caminhos carroçáveis, pequenos portos foram implantados à margem de rios para os quais convergiam embarcações cujo significado particular trouxe a percepção que estavam diante de barcos areeiros. Por acompanhar a realização dos trabalhos de reconhecimento das embarcações de Per-

---

1 Barcos observados desde primórdios da colonização portuguesa, construídos a partir de um único tronco de árvore (monóxilos) e que, ao longo do tempo, foram recebendo modificações, diversificações e até adaptações de caráter funcional e muitas vezes regional. Caracterizam-se por pouca altura e pelo modelo alongado. Em Pernambuco, a proa e a popa são pouco lançadas. No processo de manutenção e recuperação, na maioria das vezes receberam complementos estruturais de cavernas e de tábuas que lhes aumentavam a largura, pela necessidade de ampliação da capacidade de carga. Eram as canoas de "rombo".

2 Embarcação feita de madeira muito leve (piúba) para garantir a flutuação. Seis toros eram usados: duas mimburras, dois bordos e dois paus do centro. Sobre o piso são colocados os outros elementos: o banco da vela, carlinga, salgadeira, banco de governo, caçador, espeque, caixa da bolina, tolete, cavilhas, mastro, vela de pano e tranca.



Figura 1 - Canoa Jararaca. A pintura delimita as obras vivas das mortas e alongam o perfil. Colônia Z10, Itapissuma, 2009.



Figura 2 - Praia de Gaibu, litoral sul de Pernambuco, ocupada por jangadas, fotografada em 1951.



Figura 3 - Jangada tradicional, de tronco de piúba. Pina, Recife. Fotografia de 1956



Figura 4 - Esquema dos percursos da pesquisa com os registros de ocorrência de pontos de extração e portos areeiros.

nambuco, o IPHAN entendeu pela urgência do registro desses barcos, cuja função determinou a produção de desenhos especializados, peculiares a cada região pesquisada. Como o propósito de registro é diferente daquele do inventário que promoveu a pesquisa da canoa tradicional, iniciou-se em 2008 a implantação de nova etapa do projeto, direcionada à atividade das embarcações de coleta, transporte e fornecimento de areia. O recorte territorial definido abrangeu a região metropolitana do Recife, em função da concentração do fluxo comercial e de recursos e demandas da construção civil urbana.

Na região em apreço foram identificados pontos de coleta de areia ativos na sede do município de Ipojuca (rio Ipojuca), no Recife (em Apipucos, rio Capibaribe) e em Itapissuma (Vila Botafogo, rio Botafogo).

Durante as pesquisas, a observação de campo permitiu constatar dois aspectos: 1) que o modo de exercer a atividade está em franca extinção; 2) que o olhar da preservação ainda não "descobriu" o tema, apesar do papel essencial desses barcos na articulação do processo de consolidação das cidades ribeirinhas como Recife ou São Paulo.

A extinção quase completa do processo extrativo da areia para construção civil, se por um lado, justifica o caráter diferenciado do tema, por outro, alicerça a pesquisa sobre a importância do registro dos barcos, dos petrechos, da atividade e do indivíduo explorador areeiro.

> Preservar as coisas vivas (e que por isso mudam) passa pela verificação ou aferição de uma virtude, de uma qualidade essencial que precisa estar presente: a autenticidade.
>
> Com relação às embarcações areeiras, esta virtude foi tomada como a convergência entre o sentido do objeto, quase sempre vinculado à função de uso e os atributos, alguns destes vinculados ao material com que foram fabricados e à forma que lhes foi outorgada.
>
> Aos pesquisadores coube a tarefa gratificante pela oportunidade de conhecer, mas até certo ponto nefasta, de lidar com restos de embarcações e de indivíduos que, apesar das dificuldades, teimam em resistir ao desaparecimento.[3]

[3] Projeto IPHAN-PE: Reconhecimento e Monitoramento de Embarcações Tradicionais/PE 2009, Apresentação.



Figura 05 - Gravura de Manoel Bandeira, década de 1940, Barco Areeiro, Rio Capibaribe.

Tipologias da embarcação

Os barcos *areeiros*, elementos presentes na paisagem de Pernambuco, iniciaram o processo irreversível de desaparecimento com a alteração da forma de extração da areia dos rios.

O entendimento de que a coleta manual de areia[4] se manteve inalterada ao longo dos primeiros séculos no Brasil e que, a partir do final do século XIX, a mudança de escala e a mecanização do processo produtivo para atender à demanda provocaram profundas alterações nas formas de extração, beneficiamento e distribuição do material, permite compreender o processo de desaparecimento da forma "tradicional" da atividade.[5]

Pela observação direta dos exemplares remanescentes foi possível construir alguns entendimentos básicos sobre o desenho das embarcações destinadas à extração de areia:

1 - são adaptações livres a partir das canoas "de rombo", que se utilizaram de um "esqueleto" ou estrutura de cavernas - conjunto de vigas curvas de madeira transversais ao costado;
2 - as adaptações diferenciadas em cada local criam subtipos e denominações distintas: *canoas areeiras* (no rio Ipojuca e no Capibaribe), *chalopas* e *cochos* (rio Botafogo, Itapissuma);
3 - foram promovidas na direção da simplificação dos objetos, a partir da canoa originária e de acordo com o trecho de rio onde ocorre a extração;

[4] Areia utilizada na construção civil, retirada do leito dos rios e beneficiada com lavagem. É atividade controlada pelos órgãos estatais ambientais.

[5] Some-se o fato que o processo de cava de leito provoca danos ao meio ambiente, sendo os mais frequentes o aprofundamento do leito do rio e o assoreamento das margens, além de trazer turbidez às águas e perturbação da flora e fauna aquáticas.

4 - embora diferenciados na forma, os barcos possuem "compartimentos" distintos mas que atendem a um mesmo cardápio de necessidades.

Em função do empobrecimento da atividade, constatou-se o uso de tábuas de madeira menos resistente à água, a fixação das peças por meio de pregos sem proteção à oxidação e a simplificação da forma, como é o caso da proa cortada, ou ainda a adoção da forma de "caixa" aberta.

A retirada da areia é feita manualmente com o uso de pás de ferro de frente reta, por um só homem em pé no leito do rio, em profundidades entre um metro e um metro e meio. No rio Botafogo (pouco profundo) toda a operação pode levar de 40 a 50 minutos. Já no Capibaribe (mais profundo) são necessárias três horas. Ali é usado o *trado de ferro*, peça ajustada a uma haste de metal em cuja extremidade está fixado um tronco de cone com tampa de fecho que retém a areia.

A condução do barco é feita por vara e, em alguns rios, devido à pouca profundidade e para suportar uma carga maior, o tripulante empurra manualmente o barco pela popa até levá-lo ao porto de desembarque da areia.

"Canoas" do rio Capibaribe, Apipucos, Recife

Esta embarcação é derivada das canoas de "esqueleto", estruturadas por um conjunto de cavernas ou costelas ("gaiolas" como são chamadas no lugar) aplicado sobre o tabuado de fundo e as tábuas da borda que dão a forma final do areeiro. São de fundo chato e formam, por isso, ângulos bem definidos no desenho da estrutura náutica.

As tábuas do fundo são fixadas por pregos (as cavilhas foram substituídas pelo prego que facilita o processo de confecção). Prendem-se as cavernas em intervalos contínuos, a partir do *coral* – peça de madeira na proa a partir da qual se inicia a fixação do fundo. A "mesa" de construção é montada com três cepos de madeira batidos no chão, sobre os quais é executado o fundo do barco. Isso feito, a estrutura é colocada no chão para a aplicação das tábuas da borda. Estas têm cinquenta centí-

Figura 6 - No rio Botafogo, a pouca profundidade permite que os barqueiros empurrem o “cocho”, barco em forma de caixa, encontrado unicamente nesta localidade.



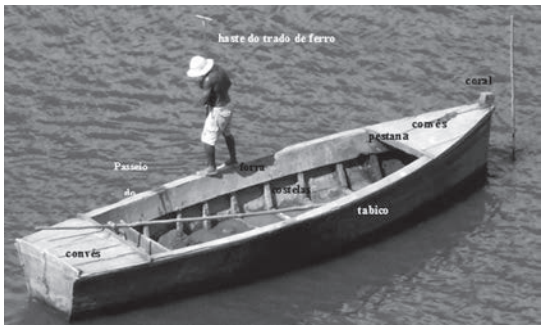
Figura 7 - No rio Ipojuca, o barqueiro vareja a “canoa” com a carga de areia (cerca de 5m³) retirada do leito do rio. O esforço é dividido entre o homem e a vara linheira de mangue retirada da vegetação próxima. O barqueiro fixa a vara no leito do rio e alavanca a embarcação com o peso do corpo.



Figura 8 - O esforço humano desempenhado na navegação do Capibaribe, Recife, é igual àquele observado no Ipojuca.
A imagem sugere “dança” perfeitamente sincronizada e a integração entre rio, barco e homem.



Figura 9 - Capibaribe, Apipucos, Recife, Pernambuco. Areeiro retira areia do rio, de pé sobre a borda larga da embarcação.



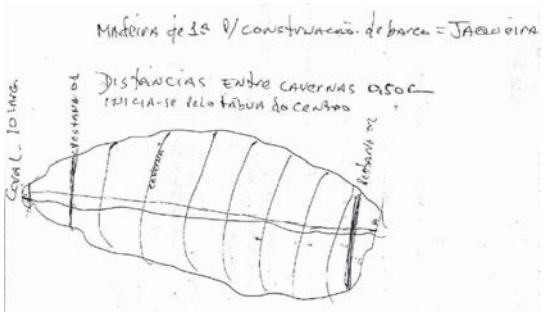


Figura 10 - Croquis de próprio punho de "Zé Marreta", construtor de areeiros do Recife.

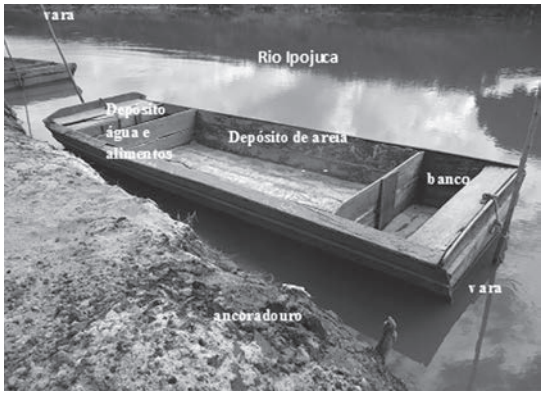


Figura 11 - A "canoa" areeira do "Capitão", profissional que trabalha no rio Ipojuca.

metros de comprimento além da extensão projetada para o barco, o que garante a curvatura da peça até alcançar a abertura ou bojo adequado no centro, a boca do areeiro.

Sobre a borda do costado é montado o *passeio* apoiado na tábua *forra* por dentro e o *tabico*, barrote aplicado pelo lado externo. As três são peças indispensáveis para a "amarração" do conjunto.

O barqueiro, ao *varejar*, utiliza o passeio e os dois *conveses*, de proa e de popa, para manobrar com a *vara*. Cada convés se apóia sobre um barrote transversal que recebe a *pestana*, limite transversal dos pisos.

"Canoas" do rio Ipojuca, município de Ipojuca, ao sul do Recife

Esta "canoa" é constituída de base de tábuas aplicadas lado a lado. A estrutura é montada a partir de cavernas contínuas (bases) ao longo da largura do barco. São barrotes de seção quadrada de madeira maciça. O barroteamento, conhecido por "gaiola", é fixado por parafusos gal-

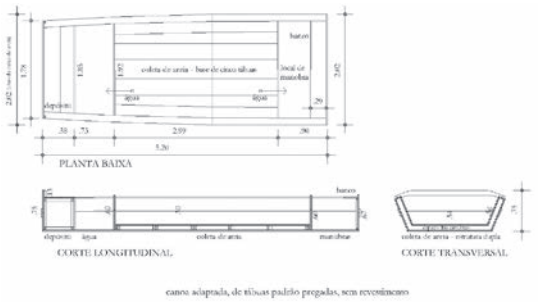


Figura 12 - Registro gráfico da canoa areeira do "Capitão", rio Ipojuca, 2009.

vanizados e as tábuas de fechamento do costado são fixadas por pregos (seis quilos por embarcação).

O barco é dividido em três setores: num fica o depósito de material necessário à coleta de areia e a caixa de acumulação da água proveniente da drenagem do vão central. No vão central, o fundo é duplo, com a caixa central de tábuas aplicadas sobre as cavernas e que se acham sobre o fundo do barco. No último trecho, outro depósito de captar a água drenada da areia e o banco do barqueiro.

Na obra náutica são utilizadas madeiras encontradas no comércio local, com preferência ao jatobá, o piquiá e o visgueiro. São necessários três dias para confeccionar uma canoa. Em média o tabuado do fundo dura de oito a nove anos em contato permanente com a água e os lados somente dois anos. A calafetagem dos rejuntes das tábuas utiliza "bucha" (corda de náilon muito fina) e piche asfáltico. O isolamento completo se dá em três dias.

O processo de montagem é o "de solo", onde o tabuado de fundo é formado e sobre ele são montadas as cavernas. Os prolongamentos destas são presos às bases e finalmente as tábuas dos bordos são fixadas à "gaiola" da estrutura.

Para retirar a água acumulada no interior do barco é utilizada a mesma pá de ferro da coleta da areia, agora com cabos menores. Aquela que retira a areia possui cabo de dois metros e é conhecida por "remo". Estas "canoas" transportam até 3,5 metros de areia.

"Cochos" e "chalopas" do rio Botafogo, Vila Botafogo, Itapissuma

São denominações dadas pelos diversos barqueiros entrevistados ao referir os barcos utilizados para a coleta e transporte de areia de rio na localidade de Vila Botafogo, ao norte do Recife.



Figura 13 - Chalopa, como é conhecida a embarcação do Botafogo.

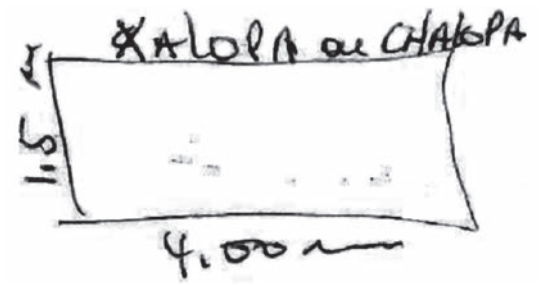


Figura 14 - Croquis feitos no local de pesquisa

A *chalopa* se constitui de plataforma flutuante formada por grade de madeira (espécie de caixa) fechada por tábuas ou folhas de compensado, cujo vazio é preenchido por material flutuante como garrafas *pet* vazias ou isopor. Este barco navega empurrado a braço pelo barqueiro, quando está carregado. Descarregado, é possível navegar *varejando*.

O cocho

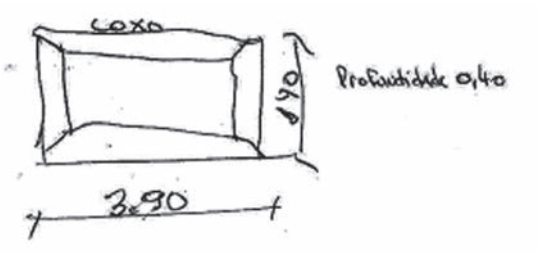
Se caracteriza por ter seção transversal de um trapézio aberto na base maior. É um barco simples, com fundo e costado de tábuas pregadas em um conjunto de cavernas, geralmente em número de cinco, formadas, cada uma, por três barrotes – um de fundo e dois de costado — cujos alongamentos estão unidos em linha contínua.

O barqueiro não sobe no cocho areeiro, mesmo que vazio. O percurso é vencido por esforço do homem que caminha pelo leito do rio e empurra o barco.

Figura 15 - Cocho no portinho São Benedito, Botafogo, onde também são fabricados os barcos.



Figura 16 - Croquis feitos no local de pesquisa.



"Portos" e ancoradouros

Porto de São Benedito, Vila Botafogo, Itapissuma

Está no litoral norte de Pernambuco. O acesso é fácil, já que está na área da vila, não longe da BR-101, acima do limite de influência da maré. Por isso, a areia que chega ao porto é retirada do rio a montante do lugar onde está o povoado. Os três locais de embarque de areia nesse porto são bem definidos e facilmente identificados. O cais é feito com aterro contido por troncos de coqueiros e pedras, na margem do rio.

Uma das características do Botafogo, rio de pequeno porte, é ser estreito e raso. O volume das águas recebe influência da barragem Botafogo, situada nas proximidades. No entanto, o porto areeiro sofre nos períodos de inverno com as constantes elevações do nível de água, o que explica a ausência de estruturas fixas de ancoragem, já que os locais de desembarque são constantemente refeitos.



Figura 17 - Portinho de São Benedito, Botafogo. Ancoradouro de areia contido por pedras.



Figura 18 - Porto do rio Ipojuca. Ao fundo a ponte da rodovia estadual.

Porto do rio Ipojuca

Este rio nasce no município de Arcoverde, agreste de Pernambuco. Ao longo de 320 quilômetros, corta algumas das principais cidades do estado e deságua no Atlântico no município homônimo.

O porto areeiro encontra-se ao sul da sede, na margem direita do rio ao pé da ponte da PE-60. O acesso é feito por estrada de barro que deriva da estadual. Ocupa uma faixa estreita da margem entre o rio e o canavial, com cerca de 10 metros de largura por 150 metros de extensão. Um aterro compõe a plataforma de desembarque, sustentada por estacas fincadas ao longo da margem. Foi o maior porto encontrado durante a pesquisa, nele operando cinco canoas, cada uma com seu ancoradouro.

A área de abrangência do cais desce o rio em direção ao litoral até as imediações do engenho Salgado. A partir deste, o Ipojuca sofre influência da maré, o que torna o material impróprio ao uso na construção civil. Acima da cidade, o rio foi barrado e a areia é retirada por três dragas de uma usina de açúcar.

Figura 19 - Porto areeiro, Bairro de Apipucos, Recife.



Porto do rio Capibaribe, Apipucos, Recife

Está localizado próximo à embocadura do riacho Camaragibe, que recebe a drenagem do açude de Apipucos. O porto não é exclusivamente areeiro. Nele há embarcações para transporte de pessoas e outras utilizadas na pesca. A área onde é feito o desembarque e está o depósito da areia é dividida em duas partes: uma aberta para a comunidade e outra, separada por um muro, de uso privado do Sr. José Gomes da Silva, o "Zé Marreta", construtor de barcos.

O cais de desembarque e o depósito de areia, como os demais, são formados por aterro na margem, instalado acima do nível da água, mesmo na preamar. A contenção é feita por arrimo de troncos dispostos paralelamente ao leito do rio. Na vertical, barrotes de madeira e tábuas, fincados a espaços regulares no leito do rio, fazem as vezes de contrafortes de sustentação do aterro. Este tipo de arrimo é encontrado nas duas partes do porto.

Terminado o descarregamento, a canoa é fundeada e presa ao cais pela proa. A popa é amarrada a uma vara fincada no fundo do rio.

Por ocasião da pesquisa, verificou-se que há apenas dois barcos areeiros em operação no porto de Apipucos, muito embora fossem cinco em 2007.

Conclusão e propostas

Pesquisados e registrados o processo de coleta, transporte e distribuição de areia dos rios, as embarcações utilizadas e o desempenho da atividade pelos barqueiros remanescentes, constata-se que as "canoas areeiras" estão com a existência imensamente encurtada pela concor-

rência das dragas de extração de areia. Está também na justificativa direta deste quadro a dificuldade exponencial de atendimento à demanda a partir do final do século XIX.

Outra dificuldade está nas barragens instaladas nos rios pernambucanos, que reduzem o escoamento das águas e, com isso, o assoreamento dos leitos, diminuindo, em decorrência, a qualidade e a quantidade do material adequado à utilização na construção civil.

Acresce ainda o rápido desaparecimento dos mestres carpinteiros. Aqueles que ainda resistem ao tempo não encontram quem se interesse pelo aprendizado das técnicas de construção, diante do acelerado declínio da extração da areia de construção por meio dessas embarcações.

Em que pese a alteração dos parâmetros da autenticidade — em especial por não se manter o significado desses tipos especializados de embarcação — ao serem retirados do uso para o qual foram produzidos e do lugar que os contextualiza, fica a sugestão da aquisição (por doação e/ou compra) de um exemplar de canoa areeira do Recife e um do Ipojuca para exposição em museu especializado na atividade náutica ou em museu de cidade.

É bem verdade que se deixa de ter uma canoa areeira para, no lugar dela, preservar-se o objeto de interesse museológico, mas, caso contrário, a memória da atividade daqueles que a utilizaram estará condenada ao desaparecimento. Para a história da construção das cidades estará criada uma lacuna difícil de preencher.

O estabelecimento de oficinas de fabricação de réplicas poderá representar mais uma ação de preservação e registro histórico do fazer, ao utilizar o conhecimento dos últimos mestres. Convém ainda colher e divulgar os depoimentos desses últimos mestres canoeiros e barqueiros (bem como dos carpinteiros navais que fabricam tais embarcações), dentro das técnicas da história oral e com uso de instrumentos audiovisuais que registrem a saga dessa atividade secular em vias de desaparecimento.

Referências

Projeto IPHAN-PE: Reconhecimento e Monitoramento de Embarcações Tradicionais/PE 2009 – 2º. módulo. Empresa contratada: GRAU Arquitetura e Urbanismo Ltda. Recife: IPHAN-PE, 2009.

Patrimônio da humanidade e patrimônios nacionais

Claudia Feierabend Baeta Leal*



* **Claudia Feierabend Baeta Leal** é doutora em História Social do Trabalho pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e historiadora da Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação do Departamento de Articulação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O objetivo deste artigo é discutir a categoria de patrimônio mundial ou patrimônio da humanidade em relação a outros bens selecionados como patrimônio cultural – nacional, estadual, municipal, regional – a partir de uma breve discussão sobre os processos de atribuição de valor próprios do processo de identificação e tombamento ou inscrição desses bens. Em outras palavras, o objetivo é discutir a construção de valores, as formas como esses valores são acionados na seleção dos bens que devem compor a Lista de Patrimônio Mundial e as relações em que eles são inseridos nesse processo – seja com outros bens da categoria de Patrimônio Mundial, com bens tombados nacional, estadual ou municipalmente; seja também as relações com instituições de proteção, ou voltadas para atividades econômicas, como o turismo. Este trabalho carece ainda de bastante reflexão, sendo uma pesquisa em andamento, e vai-se procurar aqui levantar algumas questões que precisam ser desenvolvidas mais profundamente.

Vale ainda dizer que a questão que se pretende abordar neste trabalho faz parte de um projeto mais amplo – "Consultores da Unesco" –, que envolve a documentação guardada pelo Arquivo Central do IPHAN referente aos trabalhos desenvolvidos em conjunto ou em parceria com a Unesco e que contribui para a problematização do próprio processo de atribuição de valores a bens culturais e naturais, por explicitar os diversos critérios e procedimentos propostos internacionalmente na proteção de bens culturais e também na seleção dos bens a serem listados como Patrimônio Mundial.

O Patrimônio Mundial

Ainda que a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972, seja o principal marco de criação da categoria de patrimônio mundial, a ideia de salvaguardar, por meio da proteção coletiva, bens culturais e naturais considerados de importância universal é anterior a essa data. A própria Unesco localiza essa origem em 1959, durante um episódio que envolveu esse organismo e a comunidade internacional: trata-se da construção da Represa de Assuã, no Egito, que colocou em perigo a integridade dos templos de Abu Simbel e Philae, considerados tesouros da antiga civilização egípcia. A UNESCO lançou, então, uma campanha de proteção que possibilitou que os monumentos fossem desmontados, movidos para um lugar a

salvo da inundação provocada pela construção da represa e novamente montados, peça a peça. Cinqüenta diferentes países teriam contribuído financeiramente para o projeto, havendo uma arrecadação de U$ 80 milhões para tanto. O sucesso da iniciativa abriu, em seguida, espaço para campanhas semelhantes, com a finalidade de proteger sítios e monumentos na Itália, como em 1966, durante uma grave enchente em Veneza, e também no Paquistão e na Indonésia (UNESCO, 2008).

Na década de 1960, outros debates também apontaram para fatores importantes na criação da noção de patrimônio mundial. Um exemplo é a *Carta de Veneza*, de 1964, em que identificamos a referência à importância de "obras monumentais", que seriam "portadoras de mensagem espiritual do passado" e "testemunho vivo das tradições seculares" de cada povo e que "a humanidade, cada vez mais consciente dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade" (CURY, 2004, p. 91).

No ano seguinte, em 1965, em uma convenção na Casa Branca, nos Estados Unidos, tratou-se da necessidade de cooperação para proteger "as áreas naturais e paisagísticas e os sítios históricos do mundo para o presente e o futuro dos cidadãos do mundo inteiro" (UNESCO, 2008), por meio da criação de um fundo para o patrimônio mundial - *World Heritage Trust*. Em 1968, foi a vez da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) lançar uma proposta semelhante, apoiando, entre seus membros, a criação de um fundo para o patrimônio mundial – no caso, mundial e natural.

Já a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972, procurou apresentar disposições que estabelecessem "um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional" (UNESCO, 1972). Há, tanto no texto da *Convenção* quanto no projeto que esta lançou – e que permanece em voga por meio da atuação do Comitê do Patrimônio Mundial –, algumas questões importantes para esta discussão.

Primeiramente, temos a combinação entre patrimônio natural e cultural em um só documento, devido a uma concepção mais integral de patrimônio e relacionada à noção de um legado para o futuro, de usufruto para as próximas gerações, de "fontes insubstituíveis de vida

e inspiração" (UNESCO, 1972). Essa perspectiva já aponta para um segundo elemento importante do projeto lançado pela Convenção, que era a ideia de "proteção coletiva" do patrimônio – a noção de patrimônio mundial previa bens compartilhados por "todos os povos do mundo", por "toda a humanidade" e cuja responsabilidade cabia, conseqüentemente, a "todos os povos do mundo", a "toda a humanidade".

A noção de "valor universal excepcional" é o terceiro ponto para o qual é importante chamar a atenção. O texto de 1972 fala da obrigação dos Estados signatários da Convenção quanto à "identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural" (UNESCO, 1972) de "valor universal excepcional" – e para definir esses bens, apenas apresenta a distinção entre bens culturais, que seriam avaliados "do ponto de vista histórico, estético, etnológico e antropológico"; e bens naturais, avaliados, por sua vez, a partir "do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural". Ou seja, as ações eram propostas com base em critérios vagos e de difícil aplicação, conforme a avaliação de Françoise Choay (2001, p. 207).

Daí a necessidade da elaboração de Diretrizes operacionais que viabilizassem a implementação da *Convenção* de 1972, o que só ocorreu efetivamente em 1978, com a inscrição dos primeiros 12 bens, entre edificações, conjuntos arquitetônicos, parques históricos e naturais, divididos entre sete países (dois europeus, dois norte-americanos, dois africanos e um sul-americano), como se pode ver na tabela abaixo.

Alemanha	Catedral de Aachen	Critérios (i), (ii), (iv) e (vi)
Canadá	Parque Nacional Histórico de Anse em Meadows	Critério (iv)
	Parque Nacional Nahanni	Critérios (vii) e (viii)
Equador	Ilhas Galápagos	Critérios (vii), (viii), (ix) e (x)
	Cidade de Quito	Critérios (ii) e (iv)
EUA	Mesa Verde	Critério (iii)
	Yellowstone	Critérios (vii), (viii), (ix) e (x)
Etiópia	Igrejas Escavadas na Rocha do Lalibela	Critérios (i), (ii) e (iii)
	Parque Nacional do Simen	Critérios (vii) e (x)
Polônia	Centro Histórico de Cracóvia	Critério (iv)
	Jazidas de Sal de Wieliczka	Critério (iv)
Senegal	Ilha de Goréia	Critério (iv)

As diretrizes de 1977 propuseram dez critérios que eram divididos entre culturais (no total de seis) e naturais (quatro critérios), mas, a partir de 2004, com uma revisão das Diretrizes operacionais, os critérios foram agrupados e numerados de (i) a (x), ainda que mantendo o conteúdo original.[1] Esses dez critérios fazem referência a "obras-primas do gênio criador humano"; testemunhos de "intercâmbio de valores humanos consideráveis" e de tradição cultural de civilização viva ou desaparecida; tipos de construções, conjuntos arquitetônicos ou paisagens representativos de "um ou vários períodos significativos da histórica humana"; exemplos relevantes de formas de assentamento ou ocupação da terra; e a relação com acontecimentos ou tradições vivas. Também se referem a resultados de fenômenos naturais, testemunhos de fases da história da Terra, exemplos de processos ecológicos ou biológicos, ou ainda conjuntos de habitats representativos ou importantes – enfim, critérios que reforçam o caráter único, excepcional e insubstituível desses bens.

Nesse sentido, é interessante atentar para a definição do termo "universal" utilizado na *Convenção*. Nas Diretrizes operacionais de 1977, as primeiras a serem elaboradas, tem-se:

> A definição de 'universal' na frase 'valor universal excepcional' requer comentários. Alguns bens podem não ser reconhecidos por todas

[1] Diretrizes operacionais para implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, de 2008: (i) Representar uma obra-prima do gênio criativo humano; (ii) Testemunhar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do desenho de paisagem; (iii) Apresentar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido; (iv) Ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana; (v) Ser um exemplo excepcional de assentamento humano e de uso tradicionais da terra ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou várias culturas), especialmente quando se torna(m) vulnerável(veis) sob o impacto de uma mudança irreversível; (vi) Estar direta ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, a trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal; (vii) Conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de beleza natural e estética de excepcional importância; (viii) Ser um exemplo excepcional e representativo de diferentes estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida e dos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos importantes; (ix) Ser um exemplo excepcional e representativo de processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, aquáticos, costeiros e marítimos e de comunidades de plantas ou animais; (x) Conter os mais importantes e significativos habitats naturais para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação (UNESCO, 2008, tradução da autora).

> as pessoas, em todos os lugares, como de grande importância e significação. As opiniões podem variar de uma **cultura para outra, ou de um período para outro** e o termo 'universal' deve, portanto, ser interpretado em referência a um bem que seja **altamente representativo da cultura** do qual ele faz parte (UNESCO, 1977, grifos meus).

Já em 2008, nas Diretrizes operacionais mais recentemente publicadas, encontra-se a seguinte definição:

> Valor excepcional universal quer dizer um significado cultural e/ou natural que é excepcional o bastante para **transcender limites nacionais** e possuir uma importância compartilhada para as gerações presente e futura de **toda a humanidade** (UNESCO, 2008, grifos meus)

Em ambas as explicações do sentido de "valor excepcional universal", percebe-se claramente a importância dos significados que os bens têm no âmbito da cultura que o produziu, ainda que no trecho de 1977 esse sentido pareça pesar mais - principalmente na passagem em que se menciona a importância de o bem ser "altamente representativo da cultura do qual faz parte". Já no trecho de 2008, a valoração proposta parece visar menos à representatividade de uma cultura do que a relação que o bem poderia estabelecer com outros bens, de outras culturas. Daí a importância de que o bem a ser indicado para a Lista do Patrimônio Mundial "transcenda" limites nacionais – mais do que represente ou simbolize suas referências culturais.

Vale explicar que a inscrição dos bens na lista é de iniciativa do país onde este bem está localizado, cabendo a decisão final ao Comitê do Patrimônio Mundial, órgão composto por 21 representantes dos Estados-membros e que tem anualmente um terço de sua composição substituída. O pedido passa por várias instâncias até a deliberação final: o Centro do Patrimônio Mundial verifica se a proposição está completa, o Icomos (Conselho Internacional de Monumento e Sítios), Iccrom (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais) e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos) avaliam tecnicamente o valor universal

do bem. Já o Escritório do Patrimônio Mundial estuda as opiniões dos pareceristas e, finalmente, o Comitê do Patrimônio Mundial delibera pela inclusão ou não na Lista.

Assim, vemos que existem vários atores e instituições envolvidos na indicação e avaliação dos bens propostos para constarem na Lista do Patrimônio Mundial – consequentemente, há várias esferas em que essas ações se dão e várias relações estabelecidas a partir dessa proposta: tanto relações que se dão horizontalmente, entre os bens; que se dão também entre a população para quem aqueles bens têm significados que vem sendo construídos, reiterados e modificados há tempos; quanto relações verticais, hierárquicas, quando as diversas esferas de valor e proteção são sobrepostas, organizadas hierarquicamente.

Nesse sentido, vale prestar atenção na representação esquemática da relação entre patrimônio mundial e outras formas de proteção, presente no gráfico abaixo, traduzida pela autora para este artigo, que é utilizada pela UICN, mas é também reforçada pelo Icomos, outra instituição com voto na eleição dos patrimônios mundiais.

Há uma clara hierarquia apresentada não só nos estratos da pirâmide – e aí temos as esferas "subnacionais" ou estaduais, municipais, na base; um pouco acima, a esfera nacional; logo em seguida, as esferas sub-regionais, que seriam os patrimônios fronteiriços e que teriam sig-



Fonte: The World Heritage List - Future priorities for a credible and complete list of natural and mixed sites. A strategy paper prepared by IUCN. Abril 2004 <http://whc.unesco.org/uploads/pages/documents/document-273-3.pdf> acesso em 30/10/2009

nificado para um número limitado de países; acima, o patrimônio regional ou estabelecido em redes. Já quase no topo, temos menção a outros patrimônios internacionais – que são categorias utilizadas pela própria Unesco, como geoparques e reservas da biosfera; e por última, o valor universal excepcional. Na reunião que houve no Rio de Janeiro, em outubro de 2008, para elaboração da Lista Indicativa brasileira do Patrimônio Mundial, alguns participantes defenderam que nesta pirâmide constasse mais um estrato, logo abaixo do topo, que seria a da própria Lista Indicativa, que é a lista submetida por cada Estado-membro ao processo de avaliação para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

O esquema concretiza a interpretação de uma clara relação hierárquica entre as esferas de atribuição de valor e proteção - como se o "valor nacional" fosse superior ao estadual ou nacional e o "valor excepcional universal" superior a todos esses, em detrimento da própria noção de referência cultural e da construção dessa noção, que é, de fato, o que norteia e embasa todos esses processos.

De volta ao gráfico, vale notar também a seta à direta, voltada para o topo da pirâmide, em que se lê que aquela direção representa uma "redução global quantitativa" do número de bens, ao passo que significava um "aumento no reconhecimento internacional" do bem. É claro que esse reconhecimento internacional tem importantes consequências para os bens e para os países responsáveis pela indicação desses bens. A expansão do turismo – tanto internacional, como regional e nacional – é certamente um fator central para o interesse na inscrição, mas, no que diz respeito à proteção propriamente dita, os efeitos tendem a ser discretos. Aquilo que a Unesco pode oferecer, segundo Francesco Bandarin, ex-diretor do Centro de Patrimônio Mundial e atual Diretor Geral de Cultura da Unesco, é apenas "mais uma camada de proteção", uma forma "discretamente eficaz" de prevenir as depredações mais sérias (UNDERHILL, 2009). Um dos critérios sempre reforçado pelo Comitê do Patrimônio Mundial é, portanto, assegurar que o bem já esteja protegido pelo Estado ao qual pertence (o que foi consolidado na Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial, em 2002).

Nesse sentido, é importante notar como isso ocorre no caso dos bens brasileiros inscritos na lista do Patrimônio Mundial:

Pode-se notar na tabela acima que, até o momento, há 17 bens bra-

BEM INSCRITO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL	DATA INSCRIÇÃO	CRITÉRIOS	PROTEÇÃO NACIONAL	FORMA DE PROTEÇÃO
Cidade Histórica de Ouro Preto/ MG	1980	(i), (iii)	IPHAN	Tombamento
Centro Histórico de Olinda/PE	1982	(ii), (iv)	IPHAN	Tombamento
Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões/ RS	1983	(iv)	IPHAN	Tombamento
Centro Histórico de Salvador/BA	1985	(iv), (vi)	IPHAN	Tombamento
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo/MG	1985	(i), (iv)	IPHAN	Tombamento
Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu/PR	1986	(vii), (x)	IBAMA	Parque Nacional
Plano Piloto de Brasília/DF	1987	(i), (iv)	IPHAN	Tombamento
Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI	1991	(iii)	IPHAN	Tombamento
			IBAMA	
Centro Histórico de São Luiz do Maranhão/MA	1997	(iii), (iv), (v)	IPHAN	Tombamento
Centro Histórico da Cidade de Diamantina / MG	1999	(ii), (iv)	IPHAN	Tombamento
Mata Atlântica - Reservas do Sudeste SP/PR	1999	(vii), (ix), (x)	IBAMA	Área de Preservação Ambiental/ Estação Ecológica
Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica BA/ES	1999	(ix), (x)	IBAMA	Parque Nacional / Reserva Biológica
Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central	2000	(ix), (x)	IBAMA	Parque Nacional
Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal - MS/MT	2000	(vii), (ix), (x)		Parque Nacional
Centro Histórico da Cidade de Goiás/ GO	2001	(ii), (iv)	IPHAN	Tombamento
Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas/ GO	2001	(ix), (x)	IBAMA	Parque Nacional
Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas/ RN	2001	(vii), (ix), (x)	IBAMA	Parque Nacional / Reserva Biológica

sileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial: dez foram selecionados a partir dos critérios referentes ao patrimônio cultural (i, ii, iii, iv, v, vi) e constituem principalmente conjuntos arquitetônicos já tombados pelo IPHAN. Há também sete bens inscritos a partir dos critérios relacionados ao patrimônio natural (vii, viii, ix, x) e que são áreas naturais protegidas pelo Ibama por meio das categorias de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica.

Interessantemente, entre estes, temos também um bem protegido tanto pelo Ibama quanto pelo IPHAN, que é o Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no Piauí. No entanto, vale ressaltar que, no momento da inscrição do Parque na Lista do Patrimônio Mundial, em 1991, incidia sobre ele apenas a proteção do Ibama na forma do Parque Nacional Serra da Capivara, criado em 1979. O processo de tombamento pelo IPHAN foi aberto em 1992 e, apenas em 1993, foi o bem efetivamente inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. De toda forma, já havia uma instituição federal responsável pelo bem no momento de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, a qual se deveu principalmente às pinturas rupestres ali encontradas, o que, segundo parecer do Icomos, "apresentam um testemunho excepcional das comunidades humanas mais antigas que povoaram a América do Sul", além de representarem os exemplares mais antigos de pintura rupestre do continente (Icomos, 1991), o que estaria de acordo com o critério (iii) das Diretrizes Operacionais para implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, de 2008.

É certo que também se pode argumentar que a necessidade de já haver alguma instância nacional protegendo os bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial vai ao encontro de outro ponto já tratado aqui, que diz respeito aos valores atribuídos nas diversas esferas contempladas pelo processo de seleção, indicação e finalmente inscrição do bem nessa Lista. Vale a pena retomar a definição de "universal" presente no texto das Diretrizes operacionais de 1997, já transcrita neste artigo, e que determinava, então, que o bem fosse "altamente representativo da cultura do qual ele faz parte" (Unesco, 1977). Essa observação deve ser lida em consonância com a necessidade de o próprio Estado onde o bem se localiza indicá-lo para compor a Lista do Patrimônio Mundial,

ou seja: seria preciso, primeiramente, que o bem fosse, se alguma forma, significativo nacionalmente.

É algo que se pode notar ao observar as variadas instâncias que elegeram Ouro Preto como patrimônio a partir de 1933, até sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, em 1980.

Quando recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1980, Ouro Preto já contava com outros: em 1933, tornou-se "Monumento Nacional", por meio da promulgação do Decreto Federal nº 22.928, por ter sido "teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade" e por possuir "velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação".

Pouco depois, seu "conjunto arquitetônico e urbanístico" foi inscrito no Livro do Tombo das Belas-Artes, sendo também inscrito, mais tarde, nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, já em 1986. Para o tombamento, pesaram seu traçado urbano marcante, seu acervo arquitetônico – notadamente uma das mais íntegras expressões do "barroco mineiro" –, a coleção de obras de Manoel da Costa Athayde e Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), a importância da cidade para a atividade mineradora da região e para o período colonial, além de episódios largamente valorizados pela história nacional, como a Inconfidência Mineira.

Nota-se que esses argumentos podem perfeitamente ser lidos a partir do tom dado pelo Decreto nº 25/1937, que criou o instituto do Tombamento e que definia como patrimônio histórico e artístico nacional o "conjunto de bens móveis e imóveis existente no país, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou histórico" (IPHAN, 2006, p. 99). Ainda que bastante vagas e imprecisas (RUBINO, 1996, p. 98), essas categorias podem ser analisadas a partir do escopo de bens tombados pelo IPHAN em seus primeiros de atuação, quando ainda era Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, como fez a historiadora Silvana Rubino (op. cit.). Ela destacou que os tais "fatos memoráveis" estiveram então relacionados a "eventos e personagens ilustres", como Gregório de Matos, José Bonifácio, Rui Barbosa, D. João VI; que os artistas homenageados foram aqueles "cuja consagração perduraria com

o SPHAN", entre os quais Aleijadinho; e que a Inconfidência Mineira figurou entre os episódios históricos eleitos a partir do

> desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitados por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes (Ibid., p. 98).

Ainda que esses critérios correspondessem a uma visão e a uma estratégia política e cultural específica, reforçada ao longo dos primeiros anos de atuação do SPHAN com vistas à consolidação de uma identidade nacional própria, podem-se notar esses mesmos critérios na avaliação que determinou a inscrição de Ouro Preto na Lista do Patrimônio Mundial.

A cidade, que foi o primeiro bem brasileiro a constar na Lista, foi inscrita a partir de dois dos dez critérios estabelecidos em 1977 para implementação da Convenção de 1972. Segundo esses critérios, a cidade foi considerada "obra-prima do gênio criativo humano" (i) e "testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido" (iii). Os critérios sugerem, portanto, que tenha influenciado a avaliação do Comitê do Patrimônio Mundial tanto a arquitetura barroca quanto as obras de artistas, como Aleijadinho, citado na justificativa para sua indicação (ICOMOS, 1980) – que eram à época (e são ainda hoje) fatores de valorização também no âmbito nacional.

Também é importante notar a justificativa apresentada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos – para inscrição de Ouro Preto na lista:

> Como primeira capital do estado de Minas, Ouro Preto tem interesse **local**; como um centro minerador da Era do Ouro no Brasil, é de **interesse nacional**, e como centro singular da arquitetura barroca, tem **valor excepcional universal.** (Ibid., grifos meus)

Nessa passagem, nota-se claramente uma hierarquização de valores que, ao mesmo tempo em que dialoga com os valores atribuídos na-

cionalmente, procura escalonar as características a partir de uma percepção vertical desses valores. É certo que, em 1980, Ouro Preto foi inscrita não somente pelo valor que tinha para o Estado que o protegia e que a indicara, mas devido ao "valor excepcional universal" identificado nesse bem. Tratava-se, portanto, de uma comparação dentro de uma escala de valores ditos universais, superiores aos valores locais e nacionais – como já se procurou destacar acima, no gráfico utilizado pela UICN para definir os critérios determinantes e a hierarquia de valores na seleção do patrimônio mundial.

No entanto, a própria avaliação do Icomos – organismo que estava, ao elaborar tal recomendação, inserido na lógica que se pode observar no gráfico citado – está baseada em diversos estratos valorativos, sendo que Ouro Preto atendia a três: o local, o nacional e o universal. É muito provável que, com isso, o Conselho estivesse levando em conta – e valorizando – o fato de a cidade já ser valorizada e protegida nacionalmente. Mas também está presente uma visão específica de valores e sentidos, a qual, nesse caso específico, relacionou o interesse local ao estrato econômico; o interesse nacional, ao universo político; e a questão cultural, ao valor universal e excepcional. Construíam-se, assim, duas escalas paralelas: uma que organizava os valores local, nacional e universal; e outra que hierarquizava questões econômicas, políticas e culturais, ao mesmo tempo em que ratificava a primeira.

As discussões aqui propostas procuraram, mais do que responder, problematizar algumas questões que parecem ser centrais na própria existência da categoria de Patrimônio Mundial. Tentou-se destacar algumas das relações implicadas na construção da Lista do Patrimônio Mundial, principalmente aquelas que envolvem patrimônios nacionais e locais com a noção de patrimônio mundial. Desse modo, buscou-se sugerir alguns pontos que se julgaram importantes não apenas para entender a categoria de Patrimônio Mundial, mas o próprio processo de atribuição de valor implicado em qualquer seleção de determinados bens para constar entre um conjunto limitado de patrimônios culturais e naturais e a importância que a noção de referência cultural parece ter nesse processo e na própria construção da ideia de patrimônio, seja em âmbito local, subnacional, nacional, sub-regional, nacional e mesmo no âmbito universal.

Referências

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2001.

COSTA, Everaldo Batista. O lugar da América Latina na geografia do Patrimônio Mundial. In: *Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2009, Montevidéo. XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009.

CURY, Isabelle (Org.) *Cartas Patrimoniais.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

ICOMOS. Advisory Body Evaluation – Serra da Capivara National Park. UNESCO, 1991 < http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/606.pdf> acesso em 25/09/2008.

ICOMOS. A*dvisory Body Evaluation* – Town of Ouro Preto. UNESCO, 1980. Disponível em: < http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/124.pdf >. Acesso em: 25/09/2008.

IUCN. *The World Heritage List* – Future priorities for a credible and complete list of natural and mixed sites. A strategy paper prepared by IUCN. Abril, 2004. Disponível em: < http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-590-3.pdf>. Acesso em: 30/10/2009.

IPHAN. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996.

SCIFONE, Simone. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. In: *Anais do II Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Campinas: ANPPAS, 2004.

UNDERHILL, William. To list or not to list. *Newsweek*, 3 de agosto de 2009.

UNESCO. A brief history in: *World Heritage Information kit.* Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_infokit_en.pdf>. Acesso em: 4/09/2008.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 14/09/2008.

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris, jan. 2008. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>. Acesso em: 30/10/2009.

UNESCO. *Operational Guidelines for the World Heritage Comittee.* Paris, jun. 1977. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide77a.pdf>. Acesso em: 30/10/2009.

Sobre sistemas de valores e classificações do patrimônio na cidade de Juiz de Fora

Daniel Reis*



* **Daniel Reis** é historiador, mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Técnico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/CNFCP, órgão vinculado ao IPHAN.

I

Este texto tem por objetivo fazer uma breve análise dos sistemas de classificação e atribuição de valor a patrimônios culturais. Toma como foco a cidade de Juiz de Fora (MG), procurando identificar quais concepções de patrimônio e de passado estão sendo elaboradas pelos intelectuais do órgão público local de preservação e suas relações com a cidade. Este empreendimento – talvez um tanto esquemático – é realizado, sobretudo, a partir da leitura da legislação municipal voltada para o tema em pauta, bem como dos decretos de tombamento, buscando-se identificar, em tais textos, o que está sendo classificado como patrimônio ou quais os valores que estão sendo colocados em jogo nesses documentos.[1]

Partindo da sugestão de Mauss (1995), de que a classificação das coisas reproduz a classificação dos homens, pretende-se discutir a categoria patrimônio como sistema de classificação e atribuição de valores elaborados pelos intelectuais dos órgãos públicos de preservação e que conferem sentido a conjuntos determinados de bens para um dado grupo. Acredita-se que, mais do que atribuir valores ao que pode ou não ser considerado patrimônio cultural, tais classificações possuem implicações em termos práticos e representacionais sobre o passado, bem como sobre determinadas formas de uso e apropriação da cidade.

O que se pretende aqui é rastrear os esforços realizados por ideólogos do patrimônio, aventurando-se a breves comentários sobre seus desdobramentos nos modos de visualização de passados e culturas no espaço urbano. Nesse caminho, algumas questões se colocam para reflexão: qual o papel e/ou responsabilidade dos intelectuais dos órgãos públicos de preservação sobre o patrimônio, uma vez que são eles os agentes a indicar os critérios de valores que determinam, em última instância, o que deve ou não ser preservado? Qual(is) o(s) lugar(es) e o(s) uso(s) possível(eis) do passado? Quais as categorias classificatórias envoltas neste projeto? Numa sociedade cada vez mais marcada pelo presente, qual é o lugar do passado e que tipo de uso é possível ser feito dele?

[1] Embora se tenha como foco central as leis de preservação, outras fontes são utilizadas como subsídio analítico.

II

Juiz de Fora é uma cidade situada na Zona da Mata de Minas Gerais, cujas origens remontam ao século XIX. Nela – diferentemente das mais conhecidas cidades do estado – a arquitetura das fábricas se sobrepõe à das igrejas, o apito ao sino, e a presença do ecletismo, *art déco* e modernismo contrapõem certo antibarroquismo ao característico estereótipo da "Minas Colonial". No período que se estende entre 1870-1930, contou com vultosa produção cafeeira e significativa industrialização, além de intensa atividade cultural — com cinema, teatro, orquestras — o que lhe rendeu atribuições como "Manchester Mineira" e "Athenas Mineira" (VALE, 1996; PEREIRA, 2004).

Sendo uma cidade do século XIX, Juiz de Fora ficou à margem da concepção de patrimônio adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que, durante longo período de sua história, privilegiou o barroco e o colonial. Esses elementos não se faziam presentes em Juiz de Fora, que buscou construir sua autoimagem como uma cidade progressista e moderna. No entanto, independentemente da esfera nacional, gerou-se no município uma demanda pela proteção de seu passado, o que não era, na verdade, uma especificidade local. No início da década de 1970, o próprio IPHAN reconheceu a necessidade de implementação de uma ação descentralizada que considerasse um diálogo com os estados e os municípios, bem como de uma postura mais conciliatória entre setores como cultura e mercado. Esse movimento foi textualizado pelos compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971).[2] Nesses documentos, recomendava-se a estados e municípios uma atuação complementar à federal, de modo a assumir a proteção de bens regionais e locais, criando, se necessário, instrumentos e legislação próprios.

Abria-se assim um novo espaço na arena do patrimônio no país. Num mundo que caminhava rumo à dita globalização, a necessidade da salvaguarda de um passado regional e local se colocou na agenda do dia, sob um suposto risco de uma "amnésia coletiva" (SEPÚLVEDA,

[2] As Recomendações de Brasília e de Salvador são resultados dos encontros de governadores e prefeitos interessados nessas questões, promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura em 1970 e 1971.

2002). Esses projetos descentralizados se inseriram, em grande parte, como resultado dessa nova demanda pelo patrimônio, cobrindo, de um lado, as lacunas deixadas pelos discursos propagados pelo IPHAN e, de outro, recriando novos discursos. Eram as vozes que em boa medida escapavam ao enquadramento do discurso da nação. Assim, paralelamente às narrativas nacionais, as cidades e estados passaram a criar também suas próprias narrativas. Eles criaram suas próprias "retóricas da perda" (GONÇALVES, 1996).

III

Valor. Se o leitor buscar o significado deste termo no dicionário, irá encontrar: "1. Qualidade. 2. Força; vigor. 3. Valentia. 4. Esforço. 5. Preço. 6. Papel representativo de dinheiro. 7. Estimação. 8. Validade. 9. (fig.) Importância; significação. 10. Significado rigoroso de um termo. 11. (Mus.) Duração de uma nota" (LUFT, 1991). Entre os muitos sentidos do termo "valor", destaque-se aqui, no que tange ao patrimônio, de um lado, qualidade, estimação, importância, e de outro, preço, representação de dinheiro. O primeiro remete a instâncias afetivas; o segundo, econômicas. Há ainda um terceiro significado: validade. Esse pode ser utilizado para ratificar os anteriores. Poder-se-ia dizer que se aproxima da noção de autenticidade, valor autêntico.

Os diferentes sentidos mencionados guardam, no entanto, um aspecto comum: remetem a instâncias intangíveis. Estimação, preço e validade são construções realizadas no plano simbólico, são termos axiológicos que remetem às representações sobre algo, alguém ou alguma coisa. É recorrente, nos mais diversos grupos humanos, a atribuição de valor a coisas, pessoas, entidades religiosas e espirituais. O valor atribuído a algo, ou alguém, determina de certa forma a atitude em relação ao que ou a quem se valorou. Se algo tem valor de mercado tende a ser encarado de uma forma; se tem valor religioso, de outra.

A construção de discursos patrimoniais é sempre permeada por construções de valores. Nesses discursos, a categoria patrimônio vem sempre adjetivada: valor histórico, valor cultural, valor artístico. Tais adjetivações transformam noções de valor numa categoria de pensamento construída socialmente – por grupos, agências, lide-

ranças ou intelectuais – e carregam por trás uma série de relações de força. O valor seleciona, inclui e/ou exclui, afirma e/ou nega e, em determinados casos, pode ser ambíguo e pejorativo, uma coisa no intuito de significar outra.

Os valores que adjetivam o patrimônio não são estanques. No mundo ocidental moderno, eles se reconfiguram a cada instante, segundo as relações contextuais de cada momento histórico. Como exemplo, pode-se mencionar as motivações valorativas ligadas ao patrimônio no início do século XIX, que apresentavam uma escala hierarquizada, aparecendo em primeiro lugar o valor cognitivo, seguido do econômico e do artístico. A justificativa recorrentemente indicada na bibliografia para essa estrutura de valores é a de que, naquele momento, o patrimônio foi utilizado como meio de reforçar a ideia de nação; o patrimônio como forma de educar e disciplinar o povo. Já no fim do mesmo século, com o advento do romantismo, a revolução industrial e as transformações do meio ambiente, a hierarquia havia se reconfigurado e, pela primeira vez, foram privilegiados os valores de sensibilidade – principalmente os estéticos (CHOAY, 2001).

Ao mesmo tempo, os próprios valores que adjetivam o patrimônio possuem uma trajetória própria que remetem a uma série de outros valores. As próprias noções de arte, história, estética, reconfiguram-se de tempos em tempos. O barroco, por exemplo, antes de se tornar o ícone do patrimônio nacional nas primeiras décadas de atuação do IPHAN, passou por várias transformações quanto a seu significado. De sua associação com o grotesco e anárquico, começou a ser recuperado no início do século XX com as proposições de Ricardo Severo sobre a arquitetura colonial do século XVII. Mário de Andrade o valorizou na perspectiva modernista de conhecer o Brasil de dentro. Com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), e sobretudo com os escritos de Hannah Levy e Roger Bastide, sistematizou-se de barroco, mas o consenso sobre sua formulação foi conseguido somente com a síntese do termo proposta por Lourival Gomes Machado (GOMES JÚNIOR, 1998).

De modo sintético, pode-se dizer que as contínuas ressignificações do patrimônio terminam por construir sistemas de patrimônio e cul-

tura.[3] Noutros termos, as dinâmicas e trâmites, construções e reconstruções do patrimônio, erigidos discursivamente por meio de um dado grupo, estão sempre em processos de construção imbricados a várias outras instâncias, como arte, religião, mercado, história, segundo seus projetos políticos e de construção e reconstrução de um passado.

IV

Uma das primeiras tentativas de pensar o patrimônio em Juiz de Fora remonta à década de 1930. Trata-se da iniciativa de Lindolfo Gomes de pleitear o tombamento de uma edificação chamada Fazenda Velha. Nascido em 1875, esse intelectual, que teve significativa importância no campo do folclore e da história, empreendeu uma campanha veiculada na imprensa local em prol do tombamento e desapropriação, por parte do estado e com interferência do IPHAN, do bem considerado por ele como "a mais antiga e mais histórica das habitações juizforanas".[4] A proposta encaminhada pelo intelectual gerou um diálogo contínuo entre ele, o IPHAN, os proprietários do imóvel e a prefeitura. A justificativa advogava que a construção remetia à gênese histórica do município, estando presente nos relatos de Saint Hilaire em sua obra "Viagens nas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais". Nela teriam residido figuras ilustres, como o inconfidente Antônio Batista Vidal Barbosa e Dias Tostes que, com Henrique Halfeld, "foram os primeiros fundadores do arraial e depois vila de Juiz de Fora".[5] No argumento de Lindolfo Gomes, a gênese da cidade, desde os tempos em que era ainda um arraial, poderia ser vislumbrada através da fazenda. Entretanto, as colocações do intelectual se estendiam para além. Apresentam a Fazenda Velha como um testemunho das grandes narrativas nacionais, atrelando-a a eventos como a Inconfidência Mineira e à presença de viajantes

[3] A categoria sistemas de patrimônio e cultura é tomada aqui numa analogia aos sistemas de arte e cultura de James Clifford (1994). A diferença é que, enquanto os sistemas de arte e cultura apresentam um leque restrito de possibilidades de circulação classificatórias do objeto, os sistemas de patrimônio e cultura se revelam como um campo aberto para reclassificações.

[4] IPHAN/MINC. Arquivo Noronha Santos, Série Inventários, Cx 189, pcte 02. Recorte do Diário Mercantil, 03/07/1946.

[5] Idem. Recorte do Diário Mercantil, 03/07/1946.

naturalistas que retrataram o Brasil nos séculos XVIII e XIX. Não obstante, o saldo final da discussão, após um impasse gerado quanto à desapropriação do prédio, foi a sua demolição.

Os valores expressos na concepção de patrimônio de Lindolfo Gomes apresentam um quadro onde a história é o elemento-chave. Sua concepção de história evoca grandes fatos e acontecimentos e a ação de ilustres personagens. O passado é aquele que remete a algo distante, a uma espécie de "antiguidade local" e seus mitos de origem. Os signos materiais desse passado se aproximam do valor de ancianidade do monumento, tal qual estipulado por Riegl (2002).

Esforço sistemático de pensar o patrimônio local, no entanto, remonta ao início da década de 1980. Nesse momento, a cidade passava por uma rápida transformação de seu cenário urbano, o que gerou a reação de intelectuais locais no intuito de "lutar pelos prédios históricos para preservá-los".[6] Esse grupo, composto sobretudo por artistas, jornalistas e historiadores, passou a atuar por meio de manifestações públicas e publicação de artigos nos jornais locais, em defesa de determinado passado local. Seus esforços, aliados a uma predisposição da então administração da prefeitura em atuar no campo cultural, ecoaram na administração municipal e culminaram, em 1982, na publicação da primeira lei voltada para preservação do patrimônio local, a Lei 6.108.[7]

A Lei 6.108 inaugurou o caminho para a gestão político-jurídica de preservação do patrimônio em Juiz de Fora. Previa o tombamento total ou parcial de bens culturais móveis ou imóveis, públicos ou privados no município, independentemente de outras esferas do estado. Criou a Comissão Permanente Técnico Cultural (CPTC), subordinada ao recém-criado Instituto de Pesquisa e Planejamento (Ipplan), mas com regulamento próprio. Tal comissão seria composta por sete membros à livre escolha do prefeito, sendo

---

6 DIÁRIO MERCANTIL. Os casarões aos poucos vão caindo. Juiz de Fora, 12 e 13 de fevereiro de 1978, p. 1.

7 Nesse momento, Juiz de Fora tinha como prefeito Francisco Antonio de Mello Reis. Em sua administração foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento (Ipplan), cujo objetivo era pensar racionalmente a cidade em termos de plano urbano, e a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), ambos com significativa importância no que tange ao início de uma preocupação sistemática com a preservação do patrimônio na cidade.

"6 (seis) cidadãos de nível universitário completo e um de notório saber histórico e cultural". Sobre os primeiros, a lei especifica que deveriam ter formação nas áreas de humanas ou exatas. Ao prefeito ficava estipulada também a responsabilidade de escolha de um dos membros para coordenar a comissão. Os objetivos da CPTC estão expressos no art. 7º, que menciona caber a ela "exercer a proteção dos bens culturais, móveis e imóveis de propriedade do município ou particular que foram tombados na forma desta lei, bem como atuar integrada com os setores competentes que planejam e legislam sobre o uso do solo e edificações".[8]

Além da CPTC, a Lei 6.108 estipulava a criação de um Conselho Consultivo. A este caberia a tarefa de "opinar e emitir parecer sobre toda e qualquer questão pertinente ao tombamento se consultado pelo Prefeito Municipal", agindo por regimento próprio, sendo seu exercício considerado *munus* público. Sua composição se faria "pelas diversas entidades representativas da comunidade", com nove membros à escolha do prefeito. O dado a salientar, no entanto, é que a própria lei apresenta quais são tais entidades e, consequentemente, quem representa a ideia de comunidade. Daí mencionar: "1. Associação Comercial; 2. Centro Industrial; 3. O.A.B – Sub-Seção de Juiz de Fora; 4. Clube de Engenharia; 5. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - JF; 6. Sindicato dos Jornalistas de Juiz de Fora; 7. Universidade Federal de Juiz Fora - UFJF; 8. Câmara Municipal de Juiz de Fora; 9. Comunidade." É curioso notar que, em meio às diversas entidades que representam a comunidade, aparece a própria comunidade, como entidade de si mesma.

O sistema de classificação que norteou o processo de implantação da Lei 6108/82 trazia uma concepção de valores diferente daquela elaborada por Lindolfo Gomes na década de 1930. Apresentava como entrada principal a categoria "bens culturais". Ela se subdividia em oito categorias – ou atribuições de valores – que seriam as constituintes desse sistema de cultura local, contempladas em um livro único de tombamento, como mostra o quadro a seguir.

[8] Lei 6.108. Juiz de Fora, 1982.

Entrada principal	Categoria	Livros do tombo
Bens culturais	Histórico	Livro do tombo local
	Arqueológico	
	Etnográfico	
	Paisagístico	
	Bibliográfico	
	Artístico	
	Arquitetônico	
	Ambiental	

Esse sistema se assemelha estruturalmente, em alguns aspectos, à classificação e aos valores sugeridos por Mário de Andrade no anteprojeto de lei que deu origem posteriormente – com alterações – ao Decreto-lei 25 que cria o Sphan. A visão e os valores andradianos, tal qual indicados em relação a Juiz de Fora, desenham-se a partir de uma grande categoria, da qual derivam oito subdivisões. As semelhanças residem na proposta de fazer um amplo catálogo de valores, utilizando termos abrangentes que pudessem servir como um grande guarda-chuva.

No projeto de Mário de Andrade, a entrada principal é a categoria "arte". Arte, segundo ele, "é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano utiliza-se da ciência, das coisas e dos fatos" (ANDRADE apud CHAGAS, 2003, p. 101). Cabe chamar a atenção para a forma como Mário de Andrade formula sua noção de arte, remetendo-a a toda e qualquer forma de expressão humana e aproximando-a de uma concepção antropológica de cultura. As oito subcategorias que dela se originam, em termos de salvaguarda, seriam agrupadas em quatro livros. O quadro abaixo permite visualizar essas categorias.

Entrada principal	Categoria	Livros do tombo
Arte	Arqueológica	Arqueológico e Etnográfico
	Ameríndia	
	Popular	
	Histórica	Histórico
	Erudita nacional	das Belas-Artes
	Erudita estrangeira	
	Aplicada nacional	das Artes Aplicadas
	Aplicada estrangeira	

Na proposta de Juiz de Fora, a categoria utilizada para nortear o projeto patrimonial é "bem cultural". Segundo as referências encontradas, esse termo começou a ganhar força nas discussões de patrimônio a partir da segunda metade do século XX. Reflete o esforço de uma ampliação das concepções de patrimônio até então vigentes, calcadas fortemente na ideia de monumento e monumento histórico. Nos documentos de referência sobre o tema, uma das primeiras tentativas de definir o que é bem cultural foi elaborada na conferência da Unesco de 1964. No texto resultante desse encontro, o bem cultural aparece descrito como

> os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções cientificas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais (UNESCO, 1964).

Já no início da década de 1980, Aloísio Magalhães advogava que, no Brasil, o uso que se fazia da ideia de bem cultural era muito restrito. Resgatando em parte as discussões de Mário de Andrade, sugeria um uso mais amplo do termo:

> Permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens (móveis e imóveis) — procedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. (MAGALHÃES, 1984:42).

A concepção de bem cultural elaborada em Juiz de Fora pela Lei 6.108 parece textualmente mais próxima da proposta pela Unesco, cujo cerne se situa ainda calcado entre os bens móveis e imóveis. Inova talvez ao sugerir o paisagístico como item integrante dessa definição, sinalizando o interesse, talvez, em propor contornos amplos ao patrimônio. Os elementos vividos cotidianamente no sentido proposto por Magalhães não se fazem presentes a não ser como parte do

etnográfico, termo que aparece sem definições precisas. Assim, o projeto de Mário de Andrade, sob a ótica de Aloísio Magalhães, ganha maior amplitude quando sugere ir além e expandir as possibilidades classificatórias de bens culturais.

As proposições do projeto andradiano, no entanto, foram reclassificadas no Decreto-lei 25/37, que de fato criou o Sphan. A entrada principal, a categoria arte, passou a dividir espaço com a história. Esta última foi colocada em pé de igualdade com a primeira. Assim, à ampliação das categorias de entrada corresponde uma subtração da história do domínio da arte e, a partir de então,

> constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.[9]

Observe-se que o patrimônio é ligado de um lado à memória nacional e de outro a valores excepcionais. Se a arte se aproxima de uma concepção de cultura, a história é posta como um sistema paralelo, como se vê no quadro que segue. Essa nova classificação

Entrada principal	Categoria	Livros do tombo
Arte	Arqueológica	Arqueológico e Etnográfico
	Ameríndia	
	Popular	
	Erudita nacional	das Belas-Artes
	Erudita estrangeira	
	Aplicada nacional	das Artes Aplicadas
	Aplicada estrangeira	
História	História	Histórico
	Arte histórica	

parece sugerir duas temporalidades: uma "cultural" e outra "histórica", numa preponderando uma concepção diacrônica e noutra prevalecendo uma concepção sincrônica.

[9] Decreto-lei 25/37.

Alterações classificatórias também ocorreram em Juiz de Fora. Se o leitor investir numa trajetória histórica das políticas de preservação na cidade, averiguará que a Lei 6.108 foi substituída em 1988 pela Lei 7.282.[10] Embora visando consolidar a proposta anterior, esse novo documento traz algumas mudanças. É possível identificar um refinamento textual e uma maior preocupação em especificar as questões em pauta. Enquanto os valores e classificações da Lei 6.108 se estruturam em torno da noção de um bem cultural, o novo documento o faz a partir da ideia de patrimônio cultural. Nesse deslocamento, a busca por definições mais justas ficam claras no primeiro capítulo, onde se lê:

> Art. 1 – O Patrimônio Cultural do Município de Juiz de Fora é integrado pelos bens móveis e imóveis, públicos ou privados, existentes em seu território, que devem merecer a proteção do poder público municipal pelo seu valor cultural, histórico, etnográfico, paleográfico, bibliográfico, artístico, arquitetônico, paisagístico ou cultural.[11]

Nota-se, então, uma nova classificação para um conjunto de elementos que, de bens culturais, passam a ser denominados patrimônio cultural.

Para além da mudança retórica, há também uma alteração no que tange aos valores e instrumentos de preservação do patrimônio. De um lado, é incluído um novo valor, o valor cultural. Por outro lado, o valor arqueológico é excluído do texto, o que leva a indagar: Por que suprimir o valor arqueológico? Estar-se-ia negando a existência de sítios arqueológicos na cidade ou relegando uma possível proteção a outras esferas do poder público? O valor ambiental, por sua vez, é reconfigurado. Embora não conste na lista dos valores que integram o patrimônio cultural da cidade, ele surge como um novo instrumento de preservação às áreas de proteção ambiental, "zonas especiais assim consideradas por lei". A lei traz ainda um terceiro instrumento de proteção, a declaração de interesse cultural, e estabelece que:

> poderá ser declarado de interesse cultural da comunidade o bem a que não for adequada a proteção acarretada pelo tombamento, quer em razão de sua natureza, quer em razão de sua especificidade a

10 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Lei 7.282/1988.

11 Idem.

> despeito de seu valor cultural, histórico, etnográfico, paleográfico, artístico, arquitetônico ou paisagístico. (JUIZ DE FORA, LEI 7.282/1988).

O documento não avança em descrever esses novos instrumentos de preservação. Explicita apenas que seriam regidos pelas mesmas normas do tombamento, prevendo-se restrições ou limitações quanto a suas utilizações de acordo com as necessidades de sua proteção. Como não há menção, fica subentendido que ambos seriam inscritos também no mesmo livro de tombo da cidade. Com base nesses dados, delineia-se um novo quadro referente aos valores do patrimônio juizforano com a Lei 7.282.

Entrada principal	Categoria	Livros do tombo
Patrimônio cultural	Cultural	Livro do tombo local
	Histórico	
	Paleográfico	
	Etnográfico	
	Paisagístico	
	Bibliográfico	
	Artístico	
	Arquitetônico	

Esse sistema classificatório perdurou até 2004, quando a Lei 7.282 foi revogada. Implantou-se um novo texto jurídico, a Lei 10.777 de 15 de julho de 2004. O documento buscou uma atualização e adequação em relação a um novo cenário da categoria patrimônio, com a emergência do dito patrimônio imaterial. Trouxe diferentes propostas para se pensar o patrimônio juizforano, a começar pela própria definição do que é esse patrimônio. Ele aparece constituído agora "pelos bens materiais – imóveis, móveis e integrados –, públicos ou privados e bens imateriais existentes em seu território".[12] Junto dessa nova definição surge também um novo critério de atribuição cognitivo para esses bens. Não se fala mais em valores, mas no fato de serem "portadores de referência à identidade juizforana",[13] embora estes mesmos possam ser considerados como valores. Nessas referências se incluem:

[12] Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Lei 10.777, de 15 de julho de 2004.

[13] Idem.

> I – as formas de expressão;
> II – os modos de criar, fazer e viver;
> III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV– as obras, objetos, documentos e edificações cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do município, do estado ou do país, quer por seu valor cultural, histórico, etnológico, paleontológico, bibliográfico, artístico, arquitetônico, paisagístico;
> V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, paleontológico, ecológico e científico.[14]

Segundo o documento, esse conjunto de elementos, que varia das formas de expressão à ciência e tecnologia, é que possibilitaria ao juiz-forano criar sua identidade, sendo eles passíveis de serem considerados patrimônio cultural – os três primeiros itens ligados ao patrimônio imaterial e os seguintes ao patrimônio material. Tais termos vieram acompanhados de pelo menos duas diferenças em relação ao anterior, no que tange aos instrumentos de preservação. No que diz respeito aos instrumentos de proteção, identificam-se, na mesma comparação, duas principais diferenças: a exclusão das áreas de proteção ambiental e a introdução do registro de bens imateriais, englobando

> os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas ou outros bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nas definições acima.[15]

Esses bens serão inscritos em livro próprio, tendo como referência: "a continuidade histórica do bem e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade".[16] Nesse momento, o patrimônio

[14] Idem.
[15] Idem.
[16] Idem.

juizforano passa a ter duas entradas principais, material e imaterial, divididas agora em dois livros: do tombo e de registro. Delineia-se o seguinte quadro:

Bens tangíveis	Bens móveis e imóveis	Livro do tombo
	Conjuntos urbanos e sítios	
Bens intangíveis	Formas de expressão	Livro de registro
	Ofícios	
	Saberes	

A Lei 10.777, para além de alterar os sistemas de valor do patrimônio juizforano, adequava as políticas de patrimônio local a um cenário mais amplo. De modo geral, a emergência do que se tornou comum denominar patrimônio imaterial levou a uma nova reclassificação dos valores do patrimônio. O "surgimento" do patrimônio imaterial traz consigo novas categorias classificatórias para o patrimônio. Tais categorias refletem uma série de processos ocorridos a partir da segunda metade do século XX, como a disseminação do uso antropológico da noção de cultura e as demandas de um mundo pós-colonial com suas diversas vozes que emergiram clamando seu espaço político e representacional.

No Brasil, costuma-se atribuir o início dessa política à publicação da Constituição de 1988 que, em seu artigo 216, afirma: "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de significado", mas ela tomou fôlego, de fato, com a publicação do Decreto 3.551 de 2000, cujo objetivo é viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção desse patrimônio, classificado em quatro grandes áreas: celebrações, formas de expressão, lugares e saberes (OLIVEIRA, 2008).

Esse processo desloca, em última instância, as categorias de arte e história do posto de entradas principais para se pensar o patrimônio brasileiro para o segundo plano. Agora, coloca-se antes a dicotomia material/imaterial. Acredita-se que a confluência dessas duas categorias dará conta da diversidade brasileira, encampando terrenos que até então não haviam sido tocados de modo adequado pela agência. De tal forma, a diferença entre tangíveis e intangíveis

é menos entre o fato de algo ser ou não palpável e mais entre modelos de apresentar a nação. A uma nação construída discursivamente sobre pedra e cal e que, segundo os críticos, representava sobretudo as elites, caminha agora paralela e tensamente uma outra que retrata mais as camadas populares.

Bens tangíveis	Arte	Livros do tombo
	História	
Bens intangíveis	Celebrações	Livros de registro
	Ofícios	
	Lugares	
	Formas de expressão	

V

Esse rastreamento dos sistemas de classificação e valores do patrimônio é útil para visualizar seus percursos e mutações, qualificar suas permanentes mudanças feitas no plano discursivo, no intuito de criar narrativas coesas sobre história, arte e/ou de uma cidade, estado, nação. Tais elaborações, quando destinadas a formulações de políticas culturais, são recorrentemente criadas por intelectuais descritos na literatura como ideólogos do patrimônio. Na perspectiva de Edward Said (2005), um indivíduo desse grupo pode ser visto como "alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreira." Essas representações frequentemente são pronunciadas em nome de uma totalidade. Noutros termos, trata-se de um grupo de intelectuais falando em nome do todo – a sociedade. Possuem, então, poder de agência e são responsáveis pela elaboração e sugestão de usos possíveis do passado. O sucesso dessas representações ficam, no entanto, a cargo da ressonância (GONÇALVES, 2005) que alcançam junto ao grupo ao qual desejam alcançar.

Em vários países, entre os quais o Brasil, o grupo de ideólogos do patrimônio esteve associado por longo tempo à imagem dos arquitetos. Em sua tese de doutoramento, Márcia Chuva (1998) destaca o papel que eles tiveram ao arquitetar uma memória nacional nas primeiras déca-

das de atuação do IPHAN. É notório observar que ainda hoje constituem a maioria dos quadros dos vários órgãos dedicados à questão. Seu espaço, todavia, vem sendo cada vez mais questionado e compartilhado com outros intelectuais, como historiadores, museólogos e antropólogos. A uma diversificação no perfil dos ideólogos corresponde então uma possibilidade de diversificação nas classificações do patrimônio.

Em Juiz de Fora, a presença dos arquitetos também foi consideravelmente forte na implantação de sua política de patrimônio – foi um arquiteto o responsável por capitanear esse projeto. Não obstante, o grupo que compôs os chamados ideólogos do patrimônio local era constituído majoritariamente por artistas, jornalistas, escritores e historiadores. Esse dado talvez se explique por uma tradição desses agentes debaterem o patrimônio na cidade via imprensa desde a década de 1930 – como já apontado em relação a Lindolfo Gomes. Sob o olhar de um dos ex-membros do Conselho de Patrimônio municipal – e também arquiteto – essa não hegemonia dos arquitetos, pelo menos num primeiro momento da política local, seria explicada pela tardia presença de um centro de formação desses profissionais na cidade – no início da década de 1990. No entanto, com o passar do tempo, esse quadro foi se alterando e os arquitetos ganhando cada vez mais terreno no campo.

Entre arquitetos, historiadores, literatos, o que cabe chamar a atenção é que os sistemas de classificação por eles elaborados, quando postos em ação, expõem, para além de ideias de arte, história, uma certa representação desses conceitos em relação a seu tempo e ao olhar do grupo que os projetou. Refletem, em última instância, diferentes representações sobre o que é arte, ou história local ou nacional, e vão sendo reclassificados de tempos em tempos. Nesse sentido, os instrumentos utilizados para preservação, como leis e decretos, mantêm sua atualidade à medida que vão sendo ressignificados e expostos a novas possibilidades de olhar e aplicação.

Esses sistemas de valor têm influência sobre concepções de passado e culturas que podem ser visualizadas na cidade. Alguns comentários cabem ser feitos quanto a essa questão. Dado o curto espaço de tempo, as reflexões que seguem se referem à política de patrimônio local juizforana, empreendidas a partir dos processos de tombamento realizados sob a tutela das leis 6.108 e 7.282. Consi-

derações sobre o atual contexto englobando o patrimônio imaterial não serão avaliadas neste texto.

Entre os bens tombados, nota-se, a despeito das várias possibilidades de atribuição de valores, a predominância de bens arquitetônicos. Em meio aos argumentos para se justificar a inclusão desses elementos na lista do patrimônio local é possível perceber algumas nuances. Os primeiros processos de tombamento, por exemplo, traziam argumentos imbuídos de certo olhar poético em relação aos bens indicados para tal ação. O caso do Cine-Teatro Central é categórico: "Digo, sem exagero, que o Central é a alma de Juiz de Fora".[17] Para além dos atributos estéticos é ressaltado o aspecto afetivo, como forma de sugerir sua inextrincável relação, proximidade e reconhecimento por parte da população.

Esse tipo de argumentação se contrapõe aos processos mais recentes que, sobretudo a partir da década de 1990, começaram a ganhar caráter cada vez mais técnico. Neles tomam vulto elementos formais, o fato de determinado bem ser exemplar característico de um estilo arquitetônico fortemente presente na cidade e/ou o elo de dado bem com algum fato ou personagem de vulto excepcional para o cenário local.

Isso talvez reflita as mudanças no perfil dos membros da Comissão Técnica de patrimônio – hipótese a ser mais bem investigada. De antemão, o que se observa é o deslocamento de uma perspectiva de valor histórico e arquitetônico, associada a valores carregados de aspectos que apelam ao poder emotivo que tais bens despertam, para uma que sublinha o registro técnico e historicista; de um olhar que buscava integrar o patrimônio a uma essência do "ser juizforano" para a visão cada vez mais especializada de reconhecer e chancelar um patrimônio.

Entre uma e outra perspectiva retórica, permanece o dado de que os bens tombados são predominantemente edificações em estilos eclético, *art déco*, neocolonial e modernista, dentre os quais sobressaem os dois primeiros: o ecletismo característico da passagem do século XIX para o XX, que reproduz a arquitetura renascentista com elementos industrializados, e o *art déco*, que se torna símbolo de uma cidade que se pretendia moderna e condizente com as influências europeias nas primeiras décadas do século XX. De modo geral, tais construções da-

[17] Processo de Tombamento 3.821/1982, PJF/DIPAC. Folhas 3-5.

tam de um período que se estende de 1870-1930, momento de formação e consolidação de um modo de vida urbano de Juiz de Fora (WIRTH, 1973). Elas remontam à época na qual Juiz de Fora despontava como um pólo na região da Zona da Mata mineira, situada entre as capitais do país e do estado. Esse foi um período considerado áureo na história da cidade, marcado por forte dinâmica de industrialização e efervescência cultural, quando a cidade contava com destacada importância política que lhe rendeu títulos como "Manchester Mineira" e "Athenas Mineira" (VALE, 1996). O patrimônio da cidade é um patrimônio urbano, como urbana sempre foi a imagem que Juiz de Fora buscou construir. É um patrimônio da modernidade do município.

De tal forma, se há uma categoria que pode sintetizar o projeto patrimonial da cidade, esta é modernidade. A "tradição inventada" (HOBSBAWN; RANGER, 1984) da cidade é a de que esta sempre foi um lugar de vanguarda. Nesse sentido, para além das mutações dos termos que classificam os valores do patrimônio juizforano, a proposta de salvaguardar a modernidade e o espírito de vanguarda da cidade é um elemento que perpassa toda a trajetória da política pública de preservação local.

Outro ponto a destacar, a despeito das tensões no centro urbano da cidade, onde se situa o patrimônio, é que embora se tenha feito um inventário, um planejamento do que deveria ser preservado ou não, de acordo com estratégias de ação predefinidas, a ação não foi levada adiante de modo sistemático. Mais do que isso, a questão do patrimônio não entrou, de modo concreto, na pauta de discussão do planejamento urbano da cidade, embora este, durante algum tempo, estivesse vinculado às atividades do Ipplan. Nesse sentido, as ações tomadas, principalmente as iniciais, pautadas na Lei 6.108, norteavam-se por um discurso de perda. Os intelectuais do patrimônio juizforano procuravam dar vistas ao tombamento dos bens, pois, se não o fizessem naquele momento, eles poderiam ser destruídos. É como se o patrimônio se formasse sempre à beira de suas ruínas. Na análise de Gonçalves:

> Nos discursos sobre patrimônios culturais, a "perda" é uma imagem por meio da qual as diferenças e a fragmentação são colocadas para fora das práticas de apropriação, como algo que lhes

> é totalmente externo. Operando desse modo, esses discursos asseguram que o objeto principal dessas práticas, a cultura nacional ou o "patrimônio cultural", permaneça ilusoriamente como algo coerente, íntegro e idêntico a si mesmo. Desse modo, a perda e a fragmentação são projetadas para fora do discurso, como se representassem uma violência externa. No entanto, o que os intelectuais nacionalistas associados aos chamados patrimônios culturais chamam de "perda" é, na verdade, o efeito de diferenças que, por sua vez, são pré-condições existentes no interior mesmo das práticas de apropriação, no interior das culturas nacionais enquanto culturas apropriadas. Nesse sentido, poderíamos dizer, no jargão de Derrida, que as práticas de apropriação estão divididas contra si mesmas. Seus objetos simultaneamente são e não são; estão presentes e ausentes; na verdade, não se opõem a uma perda ou fragmentação definidas em termos absolutos como fatos exteriores àquelas práticas. (GONÇALVES, 1996)

Cabe notar ainda que a narrativa histórica prima também por certo distanciamento espaço-temporal. Em uma das reuniões do Conselho Consultivo, constava na pauta a decisão quanto à demolição ou não de uma casa situada na zona norte da cidade. O pedido de demolição foi aceito por unanimidade, tendo como justificativa o fato de que aquela região de Juiz de Fora é recente e não teria história. A questão que se coloca é: se tudo naquele local é demolido por não ter história, como ele poderá algum dia ter uma história? O que as discussões do conselho retratam é a existência de um recorte dentro do próprio sistema de valores quanto ao que pode ou não ser considerado patrimônio. Para além da presença de um valor histórico, um bem é considerado patrimônio se é parte de dada visão de história; para além de artístico, de determinada visão do que é arte. Se, como citado, Lindolfo Gomes buscava evocar, em fins da década de 1930, um passado ligado à origem da cidade e, a partir da década de 1980, essa busca se revela ligada ao progresso da cidade, evidencia-se que, ao escolher entre conjuntos de valores, selecionam-se narrativas de passado que vão se alterando ao longo do tempo e que carregam por trás uma série de relações de força.

VI

À guisa de conclusão, o que se infere é que, a um discurso que prima por uma pluralidade de elementos na elaboração dos instrumentos de ação corresponde, na prática, uma seleção daquilo que os ideólogos indicam como supostamente mais representativo. Há então, um duplo processo de seleção. O primeiro, no momento em que se definem as regras e categorias que enquadram o patrimônio; o segundo, quando esse sistema é aplicado. Há ainda uma terceira seleção, aquela que é reflexo da ressonância (GONÇALVES, 2005) que alcança a aplicação dessas regras e que escapa ao controle dos ideólogos.

Em meio a tais seleções, tal qual ocorreu com o barroco em relação aos primórdios do IPHAN, em Juiz de Fora os recortes levam a uma primazia pelo patrimônio do período de modernização da cidade, sobretudo a arquitetura. Fica de lado uma série de outros elementos que poderiam ser enquadrados, segundo os valores estipulados pelas leis de preservação – etnográfico, paleográfico, bibliográfico. De modo sintético, talvez seja correto afirmar que os ideólogos do patrimônio detêm o poder – ainda que instável, pois que cada vez mais passível de contestações – de selecionar, dar voz e silenciar narrativas históricas, arquitetônicas, entre inúmeras outras. Trata-se sempre de um olhar do presente para alguma possibilidade de passado, que ratifica o que se entende por passado nesse presente. Nessa perspectiva, o patrimônio histórico e cultural que se visualiza nas listas locais, nacionais e mundiais, mais do que agrupar lugares de memória, reúne lugares que o presente procura para alocar aquilo que entende por memória e que se altera a cada regime de historicidade (HARTOG, 2003).

Referências

CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio:* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 95-110.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória:* a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). Tese de Doutorado. Niterói, 1998.

GOMES JÚNIOR, Guilherme. Palavra peregrina: o barroco e o pensamento sobre as artes no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda:* os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio:* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21-29.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos.* Porto Alegre, v. 11, n. 23, p.15-36, jan./jun. 2005.

HARTOG, François. *Time, history and the writing of the history:* the order of time. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html#*>. Acesso em:

_____. *Regimes d' historicité:* présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória:* arquitetura, monumentos, mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JONAS, Hans. *O princípio da responsabilidade:* ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros.* Juiz de Fora: UFJF/Funalfa, 1985.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft.* São Paulo: Ática/Scipione, 1991.

MAUSS, Marcel. *Ensaios de sociologia.* São Paulo: Perspectiva, 1995.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio:* um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, n. 20, p. 40-44, 1984.

PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana:* igreja católica em Juiz de Fora (1890-1924). Juiz de Fora: Livraria e Editora Notas e Letras, 2004.

RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments:* son essence et sa génèse. Paris: Seuil, 2002.

SAID, Edward. *Representações intelectuais.* São Paulo: Cia das Letras, 2005.

VALE, Vanda Arantes. *Juiz de Fora "Manchester Mineira".* Cambridge. III Encontro da Associação de Estudos Brasilianistas, 1996.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

A divulgação das pesquisas arqueológicas para constituição da memória nacional: levantamento de projetos de 1997 a 2006

Denise Rosário de Carvalho*
André Luis dos Santos Andrade**



* **Denise Rosário de Carvalho** é especialista em Arqueologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA). Técnica em Arqueologia, lotada na Superintendência do IPHAN no Pará.

** **André Luis dos Santos Andrade** é graduando do curso de História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Estagiário da área de Arqueologia da Superintendência do IPHAN no Pará.

A mente é o homem, e o conhecimento,
a mente. O homem é apenas aquilo
que ele conhece [...]

Francis Bacon, século XVII.

A proposta deste artigo é demonstrar o aumento na quantidade de pesquisas arqueológicas durante uma década – recorte temporal selecionado de 1997 a 2006 –, que gerou uma quantidade de dados sobre o processo de ocupação do território brasileiro, nesse caso em especial, a região amazônica.

Neste sentido, entender o incremento dessa produção – que a princípio considera-se científica, pois, segundo Reis (2007), todo dado gerado através de um projeto de pesquisa deve resultar em um conhecimento – implica discutir as formas da divulgação científica e do próprio conhecimento científico como o primeiro passo para a construção e reconstrução de teorias.

A decisão de abordar esse conceito de divulgação científica se reporta ao fato de um ato administrativo do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), a Portaria Sphan 07/1988, indicar que no plano de trabalho de um projeto de arqueologia devem ser citados os meios de divulgação das informações científicas obtidas durante a pesquisa. Portanto, essa preocupação vem ao encontro da proposta do artigo: verificar o que realmente os dados dessas pesquisas produzem como significados para a compreensão do passado que, por conseguinte, reflete na própria problemática da construção de uma memória nacional. Há de se ressaltar que essa portaria vem orientar o que já é indicado no Capítulo II da Lei 3.924/1961 – conhecida como a primeira legislação referente à proteção do patrimônio arqueológico no Brasil –, que discorre acerca das permissões para escavações arqueológicas.

Paralelamente à questão da normalização para autorizações ou permissões de pesquisas arqueológicas no Brasil, procura-se também rela-

cionar esse ato administrativo a outra situação que emerge num período histórico do contexto brasileiro a partir da década de 1980, qual seja, o crescimento do número de empreendimentos causadores de danos ambientais. Essa situação resultou na edição, pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, do documento conhecido por Resolução Conama 01/1986, cuja finalidade foi exigir a elaboração de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de obras e atividades modificadoras do meio ambiente, o que incluiu o levantamento arqueológico.

O desdobramento e a regulamentação das fases do licenciamento ambiental com etapas de programas de arqueologia preventiva apenas são concretizados pelo IPHAN (órgão, que dentre suas funções, encarrega-se da proteção e da preservação do patrimônio arqueológico). Na Portaria IPHAN 230/2002 se verifica a preocupação de exigir, dos empreendedores, salvamento arqueológico, por meio de estudos exaustivos das áreas a serem impactadas, como uma medida compensatória à "perda física dos sítios arqueológicos" (IPHAN, 2006).

Estabelecido o objetivo de averiguar o aumento indicado acima, surgiu a necessidade de um levantamento quantitativo de projetos de arqueologia que pudesse demonstrar a produção e a comunicação dos seus resultados, fundamentais para o entendimento das ocupações pretéritas no território brasileiro.

A obrigatoriedade de solicitar concessões para realizar pesquisas arqueológicas no Brasil iniciou com a promulgação da Lei Federal nº 3.924/61, que coloca os monumentos arqueológicos e pré-históricos existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram sob a guarda e proteção do poder público. Nas décadas seguintes, as investigações para conhecer o processo de ocupação do território brasileiro e a sua respectiva contribuição ao conhecimento das culturas que aqui emergiram aumentaram muito.

Concomitantemente, na década de 1980 se verificou significativo incremento no número de empreendimentos que precisavam desenvolver processo de licenciamento ambiental, em atendimento à Resolução Conama 01/1986, que surgiu em função da necessidade de definir critérios para a utilização dos estudos de impacto ambiental.

Entendemos que destacar tais aspectos significa contextualizar a situação das pesquisas arqueológicas até aquele momento. Referimo-nos

mais precisamente ao ano de 1988, quando foi editado, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), a Portaria 07/1988. Esse instrumento legal teve o papel de organizar os encaminhamentos das futuras pesquisas arqueológicas, muito embora elas já ocorressem no Brasil, a exemplo do que mostram os trabalhos de Evans e Meggers (1965) e outros pioneiros.

Entretanto, mesmo com o crescimento das políticas públicas na área da arqueologia, o Sphan, como órgão "protetor" do patrimônio cultural brasileiro, mostrava-se frágil, haja vista que as licenças concedidas às pesquisas arqueológicas nem sempre garantiam proteção concreta dos sítios arqueológicos encontrados no país, no sentido de que se fizesse cumprir a Lei 3.924/61, que trata da proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Acrescenta-se a essa situação o quadro reduzido de técnicos para atuar na proteção do patrimônio arqueológico. Somente em 1980, quase 20 anos após a edição da referida lei, Aloísio Magalhães, então presidente do Sphan, estruturou um núcleo de arqueologia na instituição que, posteriormente, foi transformado em coordenadoria (SILVA, 1996). Até pouco tempo, o órgão contava com aproximadamente seis arqueólogos no seu quadro efetivo, ganhando "fôlego" em 2006 com a entrada de mais 24 técnicos, através de concurso público, para cuidar da gestão do patrimônio arqueológico no país. O número ainda é insuficiente, contudo, é o início do fortalecimento de uma área que ainda se mantém atrelada ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) no IPHAN.

Nesse contexto, retomando a situação da arqueologia no país, mais precisamente a partir de 1994, com a estabilidade da moeda, o Brasil começou a ser inserido na perspectiva das políticas neoliberais (BORON, 1999). Deu-se prosseguimento aos investimentos em grandes empreendimentos no país, a exemplo da construção e pavimentação de estradas e rodovias, bem como o aumento da presença de mineradoras em regiões como o estado do Pará. A partir dessa dinâmica, orientada para o desenvolvimento econômico, não foi difícil perceber o processo de afloramento de bens arqueológicos com a intensificação de obras desse tipo no país.

Com isso, a arqueologia e suas finalidades começaram a emergir como questão para o agora Instituto do Patrimônio Histórico e Artísti-

co Nacional (IPHAN),[1] ao mesmo tempo em que a gestão do patrimônio arqueológico passou a suscitar maior preocupação. A autorização e/ou permissão para pesquisas se apresentava então como apenas um dos eixos da política de proteção ao patrimônio arqueológico, pois se tornou mais importante saber como adequar o licenciamento dessas obras aos interesses da arqueologia e como se dariam tais procedimentos.

Foi somente em 2002 que efetivamente, diante da situação desenvolvimentista desse período, o IPHAN emitiu a Portaria 230/2002, procurando adequar as etapas do licenciamento ambiental à pesquisa arqueológica. Em seu Art.6º, parágrafo segundo, a portaria dispõe sobre a necessidade de que, "em casos de perdas irreparáveis a sítios arqueológicos", decorrentes dos empreendimentos já mencionados, o conhecimento adquirido através dos dados conseguidos nas pesquisas arqueológicas pertinentes seja integrado à chamada "memória nacional" (IPHAN, 2006), o que se coloca como uma medida de compensação aos danos causados pela destruição desse patrimônio.

Para entender que memória é essa, à qual a portaria em questão se refere, e considerando as pesquisas arqueológicas como uma fonte primordial para aquisição de dados na construção do conhecimento arqueológico, o estudo relatado neste artigo busca identificar e analisar as pesquisas arqueológicas autorizadas ou permitidas no período de 1997 a 2006 pelo IPHAN. Além disso, importa verificar também as contribuições dessas pesquisas para a formação de um saber em direção à constituição da memória nacional.

No sentido de entender como possivelmente se dá a referida contribuição, devemos nos reportar novamente à Portaria 07/1988. Nela, dentre outros pontos, destaca-se a necessidade de comunicação dos resultados científicos de uma pesquisa arqueológica autorizada pelo IPHAN, tendo em vista identificar e socializar o conhecimento adquirido. Essa sociabilização se dá a partir da comunicação, por meios tanto formais como informais, dos resultados das investigações realizadas.

Vista essa abordagem introdutória, prosseguimos com este artigo, dividindo o texto em quatro partes. A primeira é dedicada aos escla-

[1] Em 1990, foi extinto o Sphan e criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), então presidido por Lélia Coelho Frota. Quatro anos depois, o IBPC se tornou IPHAN. Sobre essa "dança" das siglas, ver Fonseca (2005).

recimentos de ordem metodológica, ou seja, à explicitação do modo como este estudo foi concebido em direção à busca de resposta ao problema proposto. Na segunda parte, aborda-se o recorte teórico, que corresponde ao momento histórico de promulgação de atos normativos importantes ao amparo do patrimônio arqueológico para a construção da chamada memória nacional, discutindo-se, sucintamente, conceitos como conhecimento científico, patrimônio cultural e memória, além da importância da pesquisa para o desenvolvimento de um país e sua relevância social. Na terceira parte, são apresentados os dados levantados, procurando relacionar os elementos numéricos auferidos com as discussões anteriores, ligadas às questões da memória, do patrimônio arqueológico, da gestão e da pesquisa e, precipuamente, a divulgação científica, verificando até que ponto os estudos arqueológicos estão ampliando os conhecimentos acerca desses temas.

A quarta e última parte do trabalho, dedicada às considerações finais, analisa os resultados do levantamento dos projetos de arqueologia realizados no Pará. E por fim, um esclarecimento quanto ao fato de este trabalho não reforçar discursos, mas proporcionar questionamentos sobre a função da pesquisa em arqueologia e a difusão desta na sociedade.

Estratégia metodológica

O arcabouço teórico deste trabalho toma como base o ordenamento legal de proteção ao patrimônio cultural, particularmente o arqueológico, discutindo, de modo sucinto, elementos conceituais como conhecimento científico, patrimônio e memória. O papel do pesquisador diante da necessidade de socialização dos dados científicos também é discutido. O IPHAN, com destaque para o setor de arqueologia, é tomado nessa perspectiva, uma vez que desempenha um papel determinante no cumprimento das determinações legais relacionadas a questões arqueológicas.

Além da discussão conceitual do objeto deste estudo, tem-se a operacionalização da coleta de dados, através do levantamento de processos de arqueologia na Superintendência do Pará. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter documental que visa saber quantas autorizações para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas — referentes tanto a processos de licenciamento ambiental como a investigações de

cunho científico — foram emitidas pelo IPHAN e publicadas no Diário Oficial da União no período de 1997 a 2006. A consulta aos processos ocorreu no âmbito da 2ª Superintendência Regional do IPHAN no Pará e Amapá, com sede em Belém (PA), mais precisamente nos arquivos da biblioteca Ernesto Cruz, que integra a estrutura da instituição. Procurou-se reunir informações específicas sobre a divulgação dos resultados científicos nos relatórios finais de cada projeto desenvolvido nos estados do Pará e do Amapá.

Esse recorte temporal é decorrente de uma percepção empírica sobre o crescimento no volume de autorizações ou permissões que vem ocorrendo desde 1997 no âmbito da Superintendência do IPHAN/PA e também de portarias emitidas, desde a de número 07/1988 até a 230/2002.

A análise dos dados segue uma abordagem quantitativa, já que prevê a tradução de informações em números para classificá-las e analisá-las (LAKATOS; MARCONI 1991). Este estudo pretende apontar a relação entre o número de pesquisas permitidas e a divulgação dos seus resultados e, a partir disso, discutir a incorporação dos estudos arqueológicos à memória nacional, sem deixar de inferir sobre as referências à memória. Nesse sentido, é pertinente verificar inclusive o papel do IPHAN diante de tais questões, saber como se posiciona e qual a sua contribuição institucional[2] para a memória nacional.

Perspectivas teóricas

Primeiramente, coloca-se aqui em discussão uma inferência sobre o conhecimento científico, o qual é base para a construção de qualquer teoria. Conforme Trujillo Ferrari (1974), Leite (2006), Vargas e Andrade (2005), o conhecimento científico é aquele que se adquire mediante preparo acadêmico, pois resulta fundamentalmente da atividade de pesquisa, a qual implica o uso de determinados métodos e técnicas empregadas para solucionar questões com respostas previamente determinadas (hipóteses). Mas, tal como posto por Price (1975 apud Ferreira, 2004), os resultados das pesquisas somente são agre-

[2] Cabe ressaltar que o IPHAN é uma entidade pública federal, cujas ações devem se estender a todos os estados brasileiros.

gados à ciência depois de publicados e julgados como relevantes para a comunidade científica, passando então a contribuir para a geração de novos conhecimentos.

Nesse ponto, Ferreira (2004, p. 69) chama a atenção para o fato de que a geração de novos conhecimentos funciona como uma espécie de "oxigenação" da ciência, impulsionando processos cognitivos de transformação para que esta não se torne algo estanque. Para teóricos como Castells (1999), essa produção contínua de novos conhecimentos é o que caracteriza o chamado "informacionalismo", o qual designa, segundo este sociólogo, um novo estágio do capitalismo, no qual a informação e o conhecimento constituem forças motoras do desenvolvimento. Desse modo, tecnologia, informação e conhecimento são tidos como a nova base da produção material das sociedades moderno-contemporâneas.

Retomando o que coloca Price (1975 apud Ferreira, 2004) sobre a produção do conhecimento, verifica-se que esta não se encerra no momento da conclusão da pesquisa. Para além da sistematização dos dados acerca de determinada realidade investigada, há a necessidade da chamada "comunicação científica", que Meadows (1999) e Garvey (1979 apud Sousa, 2004) definem como um conjunto complexo de atividades que envolvem desde a etapa da produção até a socialização e o uso das informações,[3] e ainda a escolha dos canais para a difusão desse conhecimento, sejam formais ou informais.

Diante desse contexto, a pesquisa tem como fruto um produto social que, do ponto de vista finalístico, deve ser revertido em benefícios à sociedade, seja material ou imaterialmente,[4] e isso envolve a divulgação de informações sobre as pesquisas, seus propósitos, impactos éticos e sociais e, principalmente, os resultados. Tal como mostram Figueiredo (1979) e Meadows (1999), a comunicação científica possui diversos canais de divulgação, de maneira que temos os informais (conversas, cartas, e-mails, comunicações em eventos científicos) e formais (artigos, capítulos de livros, livros). A divulgação

[3] No caso do uso, considera-se quando o conhecimento já foi disseminado e incorporado no fazer na comunidade científica (MEADOWS, 1999; FERREIRA, 2004).

[4] Aqui nos referimos à difusão desse conhecimento para os diferentes segmentos da sociedade ou mesmo seu aproveitamento nos processos de ensino-aprendizagem da rede formal de educação.

do andamento das pesquisas e/ou dos resultados finais, comunicados por meio de um ou mais desses canais, possui várias nuances, sendo uma delas as discussões processadas no meio científico após a etapa da publicização, o que coloca tais dados sob a análise crítica dos pares no sentido de aceitá-las ou refutá-las.

Ao se discutirem a comunicação e a produção científica, não se pode deixar de falar em Bourdieu (1983), pois a partir de suas formulações se percebem as subjetividades inerentes ao domínio dos cientistas. O conceito de "campo científico" se coloca então como fundamental para entender o ambiente em que se processa a produção do conhecimento científico. Para Bourdieu (1983), esse não é um espaço de todo harmônico como se pode pensar, pois nele são travados embates e competições entre indivíduos com posições definidas. O que está em jogo nesse espaço é a conquista e/ou a manutenção da "autoridade científica". E como se verá adiante, aqui reside um dos entraves à divulgação mais ampla das pesquisas arqueológicas na Amazônia e, por extensão, no Brasil, uma vez que, dos projetos levantados no IPHAN, quatro apenas tiveram repercussão. A divulgação dos resultados da maioria das pesquisas desenvolvidas se restringiu à apresentação dos relatórios finais ao Instituto. Essa constatação torna-se mais contundente quando, ao acessarmos na internet os sítios de revistas especializadas, não encontramos publicações relativas a tais estudos. Logo, percebe-se a restrição do conhecimento científico a algumas prateleiras de bibliotecas.

Ao caracterizar a pesquisa científica, Reis (2007) aponta três principais aspectos: (1) o científico (conjunto sistematizado e coerente de dados que constituem um determinado saber); (2) o socializador (referente à publicização e ao compartilhamento dos resultados com a sociedade) e (3) o fomentador (relacionado à capacidade de induzir à formação de políticas públicas setoriais).

Diante do exposto é importante contextualizar essas argumentações com a situação das autorizações para pesquisas arqueológicas, concedidas no âmbito do IPHAN nos estados do Pará e Amapá, considerando dois tipos de investigação: (1) as acadêmicas, financiadas, geralmente, por instituições de fomento à pesquisa e (2) as de contrato, que fundamentalmente atendem a uma demanda econômica atrelada a licenciamentos ambientais. Procurou-se então compreender objetivamente

quais as contribuições dessas pesquisas para o conhecimento científico no campo da arqueologia, mas na perspectiva da construção de uma memória nacional, como bem dispõe a Portaria 230/2002.

A busca por entendimentos acerca do que se pretendeu dizer ao se fazer referência à memória nacional, no parágrafo segundo da Portaria 230/2002, implica discuti-la no campo semântico, inclusive porque, ao constituir-se nos anos de 1960 (FONSECA, 2005), o Sphan trouxe consigo o papel de agência estatal de preservação da memória nacional, a qual é concebida como uma possibilidade de significados e sentimentos associados a determinadas materialidades. Inicialmente o foco da ação do Sphan era o patrimônio edificado (casarões históricos, casas de câmara e cadeia, fazendas coloniais, igrejas seculares), as artes traduzidas pelo barroco, os acervos bibliográficos de valor excepcional e as coleções etnográficas, os monumentos arqueológicos e as paisagens, tidos como representativos para a sociedade brasileira.

O projeto modernista, irradiado a partir de Minas Gerais, de instituir uma identidade nacional, que alcançou espaços para além do literário e do artístico, disseminando-se também para os domínios da política, consolidou-se com a assinatura do Decreto-lei 25/37 pelo então presidente Getúlio Vargas. A busca de uma "brasilidade" por oposição e negação a tudo o que remetesse a uma estética europeia foi assimilada pelo Estado na construção de uma nova nação (FONSECA, 2005), o que não significou necessariamente desconsiderar a história colonial do Brasil, tal como atestam os primeiros tombamentos realizados pelo Sphan e que sempre foram alvos prioritários da proteção federal.[5]

Para o chamado patrimônio arqueológico, o Decreto-lei 25/37 criou o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, reservado ao tombamento das "coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular" e aos monumentos naturais, sítios e paisagens de beleza cênica dada pela natureza ou trabalhada pelo homem. Em 1961 foi assinada a Lei Federal 3.924, que dispõe sobre "monumentos arqueológicos e pré-históricos" (IPHAN, 2006) e deu base para a criação posterior das portarias 07/1988 e 230/2002. Cabe

[5] Mencionamos o caso dos remanescentes da Fazenda Pombal, em Ritápolis (MG), na qual nasceu Tiradentes, tombada em 1970 (FONSECA, 2005).

enfatizar que somente em 1988 a legislação brasileira fez referência explícita à memória nacional, com a Constituição Federal promulgada naquele ano que, em seu artigo 216, determina que o patrimônio cultural brasileiro compreende

> os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - **os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.** (BRASIL, 1988:20, grifo nosso).

Como se vê, todos os bens culturais elencados nesse artigo se referem a elementos da memória, os quais podem ser evocados no sentido de reforçar laços identitários na coletividade, por meio de um sentimento vinculado a um passado comum dos brasileiros ou dos grupos que mais contemporaneamente contribuíram para a formação da sociedade nacional.

Considerando a história como uma "reconstrução factual", do modo como se refere Neves (1987), uma memória nacional estaria assentada sobre o(s) significado(s) dos fatos históricos e a(s) representação(ções) dele(s) para uma sociedade. Entretanto, como lembram Hobsbawm (2002) e Neves (1987), a ideia de nação surgiu para encobrir as particularidades dos grupos humanos sob a égide do Estado e, desse modo, reduzir as diferenças étnicas, culturais e históricas desses grupos à categoria globalizante de cidadão. Então pensamos que tal memória nacional, mencionada pela Portaria 230/2002, está associada a um legado anterior à vontade do indivíduo, mas que nele se realiza e partilha a partir da presença de "outros" ao longo de toda a vida, mesmo que ele possa selecionar o que lembrar em meio ao repertório mnemônico disponível. Tal como observou Halbwachs (2006), as memórias individuais e coletivas são importantes para a sua ativação

e manutenção mútua, e os fatos e coisas nos quais se apóiam são dos mais diferentes tipos, no que se inclui o patrimônio cultural.

Pensar nas formas por meio das quais as pesquisas arqueológicas podem contribuir para a memória envolve um amplo campo de possibilidades, seja no contexto da comunicação científica ou mesmo no das práticas educacionais.

Pesquisas arqueológicas na Amazônia: produção e socialização de conhecimentos

Uma questão que se mostrou latente desde a edição da Resolução 01, em 1986, pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) foi a necessidade cada vez maior de se conhecer o patrimônio arqueológico nacional, até então pouco investigado. Nessa década, a arqueologia despontava mais nitidamente no território nacional e as pesquisas já realizadas apenas mostravam o mapa da realidade dos sítios arqueológicos identificados no país. Muito dessa contribuição ocorreu através de um programa que ficou conhecido pela sigla Pronapa (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), o primeiro programa sistemático de investigação arqueológica para entender a cronologia das ocupações pretéritas ocorridas no espaço brasileiro realizado entre 1965 e 1970.

Assim, as pesquisas arqueológicas, mesmo incipientes, ganharam maior impulso na década de 1980, notadamente por fatores como a continuidade dos projetos desenvolvimentistas e a evolução do ordenamento jurídico quanto à avaliação de impactos socioambientais decorrentes de empreendimentos de médio e grande porte (BARRETO, 1992). Como consequência, no campo do patrimônio cultural se instituiu a Portaria 07/1988 para orientar as solicitações de permissão e as autorizações de pesquisas de campo e escavações arqueológicas que pudessem resultar em achados de valor científico e/ou cultural. Mas a questão nesse ponto é: de 1997 até 2006, os estudos arqueológicos autorizados pela Superintendência do IPHAN no Pará resultaram em quê?

Nesse período (1997-2006) foi perceptível o aumento do número de pesquisas arqueológicas autorizadas pelo IPHAN/PA, levando-se em conta especialmente os últimos quatro anos, com o crescimento da economia e das políticas públicas de infraestrutura. Isso resultou em mais licenciamentos ambientais e, por conseguinte, mais investigações no âmbito da arqueologia de contrato e profissionais atuando nessa área, o que supostamente aumentaria também o número de estudos de cunho acadêmico. Merece citação, nesse contexto, o primeiro curso *lato sensu* em Arqueologia na Amazônia, implantado pela Universidade Federal do Pará em 2006, que possibilitou uma melhor avaliação da atual situação da pesquisa arqueológica no Brasil, a partir da participação dos pesquisadores em congressos e outros eventos científicos.

Com a observação sobre o crescimento da arqueologia no Brasil, há que se colocar um outro questionamento: para que pesquisamos se o conhecimento científico não caminha para a socialização? Fazemos essa indagação por verificarmos que questões simples, imbricadas no fazer científico, a exemplo da disponibilização dos resultados de uma pesquisa para uso de outros pesquisadores, em alguns casos se colocam de maneira problemática, sobretudo quando os conhecimentos não são partilhados e/ou permanecem relegados aos gabinetes. O mesmo acontece com os produtos dessas pesquisas que ficam armazenados nas estantes de bibliotecas e sem autorização, por parte de alguns pesquisadores, para socialização das informações, ainda que seja garantida a citação da fonte. Entendemos que esse tipo de comportamento constitui entraves para o desenvolvimento de outras pesquisas e contraria uma das premissas básicas da investigação científica, corroborada na Portaria 07/1988 e traduzida pela socialização do conhecimento arqueológico, quer na academia, quer nas instituições de pesquisa, nas escolas, enfim, em todos os espaços de estudo e debate, de forma a viabilizar sua divulgação mais ampla à sociedade.

Desenvolvidas essas discussões teóricas, segue a análise sobre as evidências coletadas, iniciando com a quantificação das pesquisas, demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1
Demonstrativo das pesquisas arqueológicas nos estados do Pará e do Amapá.

Período 1997/2006	Projetos autorizados ou permitidos	Aspecto da pesquisa		
		ELA(*)	EA(**)	SI(***)
1997	2	-	2	-
1998	4	4	-	-
1999	8	7	-	1
2000	10	7	3	-
2001	1	-	1	-
2002	9	8	1	-
2003	10	10	-	-
2004	10	8	2	-
2005	14	13	-	1
2006	13	8	5	-
TOTAL	81	65	14	2

Fonte: Arquivo da 2ª SR/IPHAN – PA/AP. Nomenclatura: (*) Estudos para licenciamento ambiental. (**) Estudos acadêmicos. (***) Sem identificação.

Esses dados refletem o aumento na quantidade de projetos arqueológicos, especialmente a partir de 2003. Do total (81), 65 projetos arqueológicos atenderam a licenciamentos ambientais relacionados à arqueologia de contrato, enquanto 14 foram associados a estudos acadêmicos e dois não tiveram sua finalidade identificada.[6] Destaca-se, assim, um abismo entre o número de autorizações ou permissões para pesquisas acadêmicas e o volume daquelas voltadas para projetos de desenvolvimento.

Nesse aspecto é bom ressaltar que a Portaria Sphan 07/1988 forneceu diretrizes para a apresentação dos projetos de pesquisas arqueológicas no Brasil e o atendimento aos seus requisitos inclui pensar na socialização do conhecimento resultante dos projetos de arqueologia. E com a Portaria 230/2002, retomamos o ponto central da discussão quanto à importância da divulgação das informações das pesquisas arqueológicas, pois, ao enfatizar a "integração dos dados à memória nacional" (IPHAN, 2002), o documento conota que o conhecimento adquirido nas pesquisas deve ser compartilhado. Por esse viés, entendemos que tal integração envolve a divulgação por meio de publicações

[6] Significa que foram encontradas as portarias de autorização e/ou permissão, mas seus respectivos processos não se encontravam na biblioteca.

em periódicos científicos, edição de livros, apresentação em seminários, palestras e outros eventos acadêmicos, além da realização de oficinas, cursos e outras atividades de difusão do conhecimento, inclusive ações educativas. As experiências em gestão do patrimônio cultural têm mostrado que o interesse dos cidadãos pela herança cultural é menor quando não há uma identificação, ou seja, quando os indivíduos não percebem o patrimônio cultural como algo que lhes pertence. No caso particular do patrimônio arqueológico, isso pode acarretar atitudes por vezes predatórias, como o vandalismo.

No contexto institucional do IPHAN, os termos "preservação" e "conservação" estão sempre presentes no vocabulário. A eles acrescentamos a expressão "preservação cultural" que, para Silva (1996, p. 10), tem a ver com "quaisquer ações que visem à conservação de valores culturais de uma nação" como elementos de fortalecimento da identidade de povo. Aqui se abre um parêntese para analisar as diretrizes políticas e institucionais desse órgão responsável pelas políticas públicas de proteção do patrimônio cultural no Brasil, resultantes do projeto de construção de uma identidade brasileira. Nesse projeto, observa-se a eleição dos monumentos mais significativos como representações emblemáticas dessa identidade. Essa "eleição" se deu no bojo de um discurso oficial que nem sempre correspondia aos anseios da população, mas encontrava força nas elites e nos grupos de intelectuais permeados por uma cultura tida como erudita e que reificava o patrimônio edificado herdado do período colonial (GONÇALVES, 1996).

Foi só a partir da década de 1960 que o patrimônio arqueológico recebeu maior atenção. Com a instituição da Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, definiu-se mais claramente o que seriam os monumentos arqueológicos e pré-históricos:

> a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representam testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente;
> b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

> c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, 'estações' e 'cerâmios', nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico. (BRASIL, 1961:25).

Então se definia o patrimônio arqueológico a ser gerido no Brasil e seu objeto de proteção dada sua relevância para o país quanto à compreensão da presença humana em tempos passados.

Diante das questões levantadas, dos discursos e dos pensamentos analisados em direção ao que a norma designa como integração à memória nacional, remetemos nossas reflexões a um pressuposto básico: a busca por uma forma de divulgação das informações obtidas nas pesquisas arqueológicas. Enfatizamos que, como bem colocado por Meadows (1999), Pinheiro e Savi (2006?), a socialização do conhecimento científico contribui para a divulgação do produto da pesquisa (o conhecimento), a divulgação do pesquisador (como produtor intelectual) e para a sociedade (como beneficiária desse conhecimento).

De todo modo, ainda que a Portaria 230/2002 se preocupe com a incorporação dos conhecimentos sobre bens arqueológicos pesquisados, nos casos de perda provocada por algum tipo de empreendimento, impõe-se um questionamento: Que sociedade é essa para a qual se defende a socialização desses conhecimentos? Pensar em sociedade necessariamente não significa se referir a uma totalidade de indivíduos, mas, conforme Hauresko (2002), a um conjunto de relações e práticas recorrentes que criam as instituições. Nessa perspectiva, há uma miríade de grupos cujos indivíduos estão em processos de interação e de constituição de uma sociedade, como operários, estudantes, camponeses e cientistas.

Em face dessa diversidade, uma socialização do conhecimento arqueológico pode se dar em momentos distintos, com grupos distintos. Assim, ao apresentar uma comunicação em um simpósio que congrega um público de especialistas, o pesquisador está a socializar o conhecimento. Ao ministrar uma aula na qual o conteúdo articulado se refere ao conhecimento arqueológico, o pesquisador está igualmente a compartilhar saberes. E,

noutro exemplo, ao organizar uma exposição orientada em um sítio escavado num bairro de uma grande cidade, também está realizando a socialização do conhecimento. Como se vê, muitas são as formas e as estratégias de difundir o conhecimento resultante da pesquisa arqueológica.

Enfim, o que pretendemos expor com a asserção acima é que a questão da memória coletiva – fazendo parte de uma dimensão maior que é memória nacional – é (re)alimentada continuamente para manter os laços sociais entre os indivíduos de um grupo e em contextos intragrupais. Portanto, a identidade firma para a memória coletiva o potencial de trabalhar com as histórias de pertencimento referidas a dado espaço, seja este local, regional ou nacional. Assim, pensando na contribuição das pesquisas arqueológicas à memória nacional, tratamos de identificar e quantificar os tipos de pesquisa relacionadas às 81 autorizações ou permissões emitidas pela 2ª SR/IPHAN nos estados do Pará e do Amapá no período de 1997 a 2006, chegando-se a cinco grupos distintos, como mostra o gráfico a seguir.

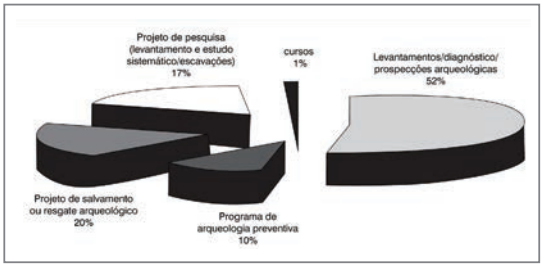


Gráfico 1 - Tipos de pesquisas arqueológicas realizadas no Pará e Amapá.
Fonte: Dados gerados pelo estudo.

No Gráfico 1 se observa um volume maior (52%) de pesquisas voltadas a levantamentos, diagnósticos ou prospecções arqueológicas. Em geral, esse tipo de pesquisa é associado aos processos de reconhecimento ou de identificação do patrimônio arqueológico local. Na sequência tem-se 20% das pesquisas desenvolvidas como projetos de salvamentos ou resgates arqueológicos, nos quais as investigações são aprofundadas e os artefatos são recolhidos para análises laboratoriais, havendo, em alguns casos, ações de educação patrimonial.[7]

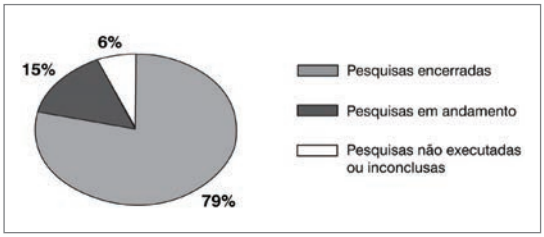
No que se refere aos levantamentos sistemáticos/escavações, constatou-se um total de 17% de pesquisas de natureza acadêmico-científica. Os programas de arqueologia preventiva correspondem a 10% dos projetos anali-

[7] Não que as peças não sejam encaminhadas para laboratórios em outros tipos de pesquisas; todavia, essa etapa é mais específica para tal atividade.

sados, representando estudos mais sistemáticos da área, com salvamento/resgate arqueológico, sendo que, neste caso, os processos são acompanhados de projetos de educação patrimonial, notadamente nas situações de arqueologia de contrato. Por fim, somente 1% dos trabalhos arqueológicos consistiu em aplicação de um curso, ou seja, em atividade prática de campo em sítio arqueológico já cadastrado no IPHAN, realizada mediante autorização do Instituto, visto que envolveria intervenção no solo. Neste último caso, importa ressaltar que a difusão do conhecimento arqueológico ocorreu num contexto didático-pedagógico para alunos de curso de graduação.

Com relação à situação das pesquisas em foco, elas se agrupam em três categorias: encerradas, em andamento e não executadas ou inconclusas, como mostrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Situação das pesquisas arqueológicas nos estados do Pará e Amapá no período de 1997-2006.
Fonte: Dados gerados pelo estudo.



Tem-se 79% dos projetos já encerrados, o que significa dizer que supostamente os dados gerados pelas pesquisas arqueológicas já estão mais consolidados, ou seja, a socialização do conhecimento pode ter ocorrido.

Logo abaixo, a Tabela 2 apresenta a distribuição das pesquisas arqueológicas no Pará, dividindo-se as regiões conforme nomenclatura adotada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará (Sepof/PA).

Tabela 2 - Distribuição das pesquisas arqueológicas por mesorregiões do estado do Pará (1997-2006).

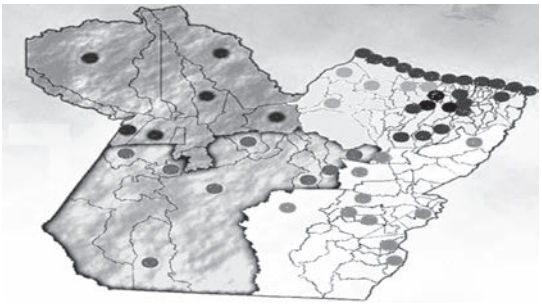
Nome da mesorregião	Pesquisas arqueológicas desenvolvidas (números percentuais)	Pesquisas arqueológicas desenvolvidas (números absolutos)
Baixo Amazonas	27%	17
Sudeste Paraense	27%	17
Nordeste Paraense	15%	9
Sudoeste Paraense	15%	9
Marajó	10%	6
Metropolitana de Belém	6%	4

Fonte: Dados gerados pelo estudo.

Podemos constatar que a Tabela 2 demonstra uma grande concentração de pesquisas nas mesorregiões do Sudeste Paraense e do Baixo Amazonas,[8] enquanto na mesorregião do Marajó, onde são comuns achados arqueológicos da cultura marajoara (SCHAAN, 1997:2007), tem-se 10% (seis) das 81 pesquisas permitidas ou autorizadas pela 2ª SR/IPHAN.

Cabe informar que não foi elaborada tabela de distribuição para o Amapá porque não encontramos informações acerca da divisão do estado em mesorregiões, mas deixa-se aqui o registro de um total de 19 pesquisas arqueológicas em território amapaense, o que representa 24% do corpus de 81 projetos de pesquisa analisados.

Aponta-se ainda que, apesar de todo o território paraense ser alvo de estudos arqueológicos, existem determinadas áreas pouco estudadas dentro do conjunto de uma mesma mesorregião, isto é, as pesquisas arqueológicas estão mal distribuídas dentro de uma mesma divisão do estado – informação que pode ser melhor constatada na observação do Mapa 1.



Mapa 1 - Projetos de pesquisas arqueológicas autorizadas ou permitidas nas mesorregiões paraenses. Fonte: Sepof, 2005/Dados gerados pelo estudo.

No que se refere à divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas realizadas no Pará e no Amapá, as evidências apontam para um número significativo de projetos que resultaram na divulgação do conhecimento produzido. Dos 81 projetos analisados, 71 (88%), de algum modo, foram comunicados por meio de canais formais ou informais. Desse total, 67 pesquisas foram divulgadas na mídia impressa (artigos científicos, trabalho completo apresentado em evento, capítulos de livros, livros), e/ou na internet (incluem-se aqui os *sites* de divulgação dos projetos de pesquisas), ou ainda tiveram seus resultados inseridos

[8] A mesorregião do Baixo Amazonas corresponde ao local onde prevaleceu a cultura tapajônica e sobre a qual se verifica uma produção de pesquisa arqueológica significativa, a exemplo dos estudos de Gomes (2002) e Roosevelt (1994).

em reportagens para a televisão, vídeos de educação patrimonial e em materiais didáticos. Por outro lado, 10 (12%) projetos não resultaram em algum tipo de divulgação, seja pelo fato de as pesquisas não terem encontrado vestígios arqueológicos ou ainda por terem sido interrompidas ou canceladas.

Como se pode observar, um volume significativo das pesquisas resultou num conjunto de informações que permitiram construir um saber sobre o passado amazônico. Aqui não está a se discutir ou a questionar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, mas cabe enfatizar que é inerente a divulgação dos resultados das pesquisas ao fazer científico, o que se entende como uma responsabilidade social do pesquisador, seja para com seus pares, seja para com a sociedade. Portanto, a socialização das informações geradas em campo se constitui em uma forma de disseminação do conhecimento científico para que ele seja apropriado pela sociedade e incorporado à memória.

Considerações finais

É por meio do compartilhamento de uma memória histórica que didaticamente são explicados os fatos do passado, o que, no contexto da arqueologia, permite recriar/reconstituir quadros dos grupos que ocuparam o território brasileiro. Em direção ao patrimônio cultural, entende-se que o ato de socializar as memórias associadas às construções humanas, aos espaços de ocupação e à cultura material envolvida tende a construir uma rede de significados de identificação com o passado, capaz de contribuir para a valorização coletiva dos bens culturais, inclusive aqueles interpretados pela arqueologia.

Esse modo de perceber a relação entre patrimônio cultural, memória e arqueologia surge diante da constatação de que só a legislação não garante a proteção dos bens culturais. Logo, as instituições estatais, em suas diferentes esferas, e a comunidade científica inserida no campo da preservação precisam sensibilizar a sociedade quanto ao seu papel e sua responsabilidade ante a herança dos antepassados, o que inclusive é previsto na Constituição Federal de 1988.

Conforme os dados reunidos e analisados, constatou-se um aumento significativo de estudos arqueológicos na Amazônia, precisamente nos estados do Pará e Amapá, a partir de 2003. Esses estudos têm contribuído para o conhecimento não apenas sobre os processos de ocupação nos períodos pré-colonial e colonial, mas também sobre as presenças humanas mais recentes nessas áreas. Contudo, suas formas de socialização estão ainda muito aquém do que se espera em termos de atendimento às premissas de divulgação científica e de compartilhamento de conhecimentos abordadas neste trabalho. Isso porque não basta repassar informações. Entendemos que é fundamental explorar tais conhecimentos além da simples divulgação e procurar integrá-los à memória por meio de programas educativos, desenvolvidos em parceria com escolas e organizações comunitárias, de modo a efetivamente disseminar informações que contribuam para estimular a sociedade a valorizar e preservar o patrimônio cultural.

É importante observar que nos estados do Pará e do Amapá já foram desenvolvidos diversos projetos de arqueologia. De todo modo, uma análise pormenorizada revela uma concentração de estudos em determinadas áreas, enquanto outras são verdadeiros vazios "arqueológicos", sob o ponto de vista das investigações já realizadas. A iniciativa do mapeamento das pesquisas arqueológicas nos estados de jurisdição da 2ª Superintendência do IPHAN permitiu verificar tal desequilíbrio na distribuição espacial. Tal constatação aponta a necessidade de ampliá-las a partir dos achados nessas regiões.

Importa enfatizar que os estudos arqueológicos são importantes para afirmação das identidades locais, regionais e mesmo nacionais e esta é uma questão que ultrapassa um simples dispositivo legal para chegar até a sociedade. Consideramos que as pesquisas, adequadamente sociabilizadas, podem contribuir de forma significativa para o reconhecimento das várias representações dos segmentos sociais na construção coletiva de uma "memória nacional" intimamente ligada ao conjunto dos bens culturais produzidos e/ou herdados pela sociedade, a exemplo daqueles que constituem objeto de estudo para a arqueologia.

Referências

BARRETO, Mauro. História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi:* Série antropologia, Belém, v. 8, p. 203-294, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa. In: IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p. 20.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. In: IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p. 25-32.

BORON, Atílio A. Os "novos Leviatãs" e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: BORON, Atílio A. et al. *Pós-Neoliberalismo II:* que Estado para que democracia? Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu:* Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-55.

CASTAÑO, Ana Maria Mansilla. A divulgação do patrimônio arqueológico em Castilla y Leon (Espanha): o desafio dos espaços divulgativos. *Revista de Arqueologia Pública,* n. 1, p. 7-18, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era de informação: economia, sociedade e cultura; 1).

CONAMA. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. In: IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p. 193-199.

EVANS, Clifford; MEGGERS, Betty J. *Guia para a prospecção arqueológica no Brasil. Belém:* Museu Paraense Emilio Goeldi, 1965. (Série Guias).

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

FERREIRA, Rubens da S. Henry Walter Bates: um viajante naturalista na Amazônia e o processo de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 67-75, maio/ago. 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda:* os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, IPHAN, 1996.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. *Cerâmica arqueológica da Amazônia:* vasilhas da coleção Tapajônica MAE-USP. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002. (Acervo; 3).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAURESKO, Cecília. A organização sócio-espacial das famílias de ucraíno-brasileiros em comunidades rurais do município de Prudentópolis – PR. *Guairacá*, Guarapuava, n. 18, p. 61-70, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções:* Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IPHAN. Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002. In: IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p. 161-164.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. *Técnicas de pesquisa:* planejamento e execução de pesquisa; amostragem e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Fernando César Lima. *Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico:* proposta de um modelo conceitual. 2006, 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006.

MEADOWS, Arthur Jack. *A comunicação científica*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

NEVES, Guilherme Pereira das. *Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional.* Revista do Patrimônio, n. 22, p. 22-25, 1987.

PINHEIRO, Liliane Vieira; SAVI, Maria Goreti Monteguti. *O fluxo de informação na comunicação científica:* enfoque nos canais formais e informais. Trabalho apresentado à disciplina Fontes de Informação do Curso de Mestrado em Ciência da Informação, UnB, [2006?].

REIS, José. *O conceito de divulgação científica*. More Majorum, v. 7, n. 32, jul./ago. 2007. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/espiral/more32a.htm>. Acesso em: 21 maio 2008.

ROOSEVELT, Anna. *Amazonian indians:* from prehistory to the present – anthropological perspectives. Arizona: University of Arizona Press, 1994.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro de. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o decreto-lei nº 25/37 e a lei nº 3.924/61. *Revista de Arqueologia da SAB*. v. 9, p. 9-25, 1996.

SPHAN. Portaria nº 07, de 1º de dezembro de 1988. In: IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p. 161-164.

TRUJILLO FERRARI, Afonso. *Metodologia da ciência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VARGAS, Marcelo Coutinho; ANDRADE, Thales. Cruzando fronteiras: por uma agenda prismática na ciência social contemporânea. *Teoria & Pesquisa*, n. 47, p. 5-7, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/10/1>. Acesso em: 12 jul. 2008.

A gestão do patrimônio cultural do sistema de defesa da nação brasileira: as fortificações em Mato Grosso do Sul

Fábio Guimarães Rolim*
Divaldo Rocha Sampaio**



* **Fábio Guimarães Rolim** é arquiteto e urbanista formado pela Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo. Técnico lotado na Superintendência do IPHAN no Mato Grosso do Sul.

** **Divaldo Rocha Sampaio** é historiador, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, e mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Católica de Goiás. Técnico em Arqueologia, lotado na Superintendência do IPHAN no Mato Grosso do Sul.

O samba não é carioca (...)
O samba não é carnaval (...)
É tudo uma grande invenção

(O mistério do samba - Mundo Livre S/A)

1 - A questão do nacional

Quando tratamos de um assunto qualquer, um passo inicial *natural* seria a "definição" dos componentes de tal assunto. Usando o termo *natural* nos apropriamos da forma de pensar de Lavoisier: afinal, é natural que tudo se transforme e nada se perca ou se crie.

Conceitos já nos foram dados por muitos outros cientistas, e partiremos deles. Eis um: "nacional: da nação, do país, daquele lugar". Assim, pelas duas últimas definições, *nacional* é algo circunscrito a um espaço (*daquele lugar*) ou a uma organização política moderna (*do país*). Para nós, funcionários de uma autarquia federal brasileira, que nos reunimos para discutir ciência, a acepção que tange ao país no qual somos cidadãos é inerente ao nosso trabalho. O espaço no qual definimos muitos de nossos objetos esbarra nas — e por vezes faz colidir — noções de nacional, estadual e municipal. Ainda assim, não estamos tratando do primeiro significado de nacional: *da nação*, uma vez que esse ente é mais complexo de definir.

Conforme Renan (1882), a nação não é definida por raça, língua, interesses, afinidades religiosas, geografia ou interesses militares. A nação é um *constructo*, que tem como base o indivíduo e sua vontade de viver em coletividade, de cultuar um passado "fundador". Ousamos um acréscimo: nação é a manutenção de uma *escolha* coletiva.

Hobsbawn e Ranger (2006) dão novas cores à questão, ao tratar da invenção das tradições. As tradições são inventadas e reinventadas. Da mesma forma, entendemos que o passado pode ser relido e que nações

também podem ser inventadas e reinventadas. Renan (1882) atenta para o esquecimento como fator de criação de uma nação. Halbwachs (1990) acentua a seletividade da memória e a negociação entre memórias coletivas e individuais.

Une-se à empreitada da construção da nação quem se julga pertencente àquele conjunto, ou seja, que se *identifica* com os pressupostos da escolha, como personagem *hobbesiano* no instante pré-civilizatório, ao assinar o contrato e compactuar na defesa da escolha coletiva. Tal identificação, *a priori*, baseia-se num princípio (óbvio) de similitude. Paradoxalmente, porém, identificações são feitas por um pressuposto de exclusão binário histórico-político-doutrinário-maniqueísta que se embasa mais em responder "o que é o outro" do que "o que somos nós".

A reflexão de Renan tem 117 anos. Sua proclamação quase pueril do "hino resumido de toda pátria" – "Nós somos o que vocês foram; nós seremos o que vocês são" (RENAN, 1882, p. 19)[1] – não assistiu a duas guerras mundiais, aos conflitos do leste europeu e da extinta União Soviética. Hoje, entoamos um hino assaz amargo: "Nós somos o que dizemos de nós – e muitas vezes, o que os cientistas sociais dizem de nós. O que nós seremos... já não está em nossas mãos, mas no que outros discursos futuros dirão de nós". Já Lessa (2008), em sua reflexão, apresenta-a como uma distinção da construção do nacionalismo brasileiro em contraponto com a América hispânica: nossa "similaridade" é "herdada" do reino português e a ruptura com a metrópole não ocorre. Antes de iniciarmos as pinceladas no tema Brasil, lançamos, ainda, um questionamento.

Num esforço extremamente útil de pensar a questão nacional, a transdisciplinaridade nos apresenta um dilema: a análise histórica, como a constante reconstrução da nação, fala a partir de um palanque: *o presente*. A subjetividade impressa em ambas as atividades pretende se aproximar a um ideal de cientificidade. E nós, cientistas da cultura, responsáveis por decisões relativas ao patrimônio nacio-

[1] Em conferência intitulada "O que é uma nação?", realizada na Sorbonne em 11 de março de 1882, Ernest Renan cita esta frase, retirada de um canto esparciata. Para o filósofo e historiador francês, ela "é em sua simplicidade, o hino resumido de toda pátria." (p. 19). Os esparciatas compunham a classe dominante (dos cidadãos) da antiga sociedade espartana.

nal, estamos constantemente escolhendo, privilegiando, fazendo recortes a partir de um presente científico e que se pretende nacional, ou seja, único. Mas, filosofemos: a que nação pertence o patrimônio com o qual trabalhamos?

2 - Nação, nações...

De uma forma romântica, Lessa (2008) define a nação brasileira como o produto bem definido da miscigenação. Contrapondo-se a nações que buscaram, por tempos, seu ancestral puro e heróico, o Brasil seria a vitória do "alquimista de nações", que dosou os elementos constitutivos de forma correta e bem pensada. Estranho é verificar que Lessa, apesar de concordar com Renan na premissa de que raça, língua, afinidades religiosas, geografia ou interesses (gerais ou especificamente militares) não definem uma nação, apresenta a mescla dos elementos das três raças principais que se encontram no território brasileiro de forma não dissociada da formação de nossa nação.

De fato, definir o que é a nação brasileira não é uma tarefa simples. Definir o patrimônio cultural dessa nação é algo mais difícil ainda. Vejamos o artigo 215 da Constituição Federal de 1988 que, em seu parágrafo 1º, coloca o Estado como protetor das "manifestações (...) dos grupos participantes do processo civilizatório nacional", citando os indígenas e os afro-brasileiros. Há uma enorme dicotomia nessa frase, uma vez que o processo civilizatório nacional alude a um produto *uno*, mas pensando-se somente nos dois grupos citados, estamos tratando de uma miríade de *nações*.

No Brasil, a lógica do *processo civilizatório* é a lógica do processo colonizador e a dosagem da participação – e exclusão – das nações não tem nada de perfeito. As mãos habilidosas do nosso "alquimista" erraram feio, mas, de maneira alguma, o resultado - o *constructo nação brasileira* - é imperfeito.

A construção e reconstrução da nação brasileira é o que aqui nos interessa, e mais rabiscos pretendemos acrescentar na planta baixa dessa edificação. A admissão dos elementos indígenas e afro-brasileiros na Carta Magna brasileira em 1988 (e de quaisquer outros grupos participantes da formação da nação) no rol de grupos a serem protegidos

nos leva a questionar seu papel na formação nacional. E, então, os tapumes de outrora, que deixaram entrever quase o "homem cordial" de Hollanda (2006), tornam-se a paisagem mais ampla e livre para análise. Exemplificando, ao incluir o indígena, que habitava esse território antes da chegada do colonizador europeu, a ciência é levada a admitir um elemento que era "brasileiro" antes do Brasil, ou, sob outro ponto de vista, nem brasileiro era. Estudar o processo de transformação sofrido pelos grupos que hoje ainda existem passa pela reflexão de como esses grupos contribuíram e *foram definidos* pela cultura que hoje chamamos "brasileira". Para além, as fronteiras brasileiras, que regem a definição *política* do termo "nação",[2] não eram, de maneira alguma, elementos definidores dos limites dos grupos (ou nações) indígenas.

Numa tentativa de conclusão dessas rápidas linhas sobre o *ente* "nação brasileira", que muito mais serve para abrir o debate, apresentamos alguns pressupostos iniciais, os quais acreditamos serem nossos primeiros elementos indicadores de um caminho para a melhor e mais correta gestão do patrimônio cultural nacional a que nos propomos:

- A nação brasileira é um *constructo*, dela sendo componentes as várias nações, representadas pelos seus elementos que aqui estiveram, contribuindo com essa edificação.
- Como toda nação que preze pela sua longevidade, a nação brasileira se recria a cada dia, e as ciências, sociais e humanas principalmente, são as maiores responsáveis pela descoberta e releitura de novos elementos constitutivos de nossa nação.
- A política, como ciência do bem comum, municiada com a reconstrução da nação brasileira, torna o Estado brasileiro responsável pela proteção e divulgação de quaisquer manifestações "acrescentadas" de tempos em tempos, bem como pelo fomento constante à pesquisa para esta reconstrução.[3]
- Não há nada de menor ou maior em nosso passado, nem na construção

---

2 Cf. uma das definições do dicionário Aurélio (1999): "Agrupamento humano, mais ou menos numeroso, cujos membros, geralmente fixados num território, são ligados por laços históricos, culturais, econômicos e/ou lingüísticos". (grifo nosso)

3 E, aqui, vemos a atribuição desse Instituto (IPHAN), em especial às mudanças temáticas desde a sua criação.

de nossa nação, em relação às outras nações conhecidas. A relação de *alteridade* deve ser o ponto-chave de qualquer trabalho relacionado à área da cultura. Mais ainda: a retirada de qualquer elemento da história mundial, por mais insignificante que pareça, produzirá um resultado diferente do mundo que vemos hoje. Exemplificando, o Brasil é o que é hoje também pelo que o Uruguai ou o Paraguai fizeram até hoje.

- A responsabilidade do Estado em proteger e divulgar o patrimônio cultural da nação é, em certo sentido, análoga à dos seus cidadãos em conhecê-lo e preservá-lo. As atribuições do Estado não anulam as atribuições daqueles que lhe delegaram tais atribuições (no caso de uma democracia delegativa num estado democrático de direito, os cidadãos).

Não é o objetivo deste trabalho se aprofundar em discussões sobre o que é uma nação e quais os elementos constituintes da nação brasileira. Objetivamos clarificar a ideia de constante construção e reconstrução da nação. A função do IPHAN é trabalhar na perspectiva da constante melhoria da eficácia dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural desta nação, independentemente dos bens que venham a compor esse conjunto. E é um pouco sobre as dificuldades e particularidades que esses instrumentos de proteção enfrentam que trataremos no próximo tópico.

3 - Patrimônio *(inter)nacional* brasileiro no Mato Grosso do Sul

Partimos do pressuposto inicial de que grande parte do patrimônio que ora é protegido como *nacional* é, de fato, pertencente a outras nações em sua origem. Então, mesmo que, por uma definição política, tenha passado a compor o patrimônio brasileiro, sendo ele compartilhado por mais de uma nação, é um patrimônio internacional.

Essa é uma particularidade de alguns bens culturais eleitos *nacionais* em estados com fronteiras internacionais.[4] Há que se considerar também que existem patrimônios *nacionais* muito anteriores à ideia da existência de uma ou de várias nações, como é o caso do patrimônio

[4] Citamos Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

arqueológico pré-histórico. As semelhanças entre culturas materiais recuperadas em sítios diversos são encontradas em pontos que não se delimitam (por razão óbvia) às atuais fronteiras. Os caçadores, coletores, nômades, geralmente (re)definiam suas "fronteiras" pela transitoriedade dos recursos disponíveis. Já os grupos que originaram as atuais comunidades indígenas também tinham definições bastante diferentes de seus territórios.

Recuando mais ainda no tempo, anterior à presença do homem, temos a situação de alguns patrimônios naturais que ousam *desrespeitar* a delimitação política internacional.

Mencionamos os indígenas brasileiros. A caracterização *indígena* poderia bem ser alterada pelo termo *outro*, uma vez que é muito mais excludente, em sua origem, do que agrupadora. Indígenas eram *todos* os grupos nativos, que não eram brancos, encontrados pelo conquistador/colonizador europeu. As denominações dos grandes grupos (ou nações) foram classificações comuns (no mais das vezes errôneas) a uma miríade de grupos menores.

As particularidades até então elencadas levam a questões sobre a anterioridade dos bens culturais em relação mesmo à vinda do colonizador europeu, estendendo-se, no mais das vezes, ao período colonial. Porém, é fácil entender a apropriação, ao *erário cultural brasileiro*, do patrimônio natural e do patrimônio arqueológico, por estarem intimamente ligados ao território, mesmo extrapolando-o. Já o patrimônio dos grupos indígenas[5] esbarra em questões históricas para se justificar. Os indígenas de hoje são resultado de um processo de aculturação de 500 anos (entre colonização, reconceituação, ressignificação e apropriação) e, apesar de manterem raízes com o seu passado, são, sem dúvida, construções e apropriações da nação brasileira. Desse modo, é possível considerar o patrimônio indígena, hoje, no Brasil, como patrimônio nacional, pelas alterações que a própria constituição

[5] Essa questão esbarra, principalmente, com questões de disputas de terras indígenas. Sobre a legitimidade ou não de tais territórios, por mais que possa ser confirmada por pesquisas etnoarqueológicas, não a incluímos na pauta de discussões deste trabalho. Agimos assim por entender a complexidade do tema e as dificuldades que os órgãos com ele envolvidos – a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) – enfrentam para solucionar os impasses que dele derivam, o que foge dos objetivos deste estudo.

da nação brasileira fez sobre ele. Cabe ressaltar que a contribuição dessas nações indígenas ao nosso constructo nação são importantíssimas e, lembrando Lessa (2008), sua originalidade se encontra justamente na miscigenação, na mescla.

A outra questão *internacionalizante* do patrimônio que queremos discutir dá mais motivo para polêmica do que as elencadas até o momento. As delimitações internacionais atualmente definidas nem sempre eram as mesmas quando do surgimento do bem cultural. Exemplificando, podemos ter o início da prática de um rito – um culto, uma celebração – em determinada região de um país que foi depois incorporada a outro país, assim como construções realizadas pela população de um país no território de outro.

Numa outra situação, as definições passadas das fronteiras legaram, temporariamente, patrimônios hoje existentes ao território de outros países/nações. Esse é o caso de alguns dos primeiros núcleos habitacionais coloniais (brasileiros e hispano-americanos) nos territórios fronteiriços.[6]

Temos ainda práticas compartilhadas numa determinada região que ultrapassam fronteiras nacionais ou internacionais. Um exemplo é o da erva mate, patrimônio imaterial brasileiro no que tange ao cultivo, consumo e socialização em estados das regiões Sul e Centro-Oeste brasileiras, cuja cultura é também tradicional na América Platina (Paraguai, Uruguai e Argentina).

Questões como essa, bastante presentes no território sulmatogrossense, são, de fato, solúveis pela soberania nacional sobre o território, pela legislação referente ao patrimônio cultural e pela explicitação do histórico do bem cultural. Elencamos ainda uma última questão pertinente a este segundo "bloco" de temas, que apresenta fatores complicadores para gestão: os bens culturais *(inter)nacionais* resultantes de conflitos bélicos.

A fronteira entre a principal colônia lusitana na América e os vice-reinos hispânicos na parte sul desse continente foi, em algumas ocasiões, delimitada através de escaramuças. O conflito bélico

[6] Citamos aqui o exemplo da redução jesuítica de Santiago de Xerez, sítio arqueológico registrado no CNSA-IPHAN MS-AQ-01, localizado a cerca de 12 km do município sulmatogrossense de Aquidauana, alvo de planos de ação desta Superintendência desde 2007 (Processos Administrativos 01401.000014/2007-58 e 01401.000056/2009-51).

conhecido como Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai veio, podemos afirmar, dar cabo de pontos polêmicos de indefinição quando à fronteira oeste do então Império Brasileiro. Evento histórico de suma importância,[7] tanto pelos acontecimentos como por seus resultados, é, obviamente, visto de maneiras diferentes pelos envolvidos, uma vez que remete a eventos vitoriosos (de ganhos) e de derrota (de perdas, entre elas de vidas humanas) para ambos os lados. Apesar de estar circunscrito ao território de um país, o patrimônio decorrente de situações conflituosas pode, em larga medida, ser considerado *internacional*, já que abrange todos os envolvidos no conflito. Os sentimentos imbricados na rememoração histórica do evento, porém, são bastante distintos, tendendo por vezes a forçar o esquecimento de um ou outro episódio mais *doloroso*. Isso é mais um desafio à gestão patrimonial e que apresentamos aqui em tom interrogativo: Como gerir patrimônios nacionais - o que exige a noção de pertencimento por parte da população – se o grande desejo, por parte do povo, é de esquecer tais eventos?

Trazemos aqui o desafio de construir, ao longo do trabalho (do qual este artigo é apenas uma parte inicial), uma proposta de gestão de um subconjunto do patrimônio cultural nacional localizado no território do estado do Mato Grosso do Sul — que lida com algumas questões de extrema especificidade, relacionadas ao tema por nós colocado para debate: o sistema de defesa da fronteira oeste do Brasil. Falamos das fortificações do Mato Grosso do Sul.

4 - Estruturas fortificadas no estado

O tema de nossa proposta de trabalho é o sistema de defesa implantado no atual território de Mato Grosso do Sul ao longo de sua história. O objetivo é estabelecer uma ferramenta de gestão para os remanescentes de tal sistema de defesa, que leve em consideração a pesquisa histórica propriamente dita como peça fundamental de produção de conhecimento e orientação de ações, aliada à reflexão sobre nação e as idiossincrasias do termo.

[7] Haja vista sua citação em publicações como "A retirada da Laguna", de Taunay, entre tantas outras.

Evidenciamos a aproximação entre a questão do *nacional* e este tema, além da natureza do trabalho do IPHAN,[8] pautando-nos no fato de que a estruturação de tal sistema de defesa esteve vinculada a preocupações de poderes centrais — num primeiro momento a Coroa portuguesa, depois o Império Brasileiro e num derradeiro momento a nascente República — quanto à *integridade* territorial.

Certamente a implantação de estruturas fortificadas[9] pelo poder central em cada um desses contextos possui suas características próprias, motivações e especificidades; no entanto, a preocupação com a integridade territorial faz com que seja possível conferir uma uniformidade de análise aos diferentes sítios fortificados ao longo do tempo.

Tal uniformidade é justificada por um motivo fundamental: a necessidade dos diferentes poderes centrais de garantir presença oficial, defesa militar e incremento populacional[10] em áreas de limites movediços e acessadas quase que exclusivamente pela via fluvial representada pelo sistema Paraná-Paraguai. Condicionantes de ordem geográfica se mantiveram como forças decisivas tanto para Portugal como para o Império Brasileiro, a tal ponto que a passagem de um sistema político para o outro, simbolicamente representada pelo Grito do Ipiranga em 1822, não representou mudança na ordem do dia das preocupações. Pelo contrário, o início da segunda metade do século XIX veio a mostrar aos jovens estados-nação em formação o quão eram profundas as raízes dos problemas platinos herdados do período colonial.

Assim, o estudo das estruturas fortificadas implantadas no atual Mato Grosso do Sul, no decorrer de aproximadamente cem anos (entre fins do século XVIII e início do XIX), pode utilizar-se de uma mesma lente; através dela é possível identificar a íntima relação entre tantos diferentes exemplares e, paralelamente, os primeiros sinais de mudança

---

8 Importa ressaltar que o IPHAN possui "nacional" no nome e estabelece já de início um recorte, como visto nas páginas anteriores.

9 É o caso de se esclarecer que o termo "fortificação" carrega sua especificidade técnico-histórica ao se inserir num dos possíveis padrões tipológicos de estruturas de defesa militar (bateria, reduto, fortim, forte, fortificação, além, ainda, das estruturas mistas militares-populacionais, como presídios e colônias). A fim de garantir o entendimento e evitar ambiguidades neste texto, preferimos adotar o termo "estrutura fortificada" quando se tratar, de modo genérico, desse elemento.

10 Incremento populacional branco, bem entendido.

de contexto em direção a um revestimento nacional por parte do poder central e à consolidação desse discurso após a Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Nesse sentido, estruturas fortificadas de origem setecentista, como Coimbra, Miranda ou Iguatemi, ou os fortins do sistema de defesa implantado em Corumbá após a guerra são resultado – apesar da distância histórica que os separa – de um mesmo contexto mais amplo e decisivo, o das áreas indivisas, de difícil acesso e de parco povoamento não-índio (gradativamente assimiladas como *nacionais*).

Devem obrigatoriamente comparecer nesta abordagem as demais estruturas fortificadas concebidas e implantadas no restante do antigo Mato Grosso (correspondente à soma dos atuais Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia), ainda que seus eventuais remanescentes não venham a ser objeto de gestão pelo IPHAN em Mato Grosso do Sul, por conta de uma divisão jurisdicional.[11] Assim, o Forte Príncipe da Beira, as baterias de Vila Bela e a colônia militar de Melgaço devem ser reunidos a Coimbra, Miranda e Dourados, a fim de se garantir um adequado entendimento de seus contextos.

Tal ajuste de foco serve à pesquisa e à produção de conhecimento sobre o sistema de defesa ocidental brasileiro e, particularmente, o do sul do antigo Mato Grosso. Fundamentalmente atende à compreensão de suas relações com o meio físico e com os desdobramentos históricos que resultaram nas atuais configurações geográfica, política, econômica, social e cultural do estado.

Entretanto, este foco começa a apresentar suas limitações quando se deixa o âmbito estrito da pesquisa e produção de conhecimento e se avança em direção à tentativa do estabelecimento de um modelo de gestão – o que, como e por que fazer. A esse respeito são ilustrativas as problemáticas colocadas anteriormente neste texto sobre as questões fronteiriça e indígena que, dependendo do caso, podem ser uma mesma questão. Complementam-se aqui as reflexões anteriores com os seguintes questionamentos: Qual o significado do trabalho do IPHAN em bens relativos a um contexto bélico que em gran-

[11] Esta assertiva, inclusive, mais uma vez, leva à ponderação de que o trato com o patrimônio cultural, no mais das vezes, extrapola fronteiras político-administrativas atuais.

de medida resultou nas condições atuais de Brasil e Paraguai e na relação entre eles, marcada por assimetrias notórias e, ainda hoje, pela presença incômoda desse assunto polemizado há 140 anos? O que significa a caracterização de um bem como nacional para etnias indígenas que, como se sabe, são estigmatizadas, minoritárias, marginalizadas, mas que, como reza o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, conformam alguns "diferentes grupos formadores da sociedade brasileira"? Neste caso específico temos o exemplo concreto do antigo presídio de Iguatemi, extremo sul do estado, hoje sítio arqueológico localizado no interior de terra indígena guarani-caiuá. Mostram-se, assim, elementos de maior complexidade a serem trabalhados, o que requer outras lentes com as quais se possa analisar o objeto atual.

Além de uma flexibilidade exigida pelas lacunas deixadas pelo inerente caráter de atribuição de um valor *nacional*, parece ser o caso de se imaginar dois objetos: a estrutura fortificada em seu contexto de origem e seu remanescente nos dias de hoje. Revela-se uma dupla dimensão do objeto e, consequentemente, do trabalho sobre ele.[12]

Além dessa questão conceitual, o conjunto de remanescentes atuais das estruturas fortificadas implantadas em Mato Grosso do Sul também apresenta condicionantes de ordem mais funcional/prática. Na atualidade, os remanescentes de tal sistema de defesa são absolutamente diversos em sua natureza: edificação íntegra e isolada (fortes de Coimbra e Junqueira); conjunto modificado em contexto urbano (a fortificação de Ladário); ruína em meio urbano rodeada de invasões (o fortim de Santo Antônio); sítio arqueológico (o Forte de Iguatemi); ou simplesmente incógnito/desaparecido (as colônias militares de Dourados, Brilhante, Nioaque e Miranda; o presídio de Miranda).

Assim, para a consecução da pretendida ferramenta de gestão há que se adotar lentes que incorporem em seu foco tanto a especificidade da pesquisa como as lacunas de uma atribuição supostamente homogênea de valor, além das atuais diferenças de natureza dos bens.

12 Em alguns casos essa distinção se torna mais evidente (como o citado Iguatemi — terra indígena); em outros menos (podemos citar aqui o fortim de Junqueira, em Corumbá, íntegro e monumentalizado no interior de área militar).

5 - Metodologia do trabalho

Como já exposto, o objetivo de nossa proposta é aliar a pesquisa e a produção de conhecimento à gestão dos remanescentes das estruturas fortificadas outrora concebidas e implantadas no atual território de Mato Grosso do Sul, objetivando a orientação de ações, a obrigatória reflexão sobre nação e idiossincrasias do termo e o estabelecimento de um modelo de gestão concretamente utilizado.

É necessário que essa ferramenta se sintetize e manifeste num formato que possa ser continuamente alimentado de novas informações (no que se refere ao *conhecimento*) e que permita a aplicação do conhecimento gerado ao trato com o patrimônio a ele relativo (*a gestão*).[13] Espera-se que, com ela, a diversidade dos bens e suas naturezas, conforme exemplificado anteriormente, e a complexidade inerente a este trabalho sejam equacionadas em ações específicas, com o estabelecimento de diretrizes e cronogramas em curto, médio e longo prazo.

Os remanescentes

As estruturas fortificadas outrora existentes em Mato Grosso do Sul podem ser agrupadas didaticamente em dois blocos básicos, de acordo com seus respectivos contextos de origem. A um primeiro grupo pertencem aquelas concebidas e implantadas ainda no período colonial, especificamente em meio às definições dos limites geográficos entre Portugal e Espanha. O segundo inclui as construídas pelo Império Brasileiro (até onde se sabe, precisamente no 2º Império), no contexto da Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. Este se subdivide em fortificações imediatamente anteriores e posteriores ao conflito.

A divisão proposta não deve ser estanque, mas sim ser entendida com o intuito fundamental de organizar as informações e as pesquisas a serem efetuadas. Poderão e deverão ser levados em consideração outros aspectos que possam gerar mais subsídios para a coleta de informações históricas, incluídas vinculações mais gerais, como no caso das colônias militares do 2° Império, às quais as da província de Mato Grosso parecem se filiar, e outros contextos paralelos,

[13] A esse respeito, não se exclui a utilização do SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão), por ser ferramenta a ser adotada sistematicamente em todo o IPHAN.

GRUPO 1: Período Colonial	GRUPO 2: Período Imperial	
Presídio de Iguatemi	Pré-Guerra:	Pós-Guerra:
Forte de Coimbra	Colônia Militar de Dourados	Bateria de Major Gama
Presídio de Miranda	Colônia Militar de Miranda	Bateria de São Francisco
Presídio de Albuquerque	Colônia Militar de Nioaque	Reduto de Santo Antônio
Corumbá (Albuquerque)	Colônia Militar do Brilhante	Fortim de Junqueira
		Fortificação Naval de Ladário
		Bateria de Duque de Caxias

como as viagens empreendidas por naturalistas e exploradores, a exemplo de Castelnau.

Caberá ainda definir se há espaço para cruzamentos conceituais fora do âmbito estrito da fortificação militar de origem portuguesa ou imperial, como, por exemplo, a nova organização militar ocorrida com a República, que por um curto período parece ter realizado uma releitura (ou ressemantizaçao) de parte daqueles bens (as organizações militares surgidas na década de 1910 em Corumbá, por exemplo) que levou a uma nova ótica estratégica que adentrou o século XX. Vale questionar se essa nova sistemática territorial militar não teria relação com o abandono dos fortins de Corumbá já no início do século XX.

Os dados sobre o tema serão coletados e selecionados a partir de informações disponíveis atualmente (comparece aqui como dificultador o escasso grau de informação acadêmica sobre o tema no estado), pesquisas que estejam em andamento e investigações necessárias a serem empreendidas.

Após, poderá se dar a produção de um *dossiê* com todas as informações levantadas. Esse material deverá dar início à síntese de informações num formato específico (fichas ou tabela), o qual deverá ser constantemente acrescido de novos dados à medida que forem surgindo. Algumas informações necessariamente devem ser preenchidas:

- **Identificação** - denominações do bem (oficial, popular, outras).
- **Natureza** - edificação, ruína, sítio histórico, sítio arqueológico, desconhecido.
- **Descrição** - breve texto descritivo sobre o bem e sua localização hoje.
- **Tipo** - tipologia militar à qual o bem pertence ou pertenceu (trincheira, bateria, reduto, fortim, forte, presídio, fortificação).

- **Local** - endereço, localização.
- **Contexto histórico de origem** - final do século XVIII, tratados de limites, pré e pós-guerra do Paraguai.
- **Estado de conservação** - ótimo, bom, precário, em arruinamento, arruinado.
- **Estado de preservação** - íntegro, pouco alterado, muito alterado, descaracterizado.
- **Ameaças** - risco de desmoronamento, enchentes, depredação, pisoteio, vandalismo, especulação imobiliária.
- **Domínio** - titularidade atual.
- **Cadeia dominial** - sequência de proprietários até o momento.
- **Uso** - residencial, comercial, serviços, institucional, misto, outros.
- **Caracterização do entorno** - geográfica, social, econômica, ambiental.
- **Acessos** - rodoviários, viários, fluviais, estradas, caminhos, picadas, bem como seu estado de conservação e nomenclaturas, se houver.
- **Referências bibliográficas** - diretas ou indiretas existentes sobre o bem em questão.
- **Local das fontes** - localização das referências (bibliotecas, centros de pesquisa, arquivos históricos).

A título de ilustração, seguem algumas informações já conhecidas sobre os remanescentes, a partir da bibliografia disponível:

Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi

Foi construído sob o governo do quarto Morgado de Mateus, Dom Luiz Antônio Botelho de Souza Mourão, primeiro governador da recém-restabelecida capitania de São Paulo. Era parte de um sistema defensivo (do qual fazia parte a criação de núcleos populacionais em São Paulo, como Piracicaba, e em Santa Catarina, como Lages) e de estratégia diversionista em relação à Colônia do Sacramento, na Cisplatina (então o principal ponto de litígio territorial entre Portugal e Espanha). Ao que consta, o presídio existiu durante 10 anos, entre 1767 e 1777. É bastante conhecida a descrição dele feita por Juzarte em 1769. O sítio primitivo, já sem resquício de muralhas, foi inspecionado pelo sertanista José Francisco Lopes (irmão mais velho de Guia Lopes da Laguna) quando

em expedição realizada na década de 1830 a mando do barão de Antonina. Está situado na margem esquerda do rio Iguatemi, junto à foz do córrego Laranjeiras, atual município de Paranhos. Trata-se de sítio arqueológico (a base é ainda discernível) localizado no interior da terra indígena kaiowá-guarani Yvykuarussu-Paraguassu.

Forte de Nossa Senhora do Carmo de Coimbra, Forte Novo de Coimbra, Forte Coimbra

Construído na margem direita do Paraguai, no estreiro de São Francisco Xavier, sob as ordens de Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 4º capitão-governador da capitania de Mato Grosso. Consta que a primeira estaca foi erigida em 1775 e uma segunda em 1777, as quais se situavam na baixada do rio. A fortificação em pedra somente foi erguida a partir de 1797, a cavaleiro da antiga paliçada, no morro onde atualmente se encontra. Foi alvo de famoso ataque guaicuru, de ataque espanhol nos primeiros anos de 1800 (tendo resistido ao cerco, após o que houve o recuo adversário) e de ataque paraguaio em fins de dezembro de 1864, quando foi então quase completamente destruído após a fuga da guarnição. Depois da guerra foi recuperado pelo Exército e recebeu uma última grande readequação ao uso militar em 1907. Localiza-se em área militar, sob jurisdição da 3ª Companhia de Fronteira, que ali opera. Tem como vizinhos, além da 3ª Companhia, o distrito de Coimbra, pertencente à Corumbá e onde vivem cerca de 300 civis e ex-militares. É foco da festividade anual de Nossa Senhora do Carmo, à qual comparecem populares e autoridades de todo o estado e do Comando Militar do Oeste a fim de homenagear a santa à qual se credita o milagre de ter contribuído na vitória contra os espanhóis e na fuga de 1864. É tombado pelo IPHAN desde 1974 (Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico).

Presídio de Miranda

Também construído sob as ordens de Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, como estacada a partir de 1778 e em pedra ou terra a partir de 1797. Era inicialmente denominado Presídio de Nossa Senhora do

Carmo do Rio Mondego. Sua função militar era garantir a retaguarda de Coimbra, além de óbvio guarnecimento das fronteiras, ocupação populacional e proteção aos ataques indígenas. Sabe-se que até meados da década de 1850, pelo menos, a população da vila de Miranda, devido à falta de igreja, utilizava-se da capela do forte para seus cultos (de acordo com os relatórios anuais apresentados à Assembleia pelos governadores da província de Mato Grosso). As referências apontam sempre esta capela como estando em péssimo estado de conservação, mas isso significa que o presídio, ou pelo menos algo que ainda se discernia como estrutura de defesa, ainda era presente naqueles anos.

Presídio de Albuquerque

Núcleo militar-habitacional originário de Corumbá, oficialmente criado em 1778. Há certa confusão em relação a essa. Albuquerque, pelo fato de ter havido um translado do núcleo em algum momento em direção ao atual sítio da cidade de Corumbá e ao mesmo tempo existir atualmente o distrito de Corumbá denominado Albuquerque, cerca de 50 quilômetros a leste. Parece haver consenso de que a Albuquerque destruída por um incêndio em 1800 foi realmente a originária do atual sítio de Corumbá.

Colônias militares de Dourados, de Miranda, de Nioaque e do Brilhante

Foram construídas a partir do final de década de 1850 e início da década de 1860, já num contexto em que se anunciavam as tensões platinas que conduziram à Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. Provavelmente se ligam a um contexto mais amplo de criação de colônias militares pelo 2º Império por aquele período, do qual devem fazer parte, por exemplo, as colônias de Itapura (São Paulo, margem esquerda do rio Paraná, próxima à barra do rio Tietê), do Chopim e do Chapecó (em Santa Catarina, cujas implantações definitivas só vieram a ocorrer na década de 1880), além da já citada Melgaço, também da década de 1860. Hoje nada mais resta das quatro colônias militares do antigo sul de Mato Grosso. Demandam-se pesquisas arqueológicas que possam identificar com precisão suas localizações.

Em relação à colônia militar de Dourados, provavelmente seu sítio primitivo se localiza no município de Antônio João, extremo sudoeste de Mato Grosso do Sul em área pertencente ao Exército Brasileiro/10º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Bela Vista. Na área, doada pelo antigo proprietário ao Exército na década de 1930 (quando consta que ainda era possível se discernir as trincheiras), foi criado o Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados, mantido por aquele Regimento. Dourados foi atacada pelos paraguaios em 29 de dezembro de 1864, ocasião em que pereceu toda a guarnição que resistia, comandada pelo tenente Antônio João, tornado desde então herói militar.

Consta que a de Miranda, próxima às cabeceiras do rio de mesmo nome, situava-se cerca de 80 quilômetros a sudoeste de Nioaque, de acordo com Taunay. É recorrente a confusão que se dá entre essa colônia militar e a vila de Miranda, originada a partir do presídio de mesmo nome. Em relação às demais colônias, sabe-se quase nada; apenas descrições muito aproximadas de suas possíveis localizações.

Corumbá e seu sistema de defesa

A facilidade com que Corumbá foi tomada pelos paraguaios na Guerra, permanecendo por mais de três anos sob controle adversário (de janeiro de 1865 a meados de 1868, em períodos intercalados), fez com que após o conflito se executasse um plano de defesa para a cidade – que, graças ao franqueamento da navegação e do comércio, rapidamente veio a ser a principal cidade da província de Mato Grosso e um dos principais portos do continente.

Consta que a elaboração do plano de defesa ficou a cargo da Comissão de Engenheiros Militares de Mato Grosso, constituída em 1871, e a parte que foi efetivamente construída esteve chefiada pelo major Joaquim Gama Lobo d'Eça. Tratava-se de uma linha de defesa que aparentemente buscou se adequar ao plano de arruamento definido por Joaquim Raimundo de Lamare, datado de meados da década de 1850, quando ele esteve à frente do governo da província. A cidade seria amuralhada e em pontos estratégicos de sua planta foram construídos fortins, redutos e baterias, desde o canal do Tamengo até o Arsenal da Marinha de Ladário (contemporâneo a essas construções). Essas es-

truturas eram: São Francisco, Conde d'Eu, Santo Antônio, Duque de Caxias, Junqueira (denominado em diversos momentos como 13 de Junho, da Pólvora e do Limoeiro) e Major Gama. Esse sistema de fortins foi construído durante a década de 1870 e continuou a ser utilizado pelo Exército após a República, até o início do século XX, quando foram gradativamente abandonados e seus antigos sítios absorvidos e incorporados pela cidade. Hoje resta íntegro o Junqueira e parte da muralha do de Santo Antônio. Ladário encontra-se com a muralha íntegra e algumas edificações ainda existentes, embora com modificações.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 out. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa* - século XXI. Versão 3.0 digital, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Vértice, 1990.

HOBBES, Thomas. *Leviatã ou matéria:* forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *Enciclopédias Einaudi*, v. 1. - Memória-História. Lisboa: Impressa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 237-256, São Paulo, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext&pid=S0103-40142008000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jul. 2009.

RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* 1882. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. Acesso: em 05 ago. 2009.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna:* episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Ediouro. 2004.

A arquitetura e a paisagem dos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira

Flávia Brito Nascimento*
Simone Scifoni**



* **Flávia Brito Nascimento** é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, historiadora graduada pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Cultura e Arte Barroca pela Universidade de Ouro Preto, e mestre em Arquitetura pela Universidade de São Paulo. Técnica em Arquitetura do IPHAN lotada na Superintendência do IPHAN em São Paulo.

** **Simone Scifoni** é geógrafa, mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Foi técnica em Educação Patrimonial do IPHAN, lotada na Superintendência do IPHAN em São Paulo. Atualmente é professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

A demanda para o estudo de bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nasceu de um encontro: o estudo realizado pela equipe técnica do IPHAN/SP sobre a paisagem cultural do Vale do Ribeira e as comemorações dos cem anos da chegada do navio Kasatu Maru no porto de Santos. A partir da coincidência temporal dos dois eventos, consolidou-se rapidamente a proposta de tombamento de bens materiais representativos da imigração japonesa, contemplada no Dossiê de Tombamento de Bens Culturais da Imigração Japonesa, Registro e Iguape-SP. Nesse documento foram propostos para acautelamento, em nível federal, quatorze bens culturais, quase todos implantados em meio à área rural dos municípios de Registro e Iguape. Essas propriedades são importantes testemunhos da ocupação de parcela do território brasileiro através da implementação de três colônias japonesas no país.

Em primeiro lugar, pensar a arquitetura e a paisagem dos imigrantes japoneses como patrimônio cultural nacional nos colocou diante da necessidade de destacar o papel que eles desempenharam em um projeto de nação, constituído a partir das circunstâncias políticas, sociais e econômicas da Primeira República e que associava o imigrante a duas finalidades: de um lado, servir como mão de obra para a agricultura comercial de exportação, a partir de uma nova relação de trabalho livre; de outro lado, servir como elemento de ocupação daqueles territórios considerados como vazios demográficos.

Dentro desse projeto de nação, da república como uma federação descentralizada, conferiu-se autonomia aos estados, permitindo a expansão dos interesses oligárquicos de base regional. Nesse contexto, São Paulo se destacou com sua política pública patrocinadora da entrada de grandes levas de imigrantes para abastecer as lavouras de café. Segundo Prado Junior (1970), a administração de São Paulo fez da questão imigratória o programa central de suas atividades, de modo que, da instalação da República até os anos 1930, entraram dois milhões de imigrantes só no estado de São Paulo, metade deles subvencionada.

Os dois primeiros e principais núcleos de colonização japonesa no Vale do Ribeira (Katsura, em Iguape, e Registro), como será visto mais adiante, situam-se nesse contexto de políticas promovidas pelo governo do estado, com a doação de vastas porções de terras para a sua im-

plantação. Mas, ao contrário de buscar-se constituir mão de obra livre para a cafeicultura, tais políticas no Vale do Ribeira se destacavam, preferencialmente, como iniciativas de promoção da ocupação de uma vasta região considerada despovoada e situada "à margem do império do café", como definiu Papy (1952).

Com grandes extensões de terras devolutas, propriedades a baixo preço e, ao mesmo tempo, uma região próxima ao litoral, com dois portos marítimos de expressão (Cananeia e Iguape), o Vale do Ribeira se tornou um verdadeiro laboratório de experiências de colonização, conforme afirma Petrone (1966), abrigando alemães, italianos, suecos, austríacos, poloneses e japoneses, em iniciativas particulares e governamentais. Nem todas as iniciativas de imigração tiveram êxito e, segundo o autor, a colonização japonesa se destacou das demais ao conseguir fixar os colonos à terra, consolidando-se no tempo e no espaço, criando uma paisagem típica que associa um pedaço do Japão rural à tropicalidade do Brasil de sudeste.

A imigração japonesa como parte da paisagem cultural do Vale do Ribeira

A primeira aproximação com os bens materiais em questão aconteceu por ocasião dos levantamentos de campo no âmbito do projeto Paisagem Cultural: Inventário de Bens Culturais do Vale do Ribeira. Em reuniões com representantes da comunidade e da prefeitura foram indicadas e dadas a conhecer algumas construções consideradas importantes. Após o aprofundamento dos trabalhos, com pesquisas bibliográficas, contato com especialistas e retorno aos municípios, novas indicações ficaram evidentes e foram incluídas no estudo de tombamento realizado pelo IPHAN.

Importante dizer que este estudo faz parte da investigação mais ampla sobre a arquitetura da região do Vale do Ribeira, na qual se procurou colocar em evidência processos sociais e econômicos de ocupação e formação do território nacional, como a conquista do litoral e a interiorização, a economia do ouro e do arroz, o cultivo de chá e a imigração. A arquitetura existente no vale, apropriada e sucessivamente revestida de novos significados, permitiu também

compreender certa dimensão dos processos sociais da cultura, como os modos de morar.

Para valorar as expressões arquitetônicas do Ribeira e compreender seu potencial é necessário ter em conta o contexto e os processos sociais que as produziram e que seguem dotando-as de sentido. No Vale do Ribeira encontram-se técnicas e formas de ocupação tanto do litoral, como construções em pedra, e do planalto, como construções com técnicas de barro. Elas denotam a complexidade e a singularidade do patrimônio material do vale, resultado da sua história, de seu povoamento, das estratégias e contingências econômicas, do território e das sociabilidades.

O litoral do Vale do Ribeira foi local-chave para a projeção de expedições ao sertão, desde os primeiros tempos da conquista ibérica. No litoral estão os municípios de Cananeia e Iguape, construídos em pedra e cal, dentre os primeiros núcleos urbanos de São Paulo. Foram erguidos segundo ordenamentos da Coroa Portuguesa para abrigar a administração pública, ocupar o território e cumprir funções de guarda. Voltados para as funções litorâneas, de caráter eminentemente portuário, foram também o contato com o interior por meio do rio Ribeira de Iguape, que transportava os produtos, ao mesmo tempo em que forjava os modos de ser e construir.

A arquitetura dos imigrantes japoneses, construída no início do século XX, é exemplo da diversidade e singularidade arquitetônica do Vale do Ribeira; são edificações que revelam tais processos sociais e são feitas a partir das peculiaridades dos próprios imigrantes orientais. Alguns deles eram exímios carpinteiros, com grande destreza nas técnicas da madeira. Mesmo utilizando algumas técnicas já conhecidas em terras brasileiras, imprimiram as marcas de sua própria cultura e de seu conhecimento. Sua arquitetura não é testemunho apenas dos processos políticos e sociais de imigração. Ela é também exemplar das formas de construir e da tecnologia dos imigrantes.

Mas atribuir valor ao patrimônio cultural do imigrante japonês nos municípios de Registro e Iguape não foi tarefa simples. Diversas são suas marcas na paisagem cultural do Vale do Ribeira, que vão desde a arquitetura das habitações, os chazais, o trabalho com

junco, passando pela própria cidade de Registro e pela celebração do Tooro Nagashi. Alguns bens foram sendo, com o passar do tempo, investidos de significados e identificados pela comunidade como ligados ao passado e às suas tradições. Outros, no processo de pensar e construir o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, ganharam sentido mais recentemente.

As contribuições dos imigrantes japoneses no Brasil são relativamente pouco conhecidas, sobretudo se comparadas às dos alemães, italianos e eslavos. Alguns esforços de pesquisa foram empreendidos no sentido de conhecer as formas de moradia, a apropriação e reapropriação do construir e do habitat do imigrante japonês e suas relações com a arquitetura praticada no Japão. Podemos citar a dissertação de mestrado de Rogério Bessa Gonçalves (2008) sobre a arquitetura do imigrante japonês em Registro e as pesquisas de Celina Kuniyoshi e Walter Pires (1984) sobre o Casarão do Chá e também acerca da arquitetura da imigração japonesa em São Paulo. O clássico estudo de Pasquale Petrone (1966) sobre o Vale do Ribeira forneceu informações preciosas sobre as formas de moradia e paisagem do imigrante japonês. No entanto, frente ao volume de pesquisas sobre aspectos históricos e sociais do imigrante e ao significado social dos espaços construídos pelos imigrantes no país, ainda é muito incipiente a bibliografia sobre o tema.

O estudo sobre os bens culturais da imigração japonesa, realizado pelo IPHAN-SP, além de contribuir para o conhecimento dessas expressões materiais de nossa cultura, evidenciou o significativo potencial patrimonial existente no Vale do Ribeira, com foco específico nos bens culturais ligados aos processos históricos da imigração japonesa. Expressou a necessidade de ações públicas voltadas à proteção, conservação e valorização desse patrimônio, capazes de, entre outras coisas, fomentar também a melhoria das condições socioeconômicas da região. E, finalmente, refletiu o esforço de coadunar a necessidade de incluir, no rol desses bens, expressões ainda não contempladas pelo IPHAN e os anseios da sociedade civil organizada e interessada em se ver representada nos bens culturais declarados patrimônio nacional.

A educação patrimonial como premissa inicial: a construção coletiva do patrimônio da imigração

Dentre as diversas formas de aproximação entre os órgãos de preservação do patrimônio cultural e a sociedade, a educação patrimonial tem um papel estratégico. No entanto, ela tem sido entendida, tradicionalmente, como mera atividade de divulgação e de transmissão de informações após a realização dos tombamentos. Conforme discutem Silveira e Bezerra (2007), a ideia redentora de conscientização do outro está presente nessa visão, que ignora os conhecimentos locais e as relações que as populações estabelecem com os lugares e com os patrimônios, uma memória social nem sempre constituída de lembranças alegres, mas, muitas vezes, de momentos de dificuldades e de sofrimento.

Em uma vertente oposta de abordagem, a educação patrimonial pode aparecer como um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, incorporando-a como atividade *pari passu* e integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial. Neste caso ela se revela como uma possibilidade e um espaço para envolver a comunidade local na construção de um patrimônio compartilhado, considerando as necessidades e as expectativas das comunidades, o que implica uma construção que é coletiva e não uma ação burocraticamente implantada de cima para baixo pelas instituições.

Dentro dessa perspectiva é que as ações propostas para o inventário do patrimônio da imigração japonesa no Vale do Ribeira foram estruturadas. Acompanhando a fase de levantamento bibliográfico e a pesquisa dos bens arquitetônicos e do patrimônio imaterial, realizou-se uma Oficina de Educação Patrimonial na localidade, para qual a comunidade foi convidada a trazer o seu ponto de vista e a sua contribuição, tais como relatos e histórias de vida, fotos antigas, documentos, desenhos, ou mesmo indicando lugares representativos da memória da imigração japonesa. Dos quatorze bens propostos no dossiê de tombamento, nove saíram como sugestão a partir dessa atividade.

A Oficina objetivou construir coletivamente um mapa que pudesse

representar a memória da imigração japonesa em Registro e Iguape, incluindo os lugares de acontecimento, as histórias de vida e as marcas do tempo, a partir da visão dos próprios protagonistas dessa história. Para tanto, utilizou-se a técnica de pesquisa-participante chamada de "mapa falante", por meio da qual os convidados, divididos em grupos de discussão, elaboram uma representação coletiva de determinada realidade, um desenho feito conjuntamente a partir de uma situação-problema colocada. A situação apresentada aos participantes foi pensar o que simbolizaria melhor o patrimônio da imigração japonesa em Registro, localizar no mapa do município e justificar a escolha.

Intitulada Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa, a Oficina foi organizada com a colaboração de diversas instituições públicas e privadas da área de cultura e educação do município, envolvendo desde os educadores e gestores culturais até alunos do ensino fundamental, médio e superior. Além de sugerir bens para serem estudados, a participação da comunidade foi essencial para a realização dos trabalhos de campo, auxiliando na localização dos bens situados em área rural, como também fazendo o papel de mediação no contato com os proprietários, alguns destes ainda da primeira geração de colonos japoneses que se instalaram nos núcleos. A partir dos resultados da Oficina foi produzido um conjunto de cartões postais com os bens propostos para tombamento, contando com textos que buscam socializar os conhecimentos produzidos na fase da pesquisa e produção do dossiê. A ideia é a de que a comunidade possa enxergar nesses cartões postais o produto de um esforço coletivo e de um olhar local.

Neste sentido, ao contrário de focar a educação patrimonial na simples realização de produtos de divulgação, o produto aparece como resultado de uma ação, de um processo de envolvimento e interlocução com as comunidades locais, aquelas que são as guardiãs e primeiras interessadas na proteção desse patrimônio cultural.

A estratégia de inverter o papel que a educação patrimonial comumente desempenha como atividade final, trazendo-a para colaborar desde o início da dinâmica de identificação, possibilita, assim, contribuir para a criação e o fortalecimento dos laços entre a tutela institucional pública e as populações locais, criando um canal de participação social no processo de reconhecimento do patrimônio.

As colônias japonesas no Vale do Ribeira no contexto das políticas de estado

A colonização japonesa no Vale do Ribeira teve um caráter completamente diferenciado em relação às demais iniciativas de fixação desses imigrantes no território paulista, nas quais os colonos chegavam como mão de obra para as fazendas de café, posteriormente conseguindo ter acesso a terra, transformando-se em pequeno produtor. No caso do vale, os imigrantes já se instalaram na região como pequenos proprietários. Segundo Midorikama (1928), tratava-se de um plano de colonização nunca visto até aquele momento e em um ambiente "cheio de curiosidades". A presença japonesa no Vale do Ribeira se prende aos próprios primórdios da imigração japonesa no Brasil, já que poucos anos depois da chegada dos primeiros imigrantes no porto de Santos, em 1908, o governo paulista assinou um novo contrato com uma empresa japonesa para promover a imigração, agora tendo como destino principal o Vale do Ribeira.

O primeiro passo para viabilizar a constituição dessas colônias na região foi dado em 1912, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Sindicato de Tóquio, cujo representante era Ikutaro Aoyagi, de acordo com Hasegawa e Rueda (1932). O compromisso era de doação de uma vasta extensão de terras devolutas no Vale do Ribeira, além de concessão de recursos financeiros e de isenção de impostos. Em contrapartida, a instituição japonesa deveria introduzir duas mil famílias na região, num período de quatro anos. O contrato foi repassado pelo sindicato, em 30 de junho de 1913, para a Brasil Takushoku Kaisha, empresa posteriormente incorporada à Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK, também chamada de Kaiko ou de Companhia de Desenvolvimento Internacional). A partir de 1917, a Kaiko conduziria toda a colonização japonesa no Vale do Ribeira.

A escolha do Vale do Ribeira foi estratégica: ao percorrer o Brasil procurando terras para os colonos, o advogado do sindicato se interessou pela ampla região de várzea, ideal para o cultivo do arroz ao qual o japonês estava acostumado e, além disso, próxima ao litoral.

As terras doadas pelo governo do estado localizavam-se junto ao porto fluvial de uma localidade chamada Registro, antigo município de Igua-

pe, posteriormente desmembrado. Devido às dificuldades encontradas pelo governo na demarcação dessas terras, o que gerou atraso na implantação de um núcleo de colonização, a Câmara Municipal de Iguape se prontificou a oferecer uma alternativa: a doação de terra em um local denominado Jipuvura, situado mais a montante da cidade de Iguape. Assim sendo, a quilômetros de distância e a jusante do porto fluvial de Registro foi instalado, em 1913, o primeiro núcleo de colonização japonesa no Vale: a Colônia Katsura. Alguns anos mais tarde, finalmente seria criada a Colônia de Registro, a mais florescente delas e, décadas após, Sete Barras, o último dos núcleos instalados no Vale do Ribeira.

Os três núcleos se diferenciam quanto à origem das terras e à sua dimensão total, além de suas trajetórias de ocupação ao longo da história. Katsura e Registro fazem parte de políticas públicas promovidas para o assentamento de colonos em áreas consideradas vazias, enquanto em Sete Barras foi um projeto privado de capital japonês, via KKKK, que viabilizou a sua criação por meio da aquisição das terras a baixo preço. Registro foi o maior núcleo de todos, com 50 mil hectares, seguido de Sete Barras com 25 mil e, por último, Katsura, o menor deles, com 859 hectares. Sendo o maior e mais próspero dos três núcleos, Registro se firmou no cenário regional como a capital do Vale do Ribeira, representando a experiência de maior êxito no âmbito de todas as iniciativas de colonização na região.

O empreendimento colonizador nipônico deu a Registro sua condição própria de existência, até tornar-se, na atualidade, o município economicamente mais importante do Vale do Ribeira. Em 1926 foi elevado a distrito policial; em 1934, a distrito da paz e, em 1944, à condição de município, motivado pelo momento político da II Guerra Mundial.

A localidade de Registro tinha grande importância desde o período colonial por abrigar o posto de cobrança do quinto do ouro à Coroa Portuguesa. Com o esgotamento aurífero, de acordo com Valentim (2006), as terras do Médio Vale do Ribeira foram ocupadas com a rizicultura, o grande motor econômico da região, durante o século XIX até a metade do século XX, com auge entre 1840 e 1860. A região de Registro, ao que se supõe, tornou-se passagem dos produtos agrícolas que percorriam o rio Ribeira de Iguape, cuja navegação foi incrementada, em 1850, com os portos de Xiririca (atual Eldorado), Iguape e Cananeia, que passaram a ser servidos por linhas regulares de navios a vapor.

O século XIX não deixou vestígios materiais da fase colonial de Registro, a não ser pelo nome da cidade, que segue lembrando a origem do núcleo urbano. As fotos desse núcleo com a chegada dos imigrantes deixam claro o caráter de ocupação em processo, com obras, ruas em terra e pouco aspecto de habitabilidade.

Petrone (1966) afirma que a localidade, até o início do século XX, nada mais era que duas ou três casas de pau a pique, cujo acesso e via de transporte era exclusivamente o rio Ribeira de Iguape. Pelo mapa de implantação da Colônia de Registro, pode-se inferir que existiam algumas fazendas, cujas terras foram incorporadas à colônia. Não há informações quanto à existência de construções oitocentistas no que é hoje o centro da cidade.

Não se sabe até o momento se houve alguma forma de planejamento para Registro, se regras de traçado e ocupação foram estabelecidas pela KKKK. Fotografias de meados do século XX mostram ruas sem calçamento e diversas casas com referências à arquitetura japonesa. Alguns poucos imóveis são ainda capazes de contar essa ocupação inicial. Segundo Almeida (1953, p. 40), em estudo dos anos 1950, "Registro cresceu sem plano urbanístico. [...] Não há calçamento nem meio-fio nas ruas que, em sua maioria, têm traçado irregular. Não existem, também, praças ajardinadas. O sítio onde se ergue a cidade é, porém, bonito [...]".

O vetor de ocupação do núcleo urbano foi o porto, junto do qual se construiu a sede da KKKK, composta por quatro galpões de armazenamento e um edifício com instalações de engenho de beneficiamento de arroz e equipamento de calderaria, que se localizam no sopé do Morro da Espia e se diferenciam do todo construído do núcleo urbano. Com a abertura da BR-116, a Régis Bittencourt, o eixo de acesso à cidade foi transferido para as margens da rodovia.

A casa dos imigrantes japoneses em Registro

> Na observação e interpretação das paisagens culturais, especialmente dos elementos que contribuem para a definição das formas de habitat rural, a casa surge quase sempre como um dos fatos de maior significação. Normalmente ela pode orientar, por freqüentemente espelhá-las, na consideração e interpretação das condições

> ligadas às formas de organização do espaço agrícola, aos problemas de tipo de culturas em face do comércio, aos de sítios e aspectos relacionados com o quadro natural, assim como aquelas condições decorrentes dos materiais de construção disponíveis, ou ainda seus habitantes, com suas técnicas peculiares. (PETRONE, 1966, p. 287-288)

De acordo com o estudo realizado por Aoki (2006), os imigrantes, ao longo do processo de instalação, desde a chegada até a efetiva moradia, trocavam de casa três vezes. A primeira, provisória, era a moradia inicial, feita rudimentarmente para atender a necessidade de abrigo imediato. A segunda era construída com mais vagar, quando já se tinha atingido situação financeira de alguma estabilidade. Esta é, em geral, a casa caracterizada como sendo de imigrantes japoneses, tanto por ser representativa culturalmente quanto por ter sido a que persistiu até o presente. A terceira casa corresponde àquela construída na atualidade, frequentemente anexa ou muito próxima à edificação original e que visa atender aos confortos da vida contemporânea, como cozinha equipada e banheiro. O abandono progressivo da casa tradicional está também relacionado à mudança de status social e aos símbolos de vida das novas gerações.

No caso da Colônia Katsura, de início os colonos se instalaram em alojamentos, barracos utilizados pelos caboclos, posteriormente reformados. Depois, como nas outras colônias, foram para os seus lotes e construíram, num processo lento, as próprias residências, conforme apresenta Handa (1987).

A primeira morada estava dentre as preocupações da KKKK, que estabelecia suas dimensões e características básicas. As medidas das casas eram baseadas em modelos bidimensionais definidos pela medida do tatame, de formato retangular, de 1 *ken* (1,80m) x ½ *ken* (0,90m). A casa recomendada pela KKKK, para uma família de cinco pessoas, deveria ter 5 *ken* (9m) x 3 *ken* (5,40m). A casa, em duas águas, deveria ser construída em palmeira jiçara amarrada com cipó. O interior se dividia em três partes: área de trabalho, que ocupava a maior porção, a cozinha e um aposento de piso elevado. Para Yamaki *apud* Aoki (2006), essa divisão interna, desde o princípio, conforme

as indicações da KKKK, reiteradas pela própria tradição, remetia às construções rurais japonesas.

De acordo com Gonçalves (2008), apesar do auxílio técnico da KKKK, as primeiras casas e até mesmo o início do plantio se baseavam em métodos empíricos. A primeira casa se assemelhava às construções dos caboclos da região, cujas técnicas de construir eram amplamente utilizadas.

As casas populares tradicionais da zona da mata atlântica, como as de Iguape e Cananeia, conforme estudo de Barbosa (1999), eram feitas predominantemente em madeira e, em alguns casos, de pau a pique. A casa característica tem "revestimento de tábuas fixadas verticalmente e arrematadas com mata-junta, em uma estrutura independente composta de esteios, frechais e baldrames; as telhas são de duas ou quatro águas com telhas de barro ou fibrocimento". A madeira era mais utilizada por ser material considerado nobre, e também muito abundante, além de ser técnica construtiva tradicional. Sua planta é retangular, de um pavimento, com três cômodos e cozinha anexada à casa principal, com telhado mais baixo que o principal.

Existem também na região muitas casas de farinha ou edificações utilizadas de depósito ou serviços, construídas em estrutura portante e vedação de tábuas ou bambu, similares ao que teria sido a primitiva casa do colono. Como mostrou Pereira (2006), os anexos conservados como galinheiros, depósitos e ou oficinas são também documentos dessa primeira ocupação.

Para implantação da casa, primeiramente era desmatado o terreno. Há que se ter em conta as inúmeras dificuldades para tal empreendimento, tendo em vista as diferenças geográficas e culturais. Conhecer a terra, seus materiais, além da própria língua, era árdua tarefa. É o que mostra o relato de Yonosuke Yamada, gerente da KKKK:

> No incipiente núcleo de colonização tive oportunidade de sentir pessoalmente a energia dos colonizadores. A meus olhos recém-chegados do Japão, esta mobilização geral apresentava-se como algo inédito, ao mesmo tempo que me vi obrigado a reconhecer que a tarefa da colonização exige dos emigrantes, no exterior, uma extrema firmeza de propósitos e uma imensa dose de obstinação. (HANDA, 1987, p. 344).

As dificuldades tinham início na derrubada do terreno. Logo os colonos perceberam a impossibilidade de contar com apenas os membros da família e com os instrumentos que tinham para proceder ao desmatamento. Sem o manejo experiente do machado e conhecimento da mata, passaram a recrutar a mão de obra do caboclo. Em Katsura, conforme mostrou Handa (1987), por situar-se na várzea, as dificuldades da queimada da mata eram imensas. O nacatirão-do-brejo (quaresmeira), árvore bastante comum na região, era grande obstáculo, pois de difícil secagem. Os saberes e técnicas do caboclo foram, portanto, logo apropriados desde o estágio de ocupação do lote.

As primeiras casas eram rústicas e com chão de terra batida, tinham as paredes de ripas de palmeira jiçara treliçada ou bambus cortados em meia cana, fincados diretamente no chão, unidos com amarrações de fibras vegetais ou cipó. O reboco, quando existia, era feito somente no interior. As janelas eram os espaços de vedação sem reboco, fechadas com saco de juta. A cobertura era de bambu ou jiçara que dava apoio a folhas de bananeira.

Interessante observar que o processo de construção da primeira moradia ocorria de modo muito similar ao dos imigrantes de outras origens, como italianos, estudados por Eduardo Pereira (2006). Segundo este autor, as casas eram a própria "expressão da emergência", erguidas com madeiras roliças, cortadas à mão, taipa de mão, sobras de materiais e bambus.

No processo de ocupação do território e adaptação ao meio, as casas são elementos fundamentais de ressignificação dos universos. Para Almeida (1953), a ausência ou presença de certos materiais de construção, as possibilidades econômicas e as condições climáticas levaram a certos tipos de moradia, que são exemplares dos processos mais globais de transformação e também de mostrar os próprios saberes, valores, expressões e técnicas.

> No Vale do Ribeira de Iguape, o japonês não pode construir casas de bambu forradas de papel, com janelas e portas corrediças. Mas ele pode aplicar à habitação traços de arquitetura nipônica [...]. É na forma dos telhados, na divisão interna dos cômodos e sua destinação, bem como na aplicação sistemática de vigas de madeira bem

> plainadas, de metro em metro, nas paredes que se nota a influência do estilo oriental nas casas de Registro. (ALMEIDA, 1953:67).

Os bens culturais da imigração japonesa propostos para tombamento

Pode-se dividir as arquiteturas encontradas em Registro e Iguape e propostas para o tombamento, em nível federal, em três grupos, conforme seu uso: edificações funcionais (fabris e administrativas), edificações residenciais e edificações religiosas. Outros equipamentos importantes para a instalação da colônia, como escolas e edificações de saúde, não persistiram no tempo, tendo sido demolidos ou profundamente alterados.

A mais marcante edificação de uso fabril em Registro é a sede da KKKK. Ela foi o elemento estruturante da ocupação do que é hoje o município de Registro e deu a partida à urbanização da cidade, a partir do rio Ribeira de Iguape. Construída em tijolos aparentes, em acordo com as características da arquitetura industrial, seus quatro galpões são exemplares únicos dessa arquitetura.

As fábricas de chá são outro grupo de edificações fabris muito importantes na ocupação da região, presentes como atividade principal ou como alternativa econômica ao café desde praticamente os momentos iniciais da imigração. Diversas foram alteradas ou demolidas e, em geral, não conservam as características originais. Este é o caso do Chá Ribeira, cuja casa primeira e fábrica deu lugar a exemplares em concreto, construídos em tempos recentes, mas continua sendo de grande importância para a comunidade e preserva as primeiras mudas de chá do tipo *assam*, responsáveis pelo estabelecimento e crescimento do cultivo da planta na região, sendo, em si, um bem patrimonializável.

As fábricas de chá Kawagiri e Shimizu têm as mesmas características volumétricas e de proporção, construídas com estrutura de madeira em vedação em tijolos ou em taipa, com esquadrias de madeira. Já a Fábrica de Chá Amaya se compõe de diversos galpões industriais que circundam a habitação construída nos anos 1920, sendo tipologicamente diversa das demais.

Em Jipovura, município de Iguape, encontram-se os vestígios materiais da antiga Colônia Katsura. Junto ao rio Ribeira de Iguape, logo

à saída do antigo porto, estão as ruínas do engenho e a sede social da cooperativa. Ambos são edificados em tijolos, com funções originais ligadas aos processos produtivos e sociais da colônia.

O segundo grupo de arquiteturas é o das residências. Nestas estão evidenciadas, de modo marcante, as relações entre a tradição local e as técnicas dos imigrantes, materializadas em edificações de singularidade plástica e construtiva. Encontramos diversos exemplos (cerca de 20 propriedades rurais) muito significativos dessa arquitetura, cujo estado de preservação e conservação é bastante variado. Em face do que foi construído em Registro e Iguape, esse número é muito pequeno. Os fatores que contribuíram para sua deterioração foram a agressividade do clima, as características dos materiais empregados e seus procedimentos construtivos, como modulação e sambladuras estruturais, os quais pressupunham a constante manutenção e substituição (GONÇALVES, 2008).

Pelas transformações culturais e os constrangimentos históricos (como as políticas estabelecidas para os imigrantes japoneses a partir da II Guerra Mundial), acesso a materiais industrializados e progressivo abandono das casas para moradia em edificações novas, construídas em alvenaria de tijolos, as tradições de manutenção das casas antigas foram perdendo, pouco a pouco, o hábito de serem realizadas.

As residências da família Hokugawa, Amaya, Fukasawa, do Sr. Gozo Okiyama e da Sra. Susu Okiyama foram destacadas ao longo do processo de estudo como representativas por terem entre si grande diversidade de soluções, ao mesmo tempo em que conservam a unidade como arquitetura da imigração japonesa. Todas são ricas no que se refere à técnica e à plasticidade. São construídas com estrutura autoportante em madeira, com madeiramento encaixado (sambladuras) sem a utilização de pregos e com vedações em pau-a-pique, com palha do arroz misturada ao barro. O telhado era feito primeiramente em palha, sendo substituído por telhas de barro e mais recentemente por fibrocimento. A estrutura das casas é suspensa do chão por embasamento que pode ser em tijolos ou em pedra. Na Colônia de Jipovura persiste uma única residência, que apresenta as mesmas características técnicas das casas de Registro. Trata-se, contudo, de edificação mais simples, em apenas um pavimento e com área construída menor. A cozinha, separada do corpo construído, remete às casas caboclas.

Temos, ainda, como edificações religiosas, a Igreja de São Francisco Xavier e a Igreja Episcopal Anglicana. As duas são construções muito distintas entre si e que revelam o caráter da religiosidade dos imigrantes e seus processos históricos de adaptação e transformação. A Igreja de São Francisco Xavier, erguida no centro de Registro, junto à sede do KKKK, remete ao esforço de conjugação com os valores religiosos brasileiros do catolicismo. Já a Igreja Episcopal mostra os esforços dos colonos de manutenção da própria cultura e religiosidade. Na arquitetura de cada templo religioso estão expressas as religiosidades distintas dos imigrantes e seus modos de estabelecimento em terras brasileiras.

Finalmente, para complementar o conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da imigração japonesa no Vale do Ribeira, foram incluídas na proposta de tombamento as primeiras mudas de chá da variedade *assam* (chá preto) trazidas para o país no início dos anos 1920, as quais se tornaram as matrizes para toda a produção nacional existente hoje e que se encontram preservadas em canteiro próprio junto à propriedade do Chá Ribeira.

O plantio do chá preto no país teve início em 1935, quando Torazo Okamoto, imigrante japonês estabelecido na Colônia de Registro, introduziu em suas terras a variedade *assam*, de origem indiana, que apresenta folhas mais largas, sendo, portanto, mais produtiva e de maior qualidade. Regressando de uma viagem de navio pelo Japão, ao passar pelo Sri Lanka, ilha situada ao sul da Índia, Okamoto visitou uma plantação de chá e obteve, a muito custo, algumas sementes desta variedade. Como não era permitido embarcar com as sementes, escondeu-as dentro de um pão e, na viagem de volta, conseguiu fazê-las brotar. Ao desembarcar no porto de Santos, Okatomoto tinha em mãos 65 mudas de chá, as quais foram as matrizes de uma variedade que se espalhou por Registro.

Petrone (1966) já observava, em meados do século XX, quando realizou sua pesquisa de campo no Vale do Ribeira, que o chá conformava uma paisagem única e típica em Registro. Os chazais foram plantados nos terrenos das colinas suaves, ficando, desse modo, ao abrigo das cheias dos rios. Em geral o chá é plantado seguindo as curvas de nível, garantindo proteção ao solo, já que, com o seu crescimento, as mudas se unem, formando uma cobertura arbustiva densa, fechada e homogênea. A beleza da paisagem do chá em Registro é produto deste conjunto

de fatores: de um lado, o sítio físico propício e, de outro, a forma como as lavouras foram dispostas. Vez ou outra a uniformidade da paisagem é rompida por um trecho de mata atlântica preservado, nos topos das colinas ou junto ao curso de pequenos rios.

A uniformidade é dada pelos cuidados com a planta, já que desde a formação dos chazais se cumpre a tarefa incansável de repor as mudas que morrem, de forma a garantir que as fileiras estejam sempre contínuas. Outro cuidado é com a altura das touceiras, mantida homogênea quando ocorrem as colheitas das folhas. O resultado é uma paisagem singular, mantida por uma forma de apropriação do espaço em consonância às características naturais dos terrenos.

As matrizes do chá *assam* trazidas por Okamoto se encontram ainda hoje protegidas e preservadas em um canteiro cercado no interior da Fazenda Chá Ribeira, de propriedade da família. Dispostas em cinco fileiras e acompanhando o declive do terreno, as 65 mudas de chá testemunham a origem da trajetória de vida e de trabalho do imigrante japonês em terras brasileiras, em seu esforço de adaptação e criação de raízes em um novo espaço geográfico. As mudas representam uma história de êxito, que fez do Chá Ribeira uma das mais importantes empresas da região.

Além disso, ao se disseminar as plantas entre outros agricultores japoneses da região, as mudas se tornaram símbolo do espírito de cooperação e do sentido coletivo que envolvia cotidianamente a vida daqueles imigrantes japoneses, assentados sob o domínio da tropicalidade no sudeste brasileiro.

Considerações finais

Por ocasião dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil, em 1998, a Câmara Municipal de Iguape solicitou ao IPHAN de São Paulo o tombamento dos remanescentes da Colônia Katsura, justificado pelo fato de ela constituir a primeira iniciativa do gênero no Brasil. O abandono do núcleo e a existência, ainda naquele momento, de algumas construções típicas, pediam medidas urgentes de proteção desse importante patrimônio.

Apesar da não instrução do pedido àquela época, o reconhecimento dessa relevância foi alcançado em 2007, por meio de um projeto

de lei no qual o Congresso Nacional estabeleceu a Colônia Katsura, em Jipuvura, como o "Berço da Colonização Japonesa no Brasil", com parecer elaborado pelo Depam/IPHAN. Nesse parecer se chama a atenção para a necessidade de "perceber a importância de toda a região e a contribuição da corrente imigratória japonesa em todo o Brasil" (WEISSHEIMER, 2008).

Vinte anos depois, a pesquisa de campo realizada para o dossiê de tombamento mostrou que aquele pouco que existia em Katsura desapareceu ou se transformou em ruínas e, mesmo assim, são os únicos vestígios materiais que têm a importante função de contar a trajetória desses primeiros imigrantes japoneses em solo brasileiro. A pesquisa, ao se estender pela região, identificou outros exemplares importantes, um conjunto maior em Registro, com construções ainda em uso. Dessa forma, o estudo elaborado evidenciou o significativo potencial patrimonial existente em uma região socialmente importante e que traz o estigma de situar-se à margem dos processos de valorização econômica do estado. Reconhecer seu patrimônio e sua história tem, assim, um papel simbólico estratégico.

Referências

ALMEIDA, Vicente Unzer. *Condições de vida do pequeno agricultor no município de Registro.* São Paulo: Comissão Nacional do Bem-Estar Social/ Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1953.

AOKI, Adriana T. *Paisagens de Registro:* identidade e preservação. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina. Londrina: mimeo, 2006.

GONÇALVES, Rogério Bessa. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro. São Paulo. *Anais do Museu Paulista.* São Paulo. N. Sér, v. 16, n.1, p. 11-46, jan./jun. 2008.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês:* história de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASEGAWA, T.; RUEDA, J. *Introdução dos imigrantes japoneses no Brasil e seu órgão instrutivo:* atividades da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha em São Paulo. São Paulo: KKKK, 1932.

KUNIYOSHI, Celina; PIRES, Walter. *Casarão do Chá.* Mogi das Cruzes. São Paulo: Condephaat, 1984.

KUNIYOSHI, Celina; SEGAWA, Hugo; PIRES, Walter. *Arquitetura da imigração japonesa.* Projeto. São Paulo, n. 72, p. 99-104, fev. 1985.

MIDORIKAWA, Jorge T. *As colônias japonesas na zona do Ribeira de Iguape.* Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1928.

PAPY, Louis. À margem do império do café. *Boletim geográfico*, ano XV, n. 137, 1957.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Núcleos coloniais e construções rurais.* São Paulo: Eletrobrás, 2006.

PETRONE, Pasquale. Notas sobre os sistemas de cultura na Baixada do Ribeira, SP. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 39, p. 47-63, out. 1961.

PETRONE, Pasquale. A baixada do Ribeira: estudo de geografia humana. *Boletim de Geografia,* São Paulo: FFLCH/USP, n. 283, v.14, 1966.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVEIRA, Flávio Leonel A.; BEZERRA, Marcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel F.; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural:* diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 81-97.

WEISSHEIMER, Maria Regina. *Parecer sobre projeto de lei no 7.441 de 2006*, solicitando reconhecimento de Iguape como "Berço da Colonização Japonesa no Brasil". Memo 001/2008, Depam/IPHAN.

Baixo Amazonas/PA: memória, patrimônio, desafios

Giovanni Blanco Sarquis*



* **Giovanni Blanco Sarquis** é arquiteto e urbanista, especialista em paisagismo pela Unama-PA, técnico em edificações (Cefet-PA), e mestre e doutorando em arquitetura e urbanismo pela Universidade Mackenzie de São Paulo. Técnico em Arquitetura lotado na Superintendência do IPHAN em São Paulo.

História, contexto e identidade cultural

Avaliar o significado do patrimônio do Baixo Amazonas/PA se tornou significativo devido às dificuldades de acessibilidade e monitoramento do seu acervo cultural pelas entidades de preservação e promoção da cultura. E diante da dimensão territorial e das longas distâncias entre os municípios dessa região, fez-se necessário selecionar, para a realização desta pesquisa, alguns sítios que ainda revelam a importância de processos e fatos formadores de uma identidade nas comunidades locais.

Com base nessas indicações, o propósito deste artigo é suscitar uma reflexão sobre a pluralidade cultural da região, de forma a demonstrar que o patrimônio cultural (material, imaterial ou natural) apresenta estreita relação com o cotidiano das sociedades e com a produção da própria cidade e da própria história, considerando esse território como resultado da ação de diferentes etnias que produziram uma somatória de tradições, celebrações, paisagens — entendidas como leitura do espaço a partir de suas referências culturais e sua expressão no ambiente natural e no construído —, acontecimentos, ofícios, arquiteturas e cidades, que determinam o diferencial de cada lugar.

Nesse sentido, o Baixo Amazonas/PA representa caráter singular na colonização amazônica e na construção de uma diversidade cultural própria (FURTADO, 1993), cujo território ainda é inexplorado quanto ao valor cultural de seu patrimônio e da memória como ferramentas de identidade e (re)conhecimento das suas comunidades. Referências identificadas mediante um mapeamento cultural nos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Fordlândia, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém permitiram a compreensão da sua formação territorial, organização socioespacial e estrutura econômica.

A ocupação humana na Amazônia antes da colonização europeia era caracterizada por uma população cujo padrão cultural tendia a ser hegemônico na região, traduzindo um estágio mais simples de arranjo social. Pesquisas arqueológicas têm permitido valioso conhecimento sobre a dinâmica das formas de ocupação humana nessa região, sua mobilidade espacial, práticas de uso e manejo dos recursos ambientais, além de técnicas de subsistência e reprodução social. A descoberta de sítios arqueológicos revela o florescimento de culturas humanas —

notadamente indígenas — em regiões de várzea, terra firme e zonas costeiras da região, com arranjos societários em nível de bandos ou de grupos mais sedentários. Os grupos se organizavam socialmente em aldeias de tamanho e longevidade variáveis e seus sistemas produtivos mantinham estreita relação com a natureza, cuja economia era baseada no extrativismo e na agricultura (ROOSEVELT, 1992).

Quando o nível do mar diminuía, ocorria queda no abastecimento contínuo de alimentos, forçando grupos humanos a procurarem alternativas, encontradas na caça e coleta de produtos silvestres. Provavelmente começou uma agricultura incipiente, com mão de obra familiar, mais tarde passando a uma prática mais complexa de "derrubada" e "queimada" até chegar numa etapa mais intensiva, alcançada na fase Marajoara (OLIVEIRA, 1983). A descoberta de sítios arqueológicos revelou vestígios materiais significativos (cerâmicas, sambaquis, pinturas e grafismos rupestres, formações líticas, palafitas, poços, cemitérios e aterros artificiais — hipogeus) que possibilitaram o estudo da formação de cultura humana pré-colonização. Nessa sequência de formas de povoamento, os traços culturais e práticas reconhecíveis indicam apropriação e uso de recursos marítimos e fluviais por grupos de caçadores, coletores e ceramistas num permanente processo evolutivo.

Os primeiros registros da ocupação europeia no Baixo Amazonas/PA datam do século XVII, quando a expansão portuguesa foi marcada pelo estabelecimento de missões religiosas e fortificações militares, a partir das quais se formaram aldeamentos onde hoje estão situadas algumas das principais cidades da região. A consolidação da soberania lusitana se intensificou com a viagem de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas em direção ao Peru no século XVII, na qual assentou marcos ao longo do percurso por meio da fundação de fortalezas, feitorias e casas fortes do Baixo ao Alto Amazonas. Datam desse tempo, fortificações militares e aldeamentos jesuíticos que se tornariam vilas e, posteriormente, cidades.

Nessas cidades, a estrutura espacial seguiu padrões urbanísticos regulados por cartas e regulamentos de normatização edilícia, seja de origem hispânica como portuguesa, com o propósito de mediar o domínio do território livre por meio de uma preliminar organização espacial retratada no traçado de vias, conformação de quadras, di-

mensão de lotes e tipologias construtivas, os quais, invariavelmente, remeteriam a circunstâncias europeias.

A partir de então, aconteceu uma intensa miscigenação decorrente das relações étnicas, intensificadas pela convivência entre índios, brancos e negros durante a construção de fortes e feitorias. A própria Coroa Portuguesa, no século XVIII, incentivou o casamento de portugueses com índias, possibilitando a confluência de sangues, hábitos, comportamentos, formas de "encarar o mundo", para assim melhor legitimar a posse do território, em nome da Coroa Portuguesa (FURTADO, 1993).

E com isso, o índio se integrou à sociedade que se formava e se desenvolvia em torno dos fortes, aldeamentos missionários e dos núcleos populacionais. Os índios "descidos" eram utilizados nos serviços de caça, da pesca e coleta; os "descidos" das áreas de beira de rios foram destinados às atividades de pesca e à navegação interna; e os do interior, às atividades agrícolas e extrativistas. Esse rudimentar povoamento se estendeu pela região das margens da calha amazônica, cuja dinâmica envolvia outros contingentes chegados posteriormente, como o negro e o imigrante nordestino.

Nesse sentido, o indígena, muito mais que o negro, tornou-se útil ao processo de ocupação humana, à manutenção da posse do território, nas buscas das "drogas-do-sertão" e na provisão de alimentos e trabalho, havendo uma forte influência desse tipo de economia extrativista no modo de vida atual dos habitantes da região. Os pescadores do Baixo Amazonas/PA ainda adotam métodos de pesca de influência indígena, como a pesca com arco e flecha, arpão, zagaia; conservação de pescado com uso do moquém, cozimento de peixe envolvido em folha de bananeira ou similar, ao calor de brasas; e o piracuí, produto do processo de cozimento e torra de peixe resultando em uma farinha. Nos antigos locais em que foram erigidos aldeamentos missionários, em torno dos quais se desenvolveu a atividade pesqueira regional — a partir da convivência entre colonos e índios "descidos" das aldeias para esses locais —, permaneceram traços desse passado, como a prática de fabricação das embarcações.

Quanto ao negro, mão de obra escrava utilizada em menor escala na Amazônia se comparada à do indígena, sua participação na conformação das sociedades do Baixo Amazonas/PA também é evidenciada, es-

pecialmente quando considerada a herança em práticas culturais como as celebrações religiosas e a culinária. Além desses, tem-se o imigrante nordestino, deslocado tanto para a exploração da borracha como também para o povoamento, contribuindo na disseminação de costumes à cultura local.

Entre 1850 e o início do século XX, as populações do interior amazônico experimentaram as consequências do ciclo da borracha, migrações de nordestinos para os seringais, abandono de atividades agrícolas e ribeirinhos dividindo as atividades de coleta do látex. Essa exploração desenfreada foi observada pelos naturalistas europeus Spix e Martius em viagem pela região, cujos relatos descrevem o processo artesanal de extração e preparo da seringa — sem, no entanto, atestar a dimensão econômica desse produto —, indicando inclusive a existência de uma exploração reduzida às vizinhanças de Belém (OLIVEIRA, 1983).

A crescente procura pelo látex no mercado mundial transformou o processo de extração artesanal em cultivo direcionado para produção em grande escala, permitindo uma intensa ocupação de parte da Amazônia, especialmente por meio da migração nordestina para a região. O aumento demográfico e territorial se deu em função da estreita relação econômica entre a goma elástica e o capitalismo monopolista internacional. As fronteiras da Amazônia foram redefinidas e alargadas com a anexação do Acre ao território nacional. É nesse contexto que a empresa da *Ford Company* se estabeleceu na região do rio Tapajós na década de 1920 e fundou núcleos de produção, nos quais havia o financiamento de projetos de manejo e plantio de seringueiras no Baixo Amazonas e o beneficiamento da borracha: o primeiro foi Fordlândia e, alguns anos depois, Belterra (VICENTINI, 2004).

A empreitada de Henry Ford visava mudar as estruturas de exploração do látex, substituindo o aviamento por um modelo quase industrial. Pretendia antes de tudo instituir um sistema de trabalho que desconsiderava completamente elementos culturais da região e por isso estava fadado ao fracasso. O modelo norte-americano de organização industrial não resistiu aos mais de trezentos anos de colonização ibérica e sofreu diversas crises, como o fracasso da tentativa de cultivo ordenado da seringueira, ocasionado pelo aparecimento de pragas que se proliferaram

facilmente em função do desmatamento da floresta nativa, que protegia e evitava a proliferação de fungos, e a concorrência da borracha sintética, que atraía os investimentos estrangeiros em função dos preços baixos, aspecto que acabou por decretar o fenecimento da investida empresarial de Ford. Restou à *Ford Company* entregar ao governo brasileiro as benfeitorias e as instalações por uma quantia simbólica. Com a queda cada vez mais acentuada dos índices de exportação da borracha e com as tentativas fracassadas de reestruturação da economia regional, ocorreu a retração irreversível da economia desse produto.

Apesar do considerável aumento populacional no final do século XIX, a região ainda não produzia uma borracha satisfatória e a mão de obra continuava insuficiente. Assim, várias estratégias foram implementadas pelo Estado, como incentivo à migração dirigida, subsidiada pelo governo federal, orientando a vinda de imigrantes (estrangeiros e brasileiros) para a exploração da seringueira na Amazônia e a produção agrícola.

Até 1912, a produção da borracha amazônica alcançou níveis expressivos de comercialização; entretanto, a concorrência asiática, mais produtiva e rentável, conduziu ao declínio da economia desse produto na região. Quando a crise se tornou iminente, o governo federal propôs um plano de investimentos por meio de investimentos em infraestrutura de transporte, produção e industrialização da borracha, agricultura alimentar, pesca e pecuária (OLIVEIRA, 1983).

Durante o segundo governo de Vargas (1951-1954), uma nova tentativa de desenvolvimento foi implantada na Amazônia. Tratava-se de uma proposta de valorização econômica com o objetivo de adensar a região e desenvolvê-la socioeconomicamente, criando inclusive uma superintendência específica com essa tarefa: a Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Essa empresa pretendia explorar os recursos minerais da região, o que ensejou o governo brasileiro a incentivar o desenvolvimento de crédito bancário e a melhoria do sistema de transporte. Essa política não alcançou os resultados planejados, por causa da limitação de recursos e de apoio político, perdurando até 1966.

Parece que o velho projeto de ocupação da região, considerada por determinados pesquisadores como área de vazio demográfico, prolon-

gou-se e atingiu a segunda metade do século XX. Mais do que ocupar, a intenção era integrar a Amazônia para não perdê-la. Visando à execução desse plano, o governo federal estimulou a implantação de projetos de integração, a partir dos quais empresas estrangeiras se estabeleceram na Amazônia, recebendo incentivos fiscais do Estado para explorar as potencialidades agrícolas e minerais.

Em 1975, durante o governo de Ernesto Geisel, foi discutida uma nova proposta de desenvolvimento da Amazônia, baseada também na exploração dos recursos minerais e na implantação de atividades agrícolas e pecuárias — este item se destacou na pauta de investimentos implementados nos municípios do Baixo Amazonas/PA, assim como programas de colonização orientados pelo Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (OLIVEIRA, 1983). A partir da década de 1960 tiveram início grandes projetos de exploração mineral com capital estrangeiro em municípios da região; entretanto, a esperada contrapartida por parte desses empreendimentos não tem garantido qualidade ambiental, muito menos obras de infraestrutura favoráveis ao desenvolvimento humano e sua sustentabilidade.

A esse contexto, somam-se as permanentes migrações, que não são absorvidas pelos empreendimentos em andamento, sendo minoritariamente integradas ao setor terciário, ocasionando um inevitável crescimento populacional e, consequentemente, de problemas urbanos próprios da falta de planejamento pelas políticas públicas. Nem mesmo regulamentos oficiais, como o Estatuto da Cidade e a obrigatoriedade da regulamentação de planos diretores, têm conseguido lograr êxito quanto à melhoria de vida das comunidades, que se ressentem de iniciativas que indiquem possibilidades de trabalho e identificação cultural.

Diante desse cenário, torna-se necessária a implantação dos planos diretores municipais aprovados pelas Câmaras municipais, como indispensável instrumento de regulamentação do crescimento e desenvolvimento sustentável das cidades, considerando, inclusive, a pertinência e inclusão de políticas culturais com ênfase na preservação da memória, promoção do patrimônio e sustentabilidade do espaço construído histórico. Essa defesa ao patrimônio cultural está presente na Constituição Federal de 1988, em artigos específicos que tratam desse assunto, en-

volvendo a responsabilidade que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios possuem de garantir a identificação, a proteção e a promoção do patrimônio cultural, que abrange desde formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; até conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Considerações finais

O estudo dessa região se coaduna com o propósito do IPHAN de identificar, tornar conhecidos e valorizados elementos constituintes do patrimônio cultural que, transformados pelo arranjo social, permitem ser conhecidos pelas gerações futuras. Dessa maneira, constata-se que a preservação do patrimônio edificado e natural não se restringe aos legítimos instrumentos do tombamento, registro ou paisagem cultural, visto que sua preservação somente é viável a partir do seu reconhecimento e apropriação pelos próprios moradores e da aplicação de práticas de gestão e uso que possam viabilizar a utilização pelo proprietário/locatário, estimulando ações que promovam a sustentabilidade local.

Com esse intuito, ações comuns entre instituições municipais, estaduais e federais deveriam incentivar políticas públicas de trabalho e geração de renda, possibilitando programas que viabilizassem a troca de experiências e a difusão de conhecimento, com o objetivo de fortalecer a cultura, elemento formador da identidade de uma sociedade.

O IPHAN, a seu critério, poderá definir (ou colaborar na construção de) uma agenda específica, considerando características particulares de cada conjunto ou exemplar do patrimônio cultural da região. A educação patrimonial para os programas de preservação do patrimônio deverá ser pensada de modo a focar as vertentes formais e informais, tendo em vista a propriedade e as características do empreendimento. Nesse sentido, enquanto a vertente formal englobaria as escolas e outros espaços de educação continuada, as informais abrangeriam outros segmentos de público não escolar como as comunidades ou associações (de artesões, por exemplo) e produtores e agentes culturais.

O planejamento da preservação do patrimônio cultural dessa região deve estimular a participação da comunidade local desde as fases iniciais do trabalho, exatamente para que o sentimento de pertencimento seja uma realidade a considerar no final de cada processo de valorização cultural preventiva. A inclusão de grupos vulneráveis deve ser vivamente considerada; assim, todas as ações estarão centradas na diversidade cultural, na promoção de políticas de promoção social da igualdade racial e das minorias. Por outro lado, no que tange à fruição dos bens culturais materiais e imateriais, deverá se levar em conta as salvaguardas do ponto de vista da conservação e preservação.

Referências

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do rio Amazonas:* um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação humana. In: SALATI, Enéas; SHUBART, Herbert. O.; JUNK, Wolfgang J.; OLIVEIRA, Adélia E. (Orgs.) *Amazônia:* desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144-327.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53-86.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia.* Curitiba: UFPR, 2004.

Patrimônio ferroviário - história, memória e valoração: o caso de Pernambuco

Maria Emília Freire*



* **Maria Emília Freire** é arquiteta e urbanista. Técnica lotada na Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Apresentação

Este texto trata do patrimônio ferroviário existente em Pernambuco, oriundo da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e tem por objetivo abordar os aspectos históricos e metodológicos resultantes do Inventário do Patrimônio Ferroviário em Pernambuco, de forma a contextualizar as questões nacionais que transitam pelos caminhos de ferro no Brasil e ainda trazer reflexões e questionamentos acerca do valor cultural desse patrimônio.

O Inventário do Patrimônio Ferroviário em Pernambuco, de natureza material, desenvolvido pela Superintendência do IPHAN em Pernambuco, apontou dados importantes para a compreensão da história da construção das ferrovias no Brasil, com destaque para o Nordeste e para a forma da implantação dos conjuntos ferroviários e da linha férrea no território. Durante a realização do trabalho de campo se percebeu que a comunidade, apesar de reconhecer e lamentar a situação de abandono e descaracterização em que se encontram os edifícios, as esplanadas, a linha férrea e os equipamentos ferroviários, ainda guarda, preservadas na memória, lembranças do que um dia foi a ferrovia, e principalmente nutre o desejo do retorno da "Maria Fumaça".

A partir disso, a Superintendência do IPHAN em Pernambuco iniciou, em outubro de 2009, o projeto de memória oral intitulado "Um trem de histórias: registro e disseminação dos saberes e ofícios da Rede Ferroviária Federal em Pernambuco", com objetivo de resgatar, registrar, preservar e divulgar os saberes e ofícios dos envolvidos na cadeia produtiva da Rede Ferroviária do Nordeste, por meio da narrativa das pessoas que vivenciaram o cotidiano de trabalho da ferrovia, e ainda identificar e catalogar as dinâmicas sociais e culturais por trás desses personagens.

A proposta de conhecer, identificar e documentar o patrimônio imaterial que constitui a operacionalização do trem se pauta no interesse em entender a cultura e os valores a ele associados, a simbologia e a memória, os significados dos pátios ferroviários traduzidos no simples apito da "Maria Fumaça", enfim, a diversidade existente que suscita reflexão e reivindica reconhecimento.

Introdução

Desde 2007, com a publicação da Lei 11.483/2007, que extinguiu a RFFSA e ao mesmo tempo atribuiu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a tarefa de "receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção", esse órgão vem adotando ações visando à preservação desse acervo, em suas dimensões material e imaterial.

Passou a ser indispensável identificar, conhecer e documentar o acervo ferroviário, a princípio de natureza material, de forma a subsidiar o IPHAN quanto à definição do seu uso e gestão, a partir do valor cultural a ele atribuído inclusive adotando ações de acautelamento, quando indicado. Para tanto, o IPHAN constituiu a Coordenação Nacional do Patrimônio Ferroviário, que tem como objetivo planejar e elaborar diretrizes nacionais com vistas à preservação e gestão desse acervo.

No primeiro momento se identificou a necessidade de realizar um inventário do patrimônio ferroviário de forma a identificar e conhecer o estado de conservação dos bens a ele relacionados. Foi então elaborada uma metodologia nacional básica a ser aplicada nos inventários desenvolvidos pelas superintendências do IPHAN, priorizando o patrimônio material.

A Superintendência do IPHAN em Pernambuco realizou, no período de novembro de 2007 a outubro de 2009, o Inventário do Patrimônio Ferroviário da RFFSA no estado, de natureza material, e para entendimento do significado e identidade desse acervo, iniciou, em outubro de 2009, o projeto de memória oral intitulado "Um trem de histórias: registro e disseminação dos saberes e ofícios da Rede Ferroviária Federal em Pernambuco".

Desde a primeira análise da diagramação da malha ferroviária brasileira foi percebida a importância de se trabalhar o patrimônio ferroviário como um sistema nacional, integrador de territórios, identificando e respeitando sua configuração geográfica que extrapola a barreira política e física dos estados brasileiros.

Era necessário estruturar o inventário de forma a vislumbrar a promoção e difusão, em âmbito nacional, desse conhecimento e ainda elaborar um instrumento de gestão capaz de gerenciar essa gama de

informações que já sabíamos ser bastante extensa e densa. Assim, foi criado um banco de dados e o mapa cultural do patrimônio ferroviário em Pernambuco, georreferenciado, que permite acesso a essa base de informação, detalhadamente, além da geração de relatórios de gestão.

Também existia a preocupação em respeitar e preservar as nomenclaturas ferroviárias, compostas de termos específicos e desconhecidos, como identidade e cultura a serem preservadas para as gerações futuras. Para tal foi elaborado, pelo IPHAN-PE, um dicionário de vocabulário controlado que muito contribuiu também nos trabalhos de identificação desse acervo ferroviário no campo e na realização da pesquisa oral, na medida em que permitiu o entendimento dos assuntos abordados pela comunidade e por ferroviários.

Passamos agora a abordar especificamente os aspectos históricos do patrimônio ferroviário, as diretrizes básicas adotadas para realização do inventário e, por fim, apresentaremos questionamentos e reflexões quanto à visão e aos critérios da valoração a ser atribuída a esses bens.

Breve histórico da ferrovia no Brasil e em Pernambuco

As primeiras estradas de ferro surgiram no início do século XIX na Inglaterra, representando um enorme avanço tecnológico e social e se destacando como o principal meio de transporte de carga e de passageiros na época. Tanto por sua expressiva cobertura geográfica quanto pela capacidade de desbravar territórios e integrar espaços e pessoas, elas provocaram profundas alterações nas relações produtivas e comerciais, aproximando regiões, ampliando mercados, criando cidades em função das linhas férreas e, mais especificamente, das estações ferroviárias. As edificações, a linha férrea e demais elementos que constituem o transporte ferroviário são considerados importantes contribuições e representações da era industrial.

A primeira ferrovia construída no Brasil foi a Estrada de Ferro de Petrópolis, uma obra pioneira inaugurada em 1852, no atual município de Magé, estado do Rio de Janeiro. Com 14,5 quilômetros, é mais popularmente conhecida como Ferrovia Mauá por ter sido um

empreendimento de Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, considerado um dos maiores, senão o maior, empresário da época imperial brasileira.

Pernambuco foi o primeiro estado do Nordeste e o segundo do Brasil a ter uma estrada de ferro. Inaugurada em 08 de setembro de 1855, com extensão de 31,5 quilômetros, a ferrovia Recife-Cabo fora destinada para o transporte de mercadorias e passageiros e era apenas uma das etapas de um projeto mais extenso e de pretensões ambiciosas, a Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco, que pretendia alcançar pontos de navegação do rio São Francisco e assim contribuir para o escoamento da produção açucareira e de toda a sorte de produtos daquela zona sertaneja remota, junto ao rio de enorme potencial econômico para as províncias que o margeavam. Executada a primeira etapa, que ia do Recife ao Cabo, seguiram as obras correspondentes aos trechos Ipojuca-Olinda-Escada e Limoeiro-Ribeirão-Água Preta-Palmares. O trecho entre Palmares e Catende foi inaugurado em 1882.

A The Great Western of Brazil Railway Company Limited, fundada em Londres em 1872, foi sem dúvida a grande empresa ferroviária atuante no Nordeste, tornando-se a maior companhia estrangeira na região. Foi ela a responsável pela construção da Estrada de Ferro Recife-Limoeiro, que inicialmente media 82,97 quilômetros, com o ramal Nazaré medindo 12,20 quilômetros. A concessão para a construção dessa linha foi dada pelo governo imperial ao barão da Soledade em 1874, que em seguida a transferiu para a Great Western (PINTO, 1949). Em 1888 foi concluído o trecho até Timbaúba e a seção Timbaúba-Rosa e Silva, última estação em terras pernambucanas, foi somente inaugurada em julho de 1900 (PINTO, 1949). Essa linha, assim como as demais, surgiu com a justificativa econômica de escoar a produção açucareira no norte do estado.

Por solicitação dos senhores de engenho foi construída com recursos públicos, também pela Great Western, a partir de 1881, a Estrada de Ferro Central de Pernambuco, alcançando 180 quilômetros a oeste de Recife, facilitando a ligação entre os engenhos e as plantações de algodão. A ideia de ligação entre o Recife e o agreste pernambucano data de 1866, quando o governo imperial a declarou de interesse geral e autorizou a construção da linha, que só em 1895 chegou a Caruaru,

grande polo comercial e econômico do interior da província. A justificativa econômica para a construção dessa estrada de ferro era o escoamento, para a capital, de produtos como a cana-de-açúcar, o tabaco, a mandioca, o algodão e couros.

Até fins do século XIX, a Great Western era constituída pela sua primitiva linha (Recife-Limoeiro), pelo ramal de Carpina a Timbaúba e pelo trecho de Timbaúba a Pilar, onde se juntava com a Estrada de Ferro Conde d'Eu, que servia à Paraíba. Sendo assim, a Rede Ferroviária do Nordeste, em 1900, já tinha uma extensão considerável, incluindo a de Pernambuco com 644 quilômetros.

No início de 1899, o superintendente da Great Western sugeriu ao governo federal o estabelecimento de uma só rede no Nordeste, solução que foi aprovada pelo ministro Joaquim Murtinho. Em 31 de junho de 1901, pelo Decreto n. 4111, foi aprovado o contrato com a Great Western para dar início ao processo de unificação e gerenciamento das ferrovias existentes no Nordeste.

Já em 1950 o governo federal decidiu unificar as 18 estradas de ferro existentes no Brasil e a companhia inglesa Great Western passou a ser chamada Rede Ferroviária do Nordeste, revertida ao domínio da União. Somente em 1957 foi criada, pela Lei 3.115, a sociedade anônima Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) para administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar e melhorar o tráfego das estradas de ferro da União. Todas as estradas de ferro foram encampadas pelo governo federal, dando início a uma nova administração, centralizada no Rio de Janeiro, com visão nacional de transporte de carga e de passageiros.

Nova alteração operacional sofreu o sistema ferroviário quando, em 1969, a RFFSA criou os sistemas regionais, mantendo sua administração centralizada no Rio de Janeiro. Assim Pernambuco foi inserido no Sistema Regional Nordeste, com sede em Recife, que abrangia também os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Tempos depois, essa administração foi descentralizada, sendo criadas superintendências regionais também em Fortaleza e Salvador. Finalmente, através da Medida Provisória 353, convertida na Lei Federal 11.483 em 31 de maio de 2007, a RFFSA foi extinta, passando ao IPHAN a atribuição da preservação do patrimônio ferroviário instituído de valor cultural.

Depois da unificação, as estradas de ferro de longo curso em Pernambuco passaram a ser divididas em três grandes linhas-tronco: Estrada de Ferro do Sul, Estrada de Ferro Central e Estrada de Ferro do Norte. Quando arrendadas à The Great Western of Brazil Company Limited, passaram, entre os anos de 1901 a 1913, por um período intenso de obras até o início da Primeira Guerra Mundial, quando veio a crise e os investimentos cessaram. Novas estações foram construídas entre as décadas de 20 e 60 do século passado na atual Linha Tronco Centro, chegando ao município de Salgueiro em 1962.

A malha ferroviária pernambucana liga os estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Paraíba e Bahia, é formada por sistemas de linhas-tronco principais ligadas aos ramais. Atualmente está distribuída em cinco troncos, abrangendo quase todas as regiões do estado, e se configura segundo o esquema abaixo:

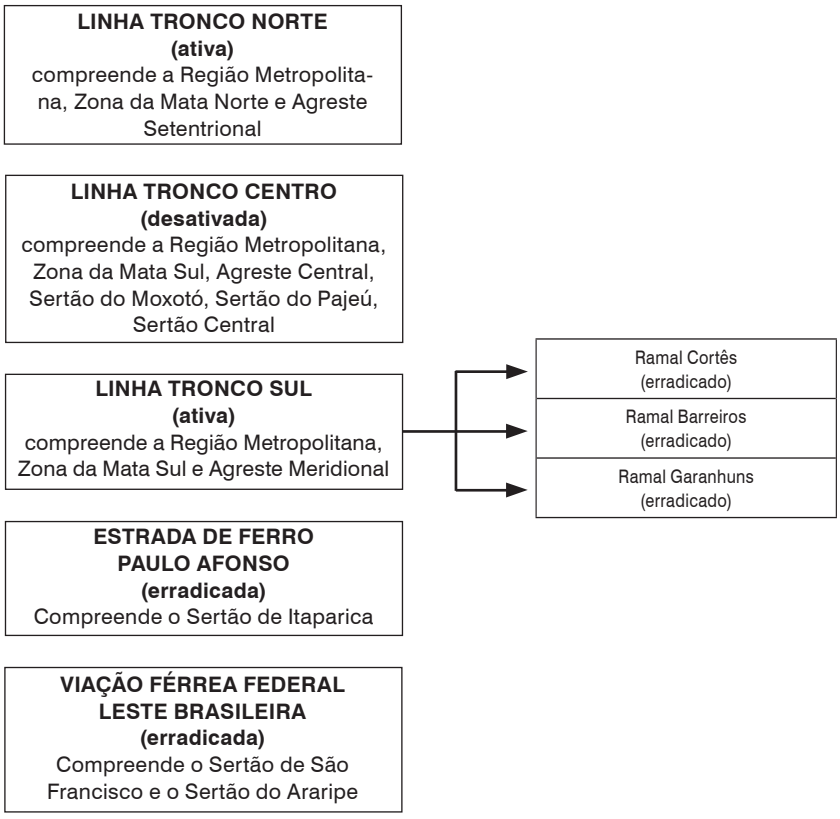


Figura 1 - Esquema de distribuição da malha ferroviária pernambucana

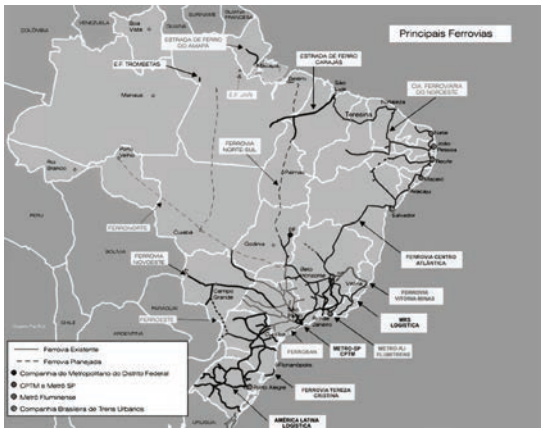


Figura 2 - Mapa do sistema ferroviário brasileiro – malha concessionada.
Fonte: Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN)

A partir da metade da década de 1960, as ferrovias foram sendo desativadas e erradicadas, em função das diretrizes governamentais que consideravam as linhas e ramais antieconômicos, e assim elas foram dando lugar às rodovias. O ciclo rodoviário, que se iniciou em 1950, durou até a década de 1980, quando houve a crise do petróleo. A alta do preço desse combustível se constituiu num grande entrave para o sistema rodoviário nacional e acabou incentivando "o governo federal a recuperar a ferrovia, principalmente como transporte urbano nas áreas metropolitanas" (CORTÊS, 2004, p. 48). Foi a partir desse momento que a RFFSA passou a incrementar o serviço de transporte de passageiros nas principais capitais do país. Em Recife, o metrô nasceu nesse contexto histórico e foi implantado na linha ferroviária da antiga Great Western, que, na época da criação do metrô, tinha o seu patrimônio incorporado à Rede Ferroviária Federal.

Em Pernambuco, a malha ferroviária, implantada desde 1852, teve como marco inicial e histórico a construção da segunda estrada de ferro do Brasil e a primeira do Nordeste: a Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco, inaugurada em 08 de fevereiro de 1858, quando correu o primeiro trem do Recife até a cidade do Cabo.

A empresa Recife and São Francisco Railway Co. Ltda. teve sua implantação autorizada através do Decreto Imperial 1.030, de 07 de agosto de 1852, que concedia aos irmãos Edward e Alfred Mornay o direito de abrir um caminho-de-ferro entre Recife e Água Preta, podendo explorá-lo por 90 anos. Tratava-se apenas do primeiro passo de uma

meta ambiciosa: tracionar vagões até as margens do rio São Francisco, objetivando consolidar um ágil leva-e-traz de pessoas e de mercadorias, como o açúcar, o melhor dos algodões (o de fibra longa) e a pelica do cabrito sertanejo.

Essa estrada teve como marco inicial a Estação Cinco Pontas, possuindo bitola[1] de 1,60 metro, trilhos de duplo boleto[2] e dormentes[3] em madeira de lei; sua extensão inicial era 31,52 quilômetros. Hoje ela é denominada Linha Tronco Sul, tem início no pátio ferroviário das Cinco Pontas e segue em direção aos estados do Sul do País. Esse pátio, antes da implantação do porto de Suape, situado no município de Cabo de Santo Agostinho-PE, exercia o importante papel de escoamento da carga do interior do estado de Pernambuco para o porto do Recife. Atualmente, dois terços de sua área está alienada à iniciativa privada e há previsão de se implantar no local um complexo residencial e de lazer como parte de um projeto de requalificação daquela região da cidade.

Outras estradas e ramais foram sendo construídos em Pernambuco e também seguiam para estados vizinhos, sempre tendo como ponto de partida a cidade do Recife e se desenvolvendo para o interior e outros estados do Nordeste e do Brasil, como a Estrada de Ferro do Recife a Limoeiro, Estrada de Ferro Central de Alagoas, Ramal Palmares – Garanhuns, Estrada de Ferro Paulo Afonso e Estrada de Ferro Central do Recife.

A malha ferroviária em Pernambuco chegou a possuir 1.400 quilômetros de linha, atingindo, no seu período áureo, o litoral e as regiões da zona da mata, do agreste e sertão pernambucanos. A malha ferroviária no Nordeste é constituída de linha-tronco, ramais, sub-ramais e desvios que, na maioria, são particulares, construídos pelo proprietário do negócio (usinas, pedreiras, indústrias).

O sistema ferroviário que constituía a RFFSA, entre 1980 a 1992, teve os investimentos reduzidos de forma expressiva, o que ocasionou a degradação da infraestrutura, da superestrutura, dos seus elemen-

---

1 Bitola – distância entre o eixo de dois trilhos que correm paralelos.

2 Duplo boleto – trilhos que possuem boleto nas duas faces, o que permitia sua utilização nas duas superfícies.

3 Dormente – peça em madeira, de forma retangular, onde se fixa os trilhos.

tos ferroviários, dos edifícios e do material rodante e, em decorrência, houve a diminuição do mercado de transporte, com clientes insatisfeitos com a prestação do serviço. A situação se agravou quando o governo federal criou em 1984 a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), o que fragilizou ainda mais a situação do desempenho financeiro da RFFSA, que até então operava os trens de passageiros e cargas. Em 1992 a RFFSA foi incluída, pelo governo federal, através do Decreto 473 (alteração da Lei 8.031/90), no Programa Nacional de Desestatização (PND), preparando a malha ferroviária para o processo de concessão. A desestatização da malha da RFFSA se deu em forma de leilão, sendo a malha nordeste, com extensão de 4.586 quilômetros, concedida em 1997 à Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), que iniciou operações em 1998.



Figura 3 - Mapa da malha ferroviária no Nordeste.
Fonte: Anuário Estatístico da RFFSA.

Atualmente restam, na malha ferroviária do estado, aproximadamente 950 quilômetros de linha férrea. Muitas linhas e ramais foram erradicados[4] ou se encontram com tráfego suspenso. A malha ferroviária de Pernambuco, concessionada à Transnordestina Logística, hoje opera unicamente com trens de carga, sendo o transporte de passageiros operado em malha própria pela CBTU desde a década de 1980. Com o sistema de privatização implantado, teve início a desativação e/ou erradicação de trechos ferroviários considerados não produtivos economicamente, o que contribuiu para uma grande perda desse valioso patrimônio ferroviário de natureza material e imaterial.

Aspectos metodológicos do inventário

Definir uma metodologia a ser aplicada no inventário do patrimônio ferroviário, tendo como objeto o sistema nacional de transportes de carga — sistema que não apresenta nem estabelece fronteiras nem limites e sim promove a integração de territórios e a prestação de serviços de transporte — inicialmente pareceu simples, mesmo porque o IPHAN já dispunha de metodologias adotadas com sucesso em outros inventários. No entanto, o projeto foi mostrando uma série de especificidades que exigia a elaboração de metodologia específica e adequada para o caso.

Logo de início ficou claro que a essência da metodologia seria manter a visão do sistema ferroviário nacional, dos conjuntos ou sítios ferroviários que são interligados por meio da linha férrea, das edificações que compõem o conjunto e do maquinário, com vistas a se ter o entendimento desse patrimônio e, posteriormente, adotar ações de proteção, preservando a identidade e a simbologia do sistema nacional ferroviário. Para os técnicos do IPHAN, que vêm trabalhando com limites e fronteiras geográficas e físicas, estabelecidas pelas jurisdições de cada superintendência da instituição, a proposta foi encarada como um grande desafio.

---

4 Erradicado – têm o tráfego suspenso e todos os bens materiais alienados.

No primeiro momento, a Superintendência do IPHAN em Pernambuco buscou o olhar nacional para o sistema ferroviário, apesar das fronteiras de sua jurisdição, para então focar no limite do estado, sem perder de vista a questão regional. Era importante elaborar uma metodologia que priorizasse três pontos fundamentais para o entendimento e a preservação da identidade ferroviária: manter a leitura da configuração da malha ferroviária como sistema nacional, olhar os edifícios como conjunto, considerando que somente interligados eles formam o sistema; criar um instrumento de gestão informatizado; e por fim elaborar tesauro específico com vocabulário controlado, de forma a preservar as denominações ferroviárias.

Outras diretrizes foram estabelecidas como metodologia: constituir equipe multidisciplinar para atender as diversas áreas do projeto de preservação do patrimônio ferroviário; estabelecer base cartográfica e sistema de georreferenciamento únicos, visando à integração do inventário no sistema nacional no IPHAN; e definir dois recortes: um geográfico, adotando a visão nacional do sistema ferroviário e tendo como foco o estado de Pernambuco, e outro temporal — neste caso, determinou-se que a pesquisa abrangeria o período relativo à implantação do setor ferroviário no estado no decorrer do Império e nos primeiros anos da República até os dias atuais.

Foi também deliberado que o estudo deveria contemplar toda a malha ferroviária existente no estado, independentemente da atual situação administrativa e operacional (ativa, desativada, erradicada ou concessionada, alienada, arrendada, cedida), preservando a percepção dela como rede de transporte nacional; inventariar todos os bens ferroviários que constituem ou constituíram a malha ferroviária no estado, buscando compreender a história e a memória ferroviária; estruturar o inventário, adotando, como princípio para os trabalhos de campo, a configuração da malha como linhas-tronco (estruturadoras do sistema ferroviário e implantadas no sentido norte, oeste e sul no estado de Pernambuco), ramais (linhas que derivavam das linhas-tronco) e subramais (linhas que derivavam das linhas-tronco ou ramais).

Diante da complexidade do acervo de natureza material, o inventário foi planejado para ser executado em dois momentos. Na primeira fase, concluída em fevereiro de 2009, foram contemplados as edificações, as esplanadas e os bens móveis e integrados, sendo também arro-

lada a documentação bibliográfica e arquivística existente nos acervos da extinta RFFSA. Na segunda etapa, finalizada em outubro de 2009, foram incluídos os trechos ferroviários preservados (elementos da via permanente — dormente, trilho e suas fixações, aparelho de mudança de via, equipamento de reversão da locomotiva, girador e demais itens que constituem a linha férrea), as obras de arte (pontes, pontilhões, viadutos, túneis), equipamentos de sinalização e de comunicação, licenciamento das composições ferroviárias e o material rodante (locomotivas, vagões, carros de passageiros, troles mecânico e manual, auto-de-linha).

A organização do Inventário do Patrimônio Ferroviário seguiu as seguintes etapas:

1ª Etapa - Pesquisa histórico-documental e iconográfica.
2ª Etapa - Estudo analítico-descritivo e comparativo da tipologia e das transformações do conjunto ferroviário (levantamento de campo).
3ª Etapa - Análise e sistematização de dados de campo, incluindo configuração arquitetônica e espacial que compõe o conjunto ferroviário, suas técnicas e sistemas construtivos; elementos de memória do sistema operacional e das pessoas; implantação dos edifícios e sua articulação com o bairro e a cidade.
4ª Etapa - Elaboração de banco de dados – instrumento de gestão e controle da manutenção.
5ª Etapa - Arrolamento da documentação bibliográfica e arquivística oriunda da extinta RFFSA em Pernambuco; identificação, localização, registro e sistematização dos dados inerentes a esse acervo cultural.

O inventário de natureza material reuniu os bens imóveis, os móveis e integrados e o acervo documental ferroviário existente sobre a guarda da extinta RFFSA em Pernambuco. Concluído esse inventário, em outubro de 2009, foi possível elaborar um diagnóstico desses bens e adotar ações com vistas a promover reflexões e questionamentos acerca da valoração e gestão integrada do acervo a ser selecionado como representativo da memória e da história da ferrovia em Pernambuco e merecedor de medidas de preservação.

Reflexões sobre a valoração do patrimônio ferroviário

Para que se possa tratar de valor a ser atribuído ao patrimônio ferroviário é importante que seja feita a seguinte reflexão: Preservar o quê? Preservar para quem? As respostas podem ser buscadas a partir de um relato sintético das descobertas, ou seja, do que foi identificado, catalogado e documentado durante o inventário e do estado de conservação em que se encontra o acervo.

O patrimônio ferroviário em Pernambuco vem sofrendo, ao longo do tempo, uma crescente descaracterização quanto às edificações, os sítios ferroviários, os maquinários e a linha férrea, que de forma geral se apresentam sucateados e sem a devida apropriação por parte da sociedade civil, com raras exceções. São visíveis a ocupação desordenada nas esplanadas e as intervenções no espaço urbano e no edificado que não consideram, ou não reconhecem, os valores seculares existentes. Observa-se que os edifícios vêm sendo usados de modo geralmente incompatível com a sua função e vocação e, muitas vezes, de forma irregular, por famílias, oficinas mecânicas, restaurantes e outras atividades.

Esse processo de descaracterização e descaso gera na comunidade um sentimento de perda da identidade e da memória social. Os valores simbólicos e afetivos, antes retratados pelas atividades desenvolvidas na operação do sistema ferroviário, assim como a espera pela chegada e partida do "trem de ferro" e, com ele, amigos e parentes, mercadorias, novidades da capital, enfim, toda a euforia e movimentação associada a esses momentos se transformou em monotonia, ausência e numa grande "espera" pelo retorno do trem.

Para realizar este diagnóstico foram consideradas a implantação original da malha ferroviária, a configuração das esplanadas e todos os seus elementos e edifícios, bem como o atual estado de conservação e uso. A partir disso foi empreendida uma leitura crítica do quadro das transformações pelas quais passou esse patrimônio, iniciando pela formação do conjunto, sua implantação no bairro e no território. A visão do conjunto construído e do espaço urbano criado assume um valor em si acima do próprio imóvel, conduzindo a questionamentos

e reflexões sobre as formas de preservação e de intervenção (restauração, conservação, manutenção).

A relação do antigo com o novo, continuamente modificada em função de múltiplos interesses e necessidades ou por causa de intervenções nem sempre coerentes — muitas de péssimo gosto —, envolve uma convivência urbanística e arquitetônica ora harmônica, ora desastrosa. Não raro se observa a construção de edifícios públicos e privados dentro dos espaços urbanos reservados à operação ferroviária ou mesmo sobre a linha férrea, como acontece na Linha Tronco Centro em Pernambuco.

Os complexos ferroviários, geralmente localizados em áreas centrais das cidades, são considerados áreas obsoletas e decadentes, muitas vezes vistos como empecilhos ao crescimento e à requalificação dos espaços urbanos. São por isso excluídos dos planejamentos urbano e territorial das cidades. Na sua maioria, sofreram intervenções que alteraram aspectos formais, operacionais e ambientais, prejudicando a leitura do sistema, do conjunto, do edifício e da ambiência, mas ainda permanecem como testemunhos da memória e da história da operação ferroviária. Deverão ser analisados caso a caso, identificando-se os elementos a serem preservados e as formas de conservação ou intervenção com vistas à preservação — sempre que possível, associada ao planejamento urbano e territorial, sem esquecer as questões econômicas e políticas.

Para análise técnica dos projetos, o IPHAN-PE vem adotando como critério de valoração os seguintes itens, construídos durante a realização de seminários e oficinas com parceiros governamentais e com as prefeituras:

1 - valor universal do patrimônio ferroviário como representante de atividades históricas, principalmente aquelas referentes à era industrial, na qual esse patrimônio se insere;
2 - representatividade do patrimônio ferroviário nos processos de ocupação do território, na implantação das cidades, na industrialização, nos fluxos migratórios e nas transformações sociais, econômicas e culturais decorrentes da implantação dos sistemas ferroviários;
3 - qualidade de tipologias, sítios e paisagens que apresentam um valor particular desse patrimônio; deve ser considerado o caráter de

Figura 4 - Estação Central do Recife – Estrada de Ferro Central de Pernambuco.



antiguidade, pioneirismo, exemplaridade, singularidade ou representatividade;

4 - valores intrínsecos aos próprios sítios, estruturas, elementos construtivos, equipamentos, paisagem, documentação e registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições;

5 - valor simbólico e social imbuído no patrimônio ferroviário como parte do registro da vida de homens e mulheres comuns e que, como tal, confere-lhes um importante sentido identitário;

6 - caráter de "sistema" e "rede" dos bens ferroviários, que se traduz em um patrimônio cultural amplo e diversificado que forma um todo organizado, isto é, um conjunto de elementos interconectados;

7 - considerar que o sentimento de perda do transporte ferroviário descreve um processo no qual os elementos remanescentes, materiais ou imateriais, assumem importância como referência cultural do nosso passado, transcendendo sua simples evidência histórica e adquirindo significância cultural por ser parte integrante da memória das diversas localidades por onde o trem passou.

Considerações finais

É inegável a necessidade de adotar ações que proporcionem o ressignificado e a revitalização do patrimônio ferroviário e sua ambiência, porém, isso depende tanto de um trabalho de educação patrimonial junto à população sobre a importância desse secular acervo patrimonial, como das políticas públicas a serem adotadas visando à preservação do acervo ferroviário.

É preciso preservar o acervo documental, o acervo de bens imóveis e integrados e dos bens móveis como um todo, assim como foram constituídos e construídos por nossos antepassados. Não se pode pensar em fragmentá-lo por questões de uso ou de gestão. Mesmo que exista necessidade de consultas ao acervo documental por diversas instituições e órgãos governamentais, elas poderão ser feitas com uso de meios eletrônicos já tão consolidados no mundo, o que evitará o desmembramento da documentação há tanto tempo e com tanto esforço preservada por nós e por nossos antepassados. Cabe a nós, agora, preservá-la para as gerações futuras.

É necessário que se perceba o patrimônio cultural ferroviário não apenas na dimensão de bens isolados, mas de uma maneira ampla, como sítio histórico articulado através de uma malha ferroviária formadora de uma rede nacional.

As ações de proteção ao patrimônio cultural ferroviário em Pernambuco vêm ocorrendo de forma democrática e são construídas no coletivo das três esferas do poder público e com a imprescindível participação da sociedade civil, através da realização de seminários e oficinas como fórum de escuta e construção. Importante enfatizar que a preservação dos bens selecionados como mais expressivos e de valor cultural — considerando os valores históricos, estéticos, simbólicos, educacionais e científicos — deve ser vista na perspectiva da contribuição e do conhecimento que essas obras trouxeram aos campos da engenharia e da arquitetura, do saber e do fazer, da etnografia e da antropologia. Preservar no presente é a forma de contribuir para que as gerações futuras recebam de herança os ricos traços das gerações passadas.

Muitas ações e intervenções empreendidas dizem promover a cultura e a preservação, atendendo ao interesse da comunidade, mas na realidade não respeitam e nem reconhecem o valor real do bem, a origem, a vocação, a identidade como elementos de fato a serem preservados. É fundamental que se elejam usos dignos que venham a valorizar e resgatar a história do lugar e da comunidade local como forma de atrair o sentimento e conservar a memória das pessoas que fizeram e fazem o lugar.

É inegável que as estações e as esplanadas já foram lugar de convivência e de referência nas cidades, espaço por onde circulavam as novas tendências e o desenvolvimento. Mas a importância do patrimônio

ferroviário extrapola a barreira do construído, das "máquinas de ferro que cuspiam fogo" e chega ao imaginário das pessoas que hoje ainda se orgulham da época da velha Maria Fumaça e das imponentes estações.

O IPHAN em Pernambuco vem desenvolvendo um trabalho extenso e minucioso com vistas a ampliar os conhecimentos sobre o tema e, fundamentalmente, assegurar a correta salvaguarda e a preservação dos bens mais significativos para as gerações futuras. A falta de informação sobre o tema, o uso político que muitas vezes se faz desse patrimônio — geralmente acompanhado de um discurso em favor do "cultural" que mascara interesses de promoção política e partidária —, a força econômica dos grandes empreendimentos imobiliários e o processo de especulações que promovem são alguns fatores que levam à descaracterização do patrimônio.

É preciso que o patrimônio ferroviário seja inserido no planejamento urbanístico e territorial dos municípios, estados e do governo federal, prevendo-se instrumentos de preservação e gestão, e que a comunidade restabeleça os laços com os edifícios e o maquinário ferroviário para poder se apropriar deles e se reconhecer neles, contribuindo assim para desacelerar o processo desenfreado da descaracterização do acervo de valor significativo que cabe a esta geração preservar para as gerações futuras.

Referências

BALL, Christopher. Fazendo das línguas objetos: línguas em perigo de extinção e diversidade cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, 2005. Disponível em: <www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>.

BATH, Brian. Textos workshop ferroviário em Pernambuco, março/2009.

BENÉVOLO, Ademar. *Introdução à história ferroviária do Brasil:* estudo social, político e histórico. Recife: Folha da Manhã, 1953.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <www.bndes.gov.br>.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 155-196.

CÔRTES, Eduardo. *Da Great Western ao metrô do Recife.* Recife: Persona, 2004.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos.* Recife: Fundarpe, 1983.

IPHAN. *Inventário do Patrimônio Ferroviário em Pernambuco*, 2007/2009.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo:* reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/Secretaria da Cultura, 1998.

LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano. A origem geográfica como patrimônio: implicações para políticas públicas e desenvolvimento de negócios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, 2005. Disponível em: <www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>.

LIMA, Luiz Costa. Brasil, por onde olhar? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 66-80, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde* - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, supl., p. 163-193, jul.1998.

PINTO, Estevão. *História de uma estrada de ferro no Nordeste.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A. Disponível em: <www.rffsa.gov.br>.

RFFSA. *Anuários Estatísticos.* Disponível em: <www.rffsa.gov.br>.

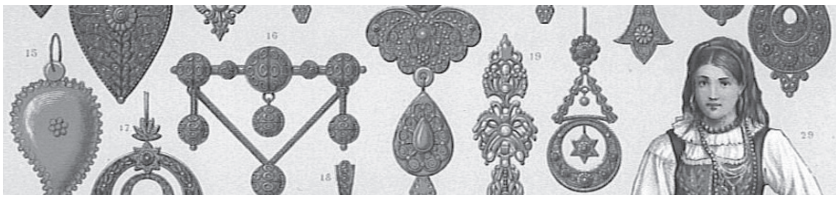
SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos culturais coletivos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, 2005. Disponível em: <www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen G. Introdução e cap. 7: Breve Genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil" (pro SPRANDEL, Maria Anita) In: *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 9-20; 153-203.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *Capitalismo e ferrovias no Brasil:* as ferrovias em Alagoas. Maceió: Edufal, 1979.

Artes aplicadas e identidade cultural: questionamentos sobre a autenticidade cultural na ourivesaria de adorno de Natividade, Tocantins

Raquel da Costa Nery*



* **Raquel da Costa Nery** é arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Mackenzie em São Paulo. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Membro titular da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR). Atua junto ao IPHAN desde 2006.

O tema da ourivesaria de adorno no campo da pesquisa científica

O Brasil é uma nação de ativos joalheiros e ourives desde o século XVIII, mas, nas humanidades e na história da arte, a reflexão sobre essa produção ainda é um fenômeno tímido. Essa ausência de interesse pelo tema tem por consequência um paradoxo: um país que possui uma produção expressiva de joias nos séculos XVIII, XIX e XX não apresenta um campo de pesquisa histórica e cultural da joalheria — a produção científica e cultural sobre a ourivesaria de adorno é recente e se concentra no início do século XXI, com raras obras no século XX.[1] Essas iniciativas confirmam o interesse patrimonial e cultural da joalheria. As pesquisas, por sua vez, são diversificadas, sob a perspectiva conceitual e metodológica, de modo que ainda não podem se constituir num programa de investigação específico.

Critérios e metodologias que possibilitem estudos comparativos da produção no Brasil – e até com Portugal e África – são relevantes na sistematização e interpretação da ourivesaria de adorno como um sistema coerente de relações, usos, símbolos e técnicas no Brasil.

A proposta de desenvolvimento de ferramentas de pesquisa como um modelo de Inventário e um Thesaurus da Ourivesaria de Adorno se insere no contexto da construção de um repertório e de uma crítica das expressões da ourivesaria de adorno no país.

Esses instrumentos apóiam um dos objetivos desta pesquisa, que é investigar a formação de uma propriedade crítica para a autenticidade cultural na ourivesaria de adorno, a partir de estudos comparativos entre a cidade de Natividade, no interior do Tocantins, e a região do Norte de Portugal. A pesquisa deve igualmente identificar o potencial de patrimonialização da joalheria como arte aplicada e as possibilidades de sua integração ao sistema patrimonial e museológico nacional, além de refletir sobre as possíveis medidas de proteção e salvaguarda da ourivesaria de adorno brasileira.

[1] Entre elas, a obra editada na década de 1950: "As artes plásticas no Brasil: ourivesaria" de José Gianesella Valadares. Rodrigo Melo Franco de Andrade, organizador da coleção, logo na introdução da edição, oferece uma análise aguda sobre a necessidade indispensável de pesquisas rigorosas sobre as expressões plásticas na cultura material brasileira, pontuando a insuficiência de instrumentos de inventários artísticos.



Figura 1 - Casario de Natividade. Fonte: Raquel da Costa Nery, 2007.



Figura 2 - Praça da Bandeira, Natividade – Tocantins. Fonte: Jorge Campana, 2007.

Apresentando a cidade de Natividade, patrimônio artístico, urbanístico, paisagístico e etnográfico nacional, no interior do Tocantins

Natividade é uma cidade ao sul do estado do Tocantins (o antigo norte de Goiás), tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na década de 1980, e preserva quase íntegra sua arquitetura colonial singela que se destaca pelo apelo vernacular. Especula-se que a Serra de Natividade seria o fator de origem da cidade: seu vínculo com o núcleo histórico é evidente, pois lá se encontram os vestígios das primeiras atividades de extração de ouro, como ruínas de diques, canais e abrigos residenciais.

Além do patrimônio paisagístico, urbanístico e arquitetônico do século XVIII, a cidade preserva diversas referências culturais, como celebrações, ofícios e conhecimentos tradicionais, a exemplo da Festa do Divino, receitas de

bolos[2] e técnicas tradicionais na produção de baús de couro e na construção com adobe. Em 2007 o IPHAN manifestou o interesse na ourivesaria de Natividade no Tocantins, em sua expressão como patrimônio imaterial, através da contratação de serviços de consultoria para a instrução técnica do registro.

As joias de Natividade: a resiliência peculiar de um bem cultural

Entre essas referências há a produção de joias na milenar técnica da filigrana, uma herança da colonização portuguesa introduzida a partir do ciclo da mineração. O ofício da ourivesaria é prestigiado sob a perspectiva de interesses públicos e privados que ele vem mobilizando: perto de desaparecer na década de 1980, a ourivesaria começou a ser fomentada pelo Ministério da Cultura (Minc) no final dos anos 1990 e, desde então, uma nova geração de aprendizes foi e continua sendo treinada no ofício.

O uso da joia em Natividade – que remonta ao século XVIII –, mais do que um símbolo de poder econômico, passou a adquirir um valor de identidade cultural. O que antes poderia ser julgado como um meio de demarcação de fronteiras sociais e econômicas, hoje pode ser considerado uma referência de identidade local – de valor incomensurável num contexto globalizado e perplexo pela permeabilidade dos símbolos culturais.

Analogamente à de Portugal, a filigrana em Natividade é uma referência cultural popular local. A ourivesaria de Natividade ainda é um



Figura 3 - Produção de joias na ourivesaria, Natividade. Fonte: Wagner Araújo, Acervo Monumenta.

[2] Alguns desses bolos remetem a tradicionais receitas coloniais, como o bolo de arroz na folha de bananeira, mencionado no livro HOLANDA (1999).



Figura 4 - Filigrana de Natividade. Fonte: Wagner Araújo. Acervo Monumenta



Figura 5 - Lindalva é funcionária da Prefeitura. Usa um brinco com pingente de "Peixa" em ouro.
Fonte: Raquel C. Nery, 2007.

bem simbólico valorizado na comunidade, a qual se encontra espontânea e voluntariamente envolvida em seu processo de produção e circulação. Ainda não há referências ou estudos que indiquem se houve alguma transformação no uso das joias pelos atores sociais, mas atualmente é possível observar que seu uso na comunidade independe do poder aquisitivo, pois as peças são produzidas em ouro ou prata, o que permite um acesso diversificado aos símbolos de tradição e identidade da comunidade. As figuras 5, 6 e 7 mostram mulheres da cidade usando peças de ourivesaria.

Entre os fatores pelos quais poderíamos especular sobre as razões da sobrevivência da técnica da filigrana na cidade há mais de três séculos, estariam o alto grau de isolamento da cidade dos grandes e médios centros comerciais, o valor simbólico da joia de filigrana dentro da comunidade – que resistiu culturalmente através do tempo –, a transmissão do ofício de pai para filho e/ou de mestre para aprendiz e ainda as atividades de mineração que prosseguem nas fazendas ao redor da cidade (em caráter complementar à pecuária). São fatores com graus de influência e alcances diversos entre si, mas que poderiam explicar a continuidade do ofício e da técnica quando relacionados.

A inserção da ourivesaria no sistema nacional de patrimônio

As ideias e conceitos de identidade e autenticidade cultural são imprescindíveis para indicar tanto o potencial como um possível méto-



Figura 6 - Isaura é zeladora na única escola particular da cidade. Usa um brinco tipo "Flor de Maracujá" em ouro. Fonte: Raquel C. Nery, 2007.



Figura 7 - A pequena Olívia com brinco de filigrana de prata. Fonte: Raquel C. Nery, 2007.

do de patrimonialização e musealização da ourivesaria de adorno no país. Sua identificação como "patrimônio coletivo e como memória instituída" (CHAGAS, 2002) torna-se viável a partir das referências teóricas e metodológicas dos estudos patrimoniais e da museologia.

> Considerando que patrimônio é o conjunto dos bens identificados pelo Homem a partir de suas relações com o Meio-Ambiente e com outros Homens e a própria interpretação que ele faz dessas relações, observa-se, em um primeiro momento, que este universo é infinito (BRUNO, 1997).

Uma classificação dos objetos de ourivesaria foi institucionalizada a partir da identificação de sua função: o uso litúrgico (sacro) e o uso como adorno pessoal (profano). No campo da preservação e conservação no Brasil, por meio da atuação do IPHAN, peças e objetos como resplendores, cálices litúrgicos, hostiários, tocheiros, rosários, pulseiras, tochas,

grampos, cordões e anéis contam com identificação e classificação estruturadas através de uma metodologia de inventário (Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados - INBMI) e de sistemas de informação com nomenclatura controlada, como o Thesaurus para Bens Móveis e Integrados e o Thesaurus para Acervos Museológicos do IPHAN, ativos desde a década de 1980.

Em sua variante sacra, a ourivesaria se incorporou ao sistema nacional de patrimônio como um bem móvel integrado à arquitetura das igrejas e catedrais de interesse arquitetônico, histórico e artístico. Essas peças constituem um sistema simbólico e funcional: são objetos relacionados à liturgia da Igreja Católica e denominados genericamente "arte sacra" (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

A ourivesaria de adorno, por sua vez, é apresentada no sistema de classificação e identificação oficial do patrimônio brasileiro como uma manifestação de peças e exemplares catalogados e identificados de modo independente, com peças apresentadas de forma avulsa, sem que estabeleçam uma relação artística ou etnográfica entre si. No entanto, as expressões materiais "ourivesaria de adorno" são documentos de memória social e de relações artísticas e culturais que merecem uma leitura de valor patrimonial e museológico pelos estudos patrimoniais e órgãos de patrimônio.

Um olhar pormenorizado sobre as expressões artísticas da ourivesaria de adorno no Brasil nos séculos XVIII e XIX, conjugado às recentes pesquisas acadêmicas,[3] sugere a constituição de um sistema tipológico e simbólico autônomo em relação à matriz portuguesa, autorreferente, com um alto potencial de patrimonialização, composto por peças que estabelecem uma relação de coerência social, simbólica e técnica entre si.

[3] A pioneira e isolada obra "Ourivesaria Bahiana", de Paulo Affonso Carvalho Machado, na década de 1970, apontou a importância das joias do século XIX que circulavam no comércio de antiguidades da Bahia e Rio de Janeiro. O autor foi um antiquário que, sem pretensões acadêmicas, apresentou a joalheria baiana dos séculos XVIII e XIX: pulseiras de balangandãs, colares de conta da Irmandade da Boa Morte, como trocas culturais entre a cultura africana e portuguesa dominantes na Bahia. Quase três décadas depois, um interesse acadêmico pelas mediações simbólicas presentes nas joias de adorno coloniais foi despertado. A obra de Luís Ozanam (2003) proporciona uma visão precisa da participação da cultura e do conhecimento dos escravos na confecção das joias nas Minas Gerais do século XVIII. As joias das negras escravas na Bahia do século XVIII e XIX voltaram a ser investigadas com rigor acadêmico por Solange Godoy em 2006, produto da pesquisa de doutorado da autora, que investigou as relações simbólicas e sociais na produção e usos dos colares de contas e braceletes na joalheria baiana dos séculos XVII e XIX.



Figura 8 - Litografia oitocentista da filigrana portuguesa. Fonte: Spiegel and Nordmann lithograph. New York Public Library. In: Le costume historique: types principaux du vêtement et de la parure, rapprochés de ceux de l'intérieur de l'habitation dans tous les temps et chez tous les peuples.

Identidade e patrimônio: a ourivesaria de adorno em Portugal

A região do Norte de Portugal foi uma área de frequente mineração no Império Romano e atualmente corresponde aos territórios onde se produz a popular filigrana portuguesa. Entre os rios Douro e Minho, nas regiões do Porto, Braga e Viana do Castelo — nas respectivas cidades e vilas de Gondomar, Póvoa do Lonhoso e Viana do Castelo —, encontram-se as principais referências da filigrana portuguesa e se concentram os exemplares de peças de interesse histórico para estudos comparativos. Historicamente essa região corresponde à referência cultural que definiu os parâmetros das artes aplicadas e seus ofícios correspondentes — como a arquitetura, a escultura e a ourivesaria — no desenvolvimento e na produção cultural das cidades brasileiras no século XVIII.

Na cultura lusitana, as joias de filigrana são conhecimentos (modos de saber e fazer) intrinsecamente associados a um modo de produção artesanal, a uma identidade local e a um processo histórico (figura 8).

O interesse etnográfico sobre a cultura lusitana nas décadas de 1930 e 1940 ofereceu as condições de identificação e conceituação desse fenômeno como um patrimônio cultural nacional português. As conjunturas políticas em Portugal e no Brasil eram ideologicamente próximas

naquele período — ditaduras nacionalistas e totalitaristas — e foi nesse contexto que se encetou a criação de instituições de valorização e preservação da cultura nacional (MACAGNO, 2002).

As expressões populares em Portugal — adornos, trajes, alimentação, música e dança — estão relacionadas ao contexto da ditadura de Salazar, durante a qual, de acordo com vários críticos lusitanos, foram manejadas pela necessidade de legitimação de uma identidade cultural nacional e, consequentemente, uma unidade política (idem). Se no cenário português, as manifestações culturais na sua vertente popular (folclórica) foram privilegiadas, no Brasil, ao contrário, os monumentos de valor excepcional foram os privilegiados pela proteção e identificação na primeira fase da trajetória da preservação cultural do país.

Considerações sobre a autenticidade e identidade cultural na ourivesaria de adorno

A ourivesaria de adorno, uma expressão da cultura material e uma linguagem plástica, assim como em Portugal, pode receber uma leitura patrimonial e museológica no sistema patrimonial nacional.

Uma vez que o processo de reconhecimento do valor cultural é caracterizado pela aplicação de ações de pesquisa, preservação e comunicação, a hipótese do conceito de autenticidade aplicada à produção de joias no Brasil torna manifesta (e imprescindível) a necessidade de propor critérios e metodologias que possibilitem investigar com rigor a questão da identidade cultural na joia de adorno. Assim sendo, é preciso buscar referenciais metodológicos nos estudos patrimoniais, na museologia e na antropologia, pois identidade e autenticidade são conceitos construídos e atualizados no interior dessas disciplinas.

A produção científica relevante no campo da etnografia e da cultura popular, dos estudos patrimoniais e da história da arte lançou as premissas para a identificação e conceituação da produção da ourivesaria portuguesa com consequências para seu reconhecimento como patrimônio nacional português.

Ao contrário da realidade brasileira, as artes aplicadas em Portugal são objeto relevante no sistema patrimonial e museológico e a expres-

são da ourivesaria popular em filigrana é considerada um legítimo monumento nessa cultura, recebendo um tratamento coerente com a sua importância na formação da cultura nacional nesse país.

Todavia, a busca de um consenso sobre o que pode ser considerado autêntico na produção joalheira é uma empreitada controversa: o uso e a aplicação do termo "autenticidade" é envolvido por polêmicas e contradições nos estudos do patrimônio e da museologia.

O antropólogo Roberto Magalhães Veiga, por exemplo, defende que a autenticidade é uma característica maleável e efêmera na joalheria europeia no final do século XIX e observa que passou a ser trivial a demanda pela desmontagem de joias consideradas de estilo ultrapassado para seu reaproveitamento em peças com um novo estilo desejado. Essa mudança surgia em função da necessidade de novas técnicas, uma vez que os modelos e materiais das joias passaram a ficar expostos em ambientes iluminados pela energia elétrica e não mais por candelabros, o que exigia novas dimensões, modelos e acabamentos. Por consequência, houve o desenvolvimento de novos paradigmas de produção, introduzidos e liderados pela produção de Cartier. Analisando especificamente a produção de Cartier, o autor enfatiza:

> Urge reconhecer que 1. o processo de classificação/reclassificação, de apropriação, e de atribuição de funções – muitas vezes obedecendo a demandas contraditórias – de peças "autênticas" é muito mais complexo, nuançado e ambíguo do que Pomian (1987) leva a crer; 2. o consenso sobre a importância e o significado dos objetos nunca está dado, pois, quando ocorre, resulta de compromissos mais ou menos estáveis, de abrangência social variável, negociáveis e/ou combatidos; 3. toda representação envolve algum tipo de idealização, caso contrário não há processo simbólico possível, por conseguinte existem sempre um "invisível" e alguma mediação relacionando esferas ou categorias distintas em pauta nestes casos, a não ser que se opte por cultura como um sistema classificatório que visa à inércia (VEIGA, 2003).

Essa reflexão mostra a necessidade de se investigar o conceito e o alcance de autenticidade aplicado à ourivesaria de adorno, considerando que a identidade

> não é um traço em si mesmo, mas uma realidade que é percebida através da recepção, que varia de acordo com o grupo; esta característica não é intrínseca do indivíduo, mas atribuída. Tem uma característica múltipla e plural ocasionada pela percepção do grupo (...) a identidade é formada e transformada no interior da representação do indivíduo e de seu grupo (GRANATO, M.; SÁ, I. V.; SIQUEIRA, 2008).

Apesar de Veiga questionar a perenidade do conceito de autenticidade na produção joalheira, seu argumento já é uma demonstração de como a joia pode ser identificada tanto por sua relação com os "compromissos sociais, mais ou menos estáveis" — pactos simbólicos vigentes em determinado tempo e espaço — como também por externalidades tecnológicas, simbólicas e sociais, que podem ser identificadas pelas mudanças nas formas e técnicas de produção das joias.

Considerando que as artes aplicadas, assim como o artesanato, "são referências de identidade social e cultural" (LIMA, 2005), na rica e diversa produção joalheira do país, do período colonial até os dias atuais, e considerando que o objeto – a joia de adorno – é ele mesmo "um suporte de informações e um indicador de uma memória social e coletiva",[4] é possível que existam manifestações com identidade cultural própria, com variações locais e regionais.

A Carta de Brasília: a possibilidade de uma orientação conceitual para o estudo da autenticidade cultural na ourivesaria de adorno brasileira

O hiato de tempo entre os processos de constituição das nações do novo e velho mundo determina uma diferença na relação e na conceituação de tradição entre as duas realidades.

O conceito de tradição, em seu sentido clássico — transmissão de costumes e culturas dentro de uma comunidade homogênea —, constitui-se num dos cân-

[4] "Indicador da memória" é uma expressão utilizada por Cristina Bruno (1997) em considerações sobre o ensino da museologia e se refere ao objeto musealizado.

nones das ações de preservação e conservação em todo o mundo, referendadas pelos princípios da Unesco. Inventários, valores e critérios de seleção de monumentos para preservação e a difusão e comunicação são algumas das ações que disseminam a tradição como sinônimo de identidade e autenticidade.

No entanto, esse conceito de autenticidade, relacionado a tradições milenares em grupos sociais homogêneos, é uma delimitação que não atende à realidade cultural em países de origem multiétnica e multicultural de constituição recente — a partir do século XVI.

A carta do Cone Sul (1995) recoloca o conceito de autenticidade a partir de uma realidade regional ("peculiar") — a realidade dos povos de países recentes. Segundo esse documento, esses povos estariam submetidos a dois processos considerados complementares — a composição de uma cultura sincretista, por um lado, e de uma cultura de resistência, por outro — configurando-se num sistema cultural que se organiza entre dois polos: a identidade e a diferença.

Esses dois polos se constituem justamente na tensão entre a realidade cultural do Novo Mundo e as tradições do Velho Mundo. A primeira é multiétnica e cultural, com a interferência de várias heranças — no caso latino-americano, a cultura pré-colombiana, a contribuição indígena, o legado europeu, a cultura crioula e mestiça, a africana e a europeia e asiática de origem nas grandes ondas de imigração do século XIX e XX. A *Carta de Brasília* reconhece que em todas essas heranças há um "grau de autenticidade" que deve ser "dimensionado" e que por esse fato não há como legitimar um legado em detrimento de outros.

> A autenticidade desses valores se manifesta, se alicerça e se mantém na veracidade dos patrimônios que recebemos e que transmitimos à posteridade. Com isso estamos afirmando que este grau de autenticidade, implícito em cada legado, deve ser dimensionado em função de ditas heranças. (...) Em um mesmo país não há uma única identidade e podem existir identidades conflitantes. As identidades nacionais continuam em processo de formação, o que dificulta ainda mais o estabelecimento de critérios únicos e invariáveis para o "autêntico".[5]

[5] Carta de Brasília. Documento regional do cone sul sobre autenticidade. Brasília, 1995. (CURY, 2004, p. 324).

Pelos pressupostos do documento, "o tema da autenticidade passa então pelo da identidade" e esta última passa a ser "uma forma de pertencer e participar". O legado dessa Carta é a legitimação de identidade como processo, o que leva à compreensão da autenticidade como processo. Esse reposicionamento da identidade na preservação e conservação, a partir de princípios antropológicos, exige a revisão e a ampliação do conceito de autenticidade, que passa a ter uma qualidade "mutável e dinâmica", "contraditória e plural".[6] Segundo a *Carta de Brasília*,

> a mensagem original do bem deve ser conservada (...) assim como a interação entre o bem e suas novas e diferentes circunstâncias culturais que deram lugar a outras mensagens diferentes (...). Isso significa assumir um processo dinâmico e evolutivo. Assim é que a autenticidade faz alusão a todas as vicissitudes às quais o bem foi sujeito ao longo de sua história e que, contudo, não alteraram seu caráter.[7]

Nesse documento, a autenticidade do bem cultural material é abordada diretamente no caso da arquitetura. A Carta atribui o valor de autenticidade à técnica tradicional que se reproduz de modo fiel ao legado histórico, mesmo que os elementos históricos se renovem – processo denominado "práticas evolutivas". Enfatiza que nesse contexto de substituição de elementos tradicionais por novos deve haver o intermédio ou a garantia da reprodutibilidade das técnicas construtivas tradicionais e ilustra o conceito através do patrimônio vernacular (constituído por materiais efêmeros como a terra e a madeira).

O exemplo que ilustra o conceito ampliado de autenticidade na *Carta de Brasília*, o qual entra em contradição com o conceito etimológico e tácito de autenticidade das cartas de Veneza e de Burra,[8] restringiu-se ao exemplar arquitetônico; no entanto, suscita considerações e desdobramentos sobre a relação de autenticidade em bens culturais móveis

---

6 Idem, ibidem.

7 Idem, ibidem, p. 326.

8 Conceito "intimamente ligado à idéia de verdade: autêntico é o que é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas. (...) nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado." Idem, ibidem, pp. 325-326.



Figura 9 - Litografia oitocentista da filigrana portuguesa. Fonte: Spiegel and Nordmann lithograph. New York Public Library. In: Le costume historique: types principaux du vêtement et de la parure, rapprochés de ceux de l'intérieur de l'habitation dans tous les temps et chez tous les peuples.

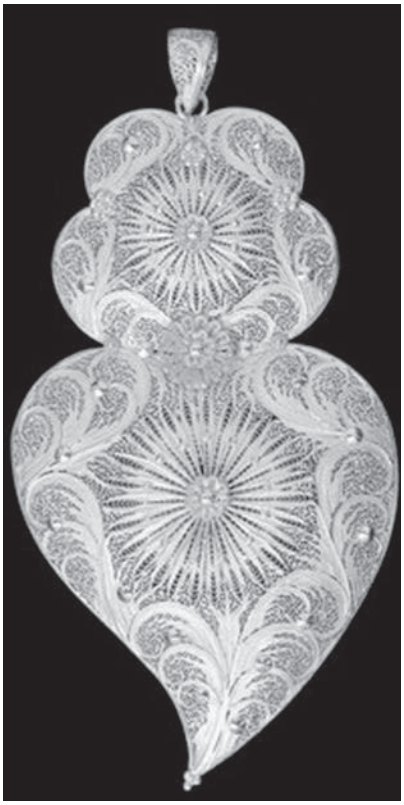


Figura 10 - Pingente lusitano de coração em filigrana, século XIX. Fonte: Acervo do Museu da Ourivesaria Tradicional, Viana do Castelo, Portugal.



Figura 11 - Pingente de coração de Natividade - "Coração Nativitano". Fonte: Foto de Wagner Araújo. Acervo Monumenta.

e nas artes aplicadas das culturas do Novo Mundo. Caberia aos bens móveis – integrados ou não a um exemplar arquitetônico – e aos exemplares de artes aplicadas o conceito de autenticidade como interpretado pelo documento do Cone Sul?

Para continuar este debate, interessa visualizar os detalhes das figuras 9, 10 e 11, que permitem perceber diferenças entre peças produzidas em Portugal e no Brasil.

Observa-se que o coração tradicional da filigrana portuguesa difere do coração produzido em Natividade, na forma, ainda que mantenha o mesmo tema. O coração português manteve, ao longo dos séculos, o seu formato irregular, no qual a sua junção posterior tende para o lado direito ou esquerdo. A armação das hastes é bastante diferenciada em relação ao coração de Natividade. Nas peças portuguesas, a armação é predominantemente exterior, deixando os espaços internos para o preenchimento com complexas tramas de filigrana. Na parte superior do coração, onde o elo para o pingente é soldado, há uma outra armação que equivale a um terço ou metade das dimensões do coração e que se apresenta como dois pequenos corações ou uma flor. O apelo dado pela irregularidade e pela leveza da armação, associado à valorização dos vazios na trama da filigrana, remete a um estilo que poderia ser identificado por "barroco".

O coração produzido em Natividade, por sua vez, é cuidadosamente simétrico: o apuro formal se concentra na regularidade da armação, que, ao contrário do coração da matriz lusa, é valorizada na estruturação da peça. Os espaços internos são preenchidos por fios de filigrana retorcidos, que acompanham o desenho da armação, com poucos espaços vazios na trama da filigrana. Em Natividade, o elo para o pingente é fixado na junção posterior do coração, sem a forma e a estrutura intermediária encontradas nas peças lusitanas.

Não há ainda explicações para a origem dessas variações tipológicas. As peças podem ter iniciado a sua diferenciação ainda no século XVIII na região da cidade de Salvador, de onde vieram os primeiros mestres ourives de Natividade, de acordo com os relatos orais de pessoas da comunidade, o que configuraria uma variação tipológica com origens no contexto da joalheria baiana do século XVIII. Outra possibilidade é a de que as diferenças tenham origem no contexto da produção nativitana entre o final do século XVIII e início do XIX (hipótese que pode ser testada com pesquisas em registros iconográficos e em joias de família), ou ainda, a variação poderia ser mais recente e corresponder a um momento anterior à década de 1980, quando a estagnação econômica da região levou vários ourives a deixar a cidade para trabalhar em outras capitais como Goiás e Brasília, entrando em contato com modelos e formas de joias contemporâneos.

Conclusões

Levando em conta as diferenças entre as tipologias da joia de filigrana de Natividade e do Norte de Portugal e considerando a *Carta de Brasília* — no que se refere ao aspecto de manutenção de uma técnica tradicional aliada à inserção de novos elementos em função da adaptação às condições de acesso ou produção —, o conceito de autenticidade poderia se estender às matérias-primas e técnicas nas artes aplicadas?

Na produção joalheira, assim como nas demais artes aplicadas, o conceito de autenticidade não deve ignorar sua dimensão social, que se manifesta, no exemplo de Veiga, em "compromissos sociais mais ou menos estáveis", com uma correspondente qualidade efêmera. Entretanto, a autenticidade não pode ser limitada à sua dimensão social, mas deve incluir as outras dimensões que compõem o objeto de significação cultural.

A questão da autenticidade na ourivesaria de adorno, e provavelmente nas demais artes aplicadas, não pode se limitar exclusivamente à sua dimensão imaterial (seu processo cultural), tampouco à sua dimensão social (a convenção histórica), técnica (o processo tecnológico de produção), simbólica (os valores sociais compartilhados numa comunidade e atribuídos às joias e suas tipologias), financeira (autenticidade da matéria-prima – ligas de metais preciosos, gemas orgânicas e inorgânicas) ou tipológica (a relação entre a reprodução do cânone e a renovação da tradição). Assim sendo, a autenticidade na ourivesaria de adorno decerto é o resultado dessas variáveis criteriosamente dimensionadas.

É justamente porque a cultura tradicional e popular é um processo no qual há espaços de tensão entre os cânones tradicionais e a necessidade de renovação das expressões, que a criação de uma tipologia normatizada da cultura tradicional e popular é de interesse como registro patrimonial.[9] Logo, a construção de um conceito de autenticidade cultural nas artes aplicadas exige uma perspectiva de escalonamento e graus de autenticidade nas dimensões social, etnográfica,

[9] Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, 1989. (CURY, 2004).

artística, técnica e tipológica do objeto, associada aos instrumentos de salvaguarda, como o inventário.

Ponderando que há necessidade de mais pesquisas que estimulem a identificação das diversas expressões das artes aplicadas dentro do imprescindível rigor técnico e conceitual que caracteriza as sete décadas de atuação do IPHAN, entendo que as consequências para o tombamento e a inscrição de exemplares no Livro de Tombo das Artes Aplicadas e, por conseguinte, para o (re)conhecimento da cultura brasileira, só podem ser positivas e irreversíveis.[10]

Referências

BRUNO, Cristina. Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, n. 10, 1997.

Carta de Brasília. Documento regional do cone sul sobre autenticidade. Brasília, 1995. In: CURY, Isabelle (Org.) *Cartas Patrimoniais.* 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), 2004.

GODOY, Solange. *Círculo das contas:* jóias das crioulas baianas. Bahia: Fundação Museu Carlos Costa Pinto de Salvador, 2006.

GRANATO, M.; SÁ, I. V.; SIQUEIRA, G. K. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil. *Revista do Centro de Preservação da USP*, São Paulo, n. 6, p. 142-169, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (primeira edição: 1936).

LIMA, Ricardo. Artesanato: cinco pontos para discussão. In: Palestra Artesanato Solidário, Central Artesol, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2007.

MACAGNO, Lorenzo. Resenha da obra Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional, de João Leal. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 17 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Thesaurus para Bens Móveis e Integrados*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

10 O Livro de Tombo das Artes Aplicadas do IPHAN contém apenas quatro registros de bens tombados nacionais nessa categoria. O Livro de Tombo de Belas Artes, por sua vez, contém 682 registros, enquanto o Histórico contém 557.

OZANAM, Luís. As jóias dos negros: usuários e artífices nas Minas Gerais do século XVIII. "As jóias dos negros: usuários e artífices nas Minas Gerais do século XVIII". *Revista da Fadom*, Divinópolis, n. 13, p. 1-5, 2003.

VALADARES, José Gianesella. "Ourivesaria". In: ANDRADE, Rodrigo M. F. de (Org.), *As artes plásticas no Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Sul América Seguros, 1952.

VEIGA, Roberto de Magalhães. A "autenticidade" e seus usos. *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2003. Disponível em: <http://publique.rdc.pucrio.br/revistaalceu/media/alceu-n7-Veiga.pdf>. Acesso em: 05/ ago. 2007.

Considerações sobre o nacional e o transnacional dentro das políticas públicas de patrimônio a partir do caso do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro

Simone Toji*



* **Simone Sayuri Takahachi Toji** é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Técnica em Ciências Sociais do IPHAN lotada na Superintendência do IPHAN em São Paulo.

As ações do IPHAN relativas ao Inventário de Referências Culturais (INRC) do Bom Retiro se remetem à questão do reconhecimento das contribuições que imigrantes e estrangeiros deram e ainda dão ao Brasil.

Para entender melhor os desafios e dilemas que tal experiência suscitou para a discussão da questão do nacional no âmbito da realização das políticas públicas de patrimônio, é interessante partir de uma breve apreciação sobre ações de patrimonialização relacionadas à presença imigrante já realizadas anteriormente pelo próprio IPHAN.

No quadro a seguir, podemos ter uma ideia aproximada desses casos:

Quadro 1 – Ações do IPHAN relacionadas à presença imigrante no Brasil[1]

Item	Localização	Instrumento	Ano	Referência
Casarão do Chá	Mogi das Cruzes/SP	Tombamento	1986	Imigração Japonesa
Centro Histórico de Antônio Prado	Antônio Prado/ RS	Tombamento	1990	Imigração Italiana
Roteiros Nacionais da Imigração	Estado de Santa Catarina	Tombamento	2006	Imigração Europeia
Patrimônio da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira	Estado de São Paulo	Tombamento e Registro	Em análise	Imigração Japonesa
Multiculturalismo no Bom Retiro	São Paulo/SP	INRC	2009	Variadas Migrações

Conforme se acompanha por meio do quadro apresentado, todas as ações, com exceção do INRC do Bom Retiro, possuem características muito próximas entre si. De modo geral, tais experiências dizem respeito a processos migratórios do final do século XIX e começo do século XX e estão relacionadas à formação de núcleos coloniais, cujo principal objetivo era realizar a ocupação produtiva do território brasileiro. Além disso, esses casos se remetem a um grupo de nacionalidade homogênea, como grupos de alemães, grupos de italianos, grupos de japoneses.

A dinâmica envolvida nos casos citados está relacionada com a formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, ambas constituintes de um processo no qual a atitude em relação ao estrangeiro era a da necessária "assimilação", principalmente durante a conformação do

[1] Este quadro reuniu experiências que constavam no banco de dados do Arquivo Central do IPHAN e ações realizadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do IPHAN e pela Superintendência Regional do IPHAN em São Paulo.

Estado Novo. Ao mesmo tempo, os estudos científicos brasileiros do final do século XIX e começo do XX trabalhavam com os conceitos de "raça" e "aculturação".

Dentro do conceito de "raça", os imigrantes podiam ser considerados elementos importantes para o "melhoramento" da "raça brasileira" — como era o caso dos imigrantes de origem europeia — ou "nocivos" para a formação da "raça brasileira", já que supostamente poderiam formar "quistos" indesejáveis, como foram os casos das imigrações japonesas e chinesas ao Brasil.

O conceito de "aculturação", de alguma forma, transpôs essas preocupações de "melhoramento" e "perigo" à nação, porém a partir da perspectiva do conceito de cultura. De qualquer modo, a posição colocada aos estrangeiros oriundos das experiências dos núcleos coloniais estabelecidos pela política de imigração nacional era a de que o imigrante teria de necessariamente "se tornar brasileiro".

Retornando ao caso do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro, o recorte da investigação é o multiculturalismo em situação urbana, que se justifica pela particularidade de a região ter abrigado e ainda abrigar a presença de inúmeras levas migratórias em São Paulo ao mesmo tempo.

O Bom Retiro é um bairro localizado próximo ao centro da cidade de São Paulo, no qual a presença migratória está associada principalmente a duas dinâmicas socioeconômicas principais. As primeiras levas de imigrantes estavam envolvidas com as demandas da economia cafeeira, cuja política empregava os estrangeiros como mão de obra nas lavouras ou como elemento de ocupação de novas áreas de produção do café. A instalação da infraestrutura ferroviária, que levava de trem os imigrantes desembarcados no Porto de Santos até o interior do estado e retornava carregado de sacas de café, fez do Bom Retiro um ponto de referência ao consolidar a construção da Estação da Luz em 1867. Algumas famílias imigrantes acabaram por se estabelecer nas redondezas dessa estação. No início do século XX predominavam os grupos de italianos, alemães e espanhóis. Em seguida, outras levas foram chegando, como as de europeus orientais – em sua maioria judeus, armênios e gregos.

Mais recentemente, grupos imigrantes da Coreia do Sul e da América Latina encontraram, na região do Bom Retiro, espaço para o tra-

balho e/ou residência. Esses últimos fluxos migratórios estão vinculados atualmente à dinâmica de produção de roupas e acessórios, que se desenvolveu a partir da presença das levas de imigrantes anteriores, principalmente italianos e judeus.

Diante desse histórico, a região do Bom Retiro e Luz se tornou referência para a fixação de muitos grupos migrantes e imigrantes até a atualidade. É a reminiscência dos grupos que vieram no passado e a confluência dos novos grupos que chegam, suas relações intergrupais e intragrupais, suas tensões e compartilhamentos que se buscou contemplar com o estudo para reconhecimento de patrimônio cultural.

Considerando o largo espectro de imigrações que, de alguma maneira, passaram pela região do Bom Retiro, para a realização do Inventário de Referências Culturais foram selecionados alguns grupos de identidade: os imigrantes e descendentes de ingleses, italianos, portugueses, judeus, armênios, gregos, coreanos, latino-americanos e migrantes nacionais, tendo como parâmetro a presença de instituições sociais desses grupos no bairro. Quando falamos de instituições, referimo-nos à presença de organizações coletivas como igrejas, escolas, clubes, feiras, entre muitas outras variações. A construção desse tipo de referências institucionais, seja no passado ou no presente, revela a importância da região do Bom Retiro para a história desses grupos e a vontade de marcar a existência coletiva de modo mais perene.

Quanto à delimitação territorial do projeto, foi definido como espaço de pesquisa o atual distrito do Bom Retiro, cujos limites principais são o rio Tietê, as avenidas Cruzeiro do Sul e Rudge e as instalações ferroviárias.

O multiculturalismo em situação urbana

Diante do recorte proposto sobre o multiculturalismo em situação urbana e da seleção dos principais grupos de identidades, o problema orientador da ação de patrimonialização dentro do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro é considerar de que modo o estrangeiro contribui para a construção do nacional brasileiro, ao afirmar sua "estrangeirice" e ao colocar em questão a própria noção do nacional por meio da política pública de patrimônio. Os grupos sociais presentes no Bom Retiro não se encontram

> homogeneizados nem diluídos dentro de um caldeirão cultural maior. Ainda não se inventou um mestiço para essas trocas e misturas sociais. O que se estabeleceu foi a ressignificação constante entre o pólo do que é ser brasileiro e o pólo do que é ser estrangeiro, reconstruindo o sentido do que é ser coreano, grego, latino-americano, judeu, italiano, armênio ou nordestino na cidade de São Paulo (TOJI, 2007, p. 13).

A reelaboração das presenças coletivas na região do Bom Retiro aponta para um processo de construção de identidades abertas que pode ser expressa pela noção de hibridação (HALL, 1997; BHABA, 1998; CANCLINI, 1997). Nessa perspectiva, os significados culturais e identidades se apresentam em constante fluxo e negociação, numa dinâmica aberta aos indivíduos que deles participam. Assim, a elaboração de diferenças culturais não é estática ou se cristaliza em supostas tradições. Muitas vezes, esses processos de produção de identidades se encontram num movimento conflitivo de significados dentro dos próprios coletivos.

Desse modo, um indivíduo pode construir uma noção de identidade que reúna elementos "clássicos" de pertencimento a um determinado grupo, como, por exemplo, a concepção de ser judeu. Então ele participa de uma sinagoga, come apenas comida *kosher*[2] , veste-se ritualmente no dia a dia, comemora o *Pessach*[3] e respeita o *shabat*.[4] Por outro lado, uma pessoa pode não participar de nenhum estabelecimento religioso, comer no restaurante de comida grega, participar do *Pessach* na casa de parentes, frequentar uma escola católica e, ainda assim, identificar-se como sendo de pertencimento judaico. Não há relações de obrigatoriedade entre elementos e sentidos culturais.

Ao mesmo tempo, a situação urbana acrescenta particularidades às reelaborações sociais no Bom Retiro, pois por ela perpassam também processos de individualização e cosmopolitismo (SIMMEL, 1987), de multiplicidade de papéis e construção de trajetórias vividas pelo indivíduo (VELHO, 1994).

---

2 Alimentos ritualmente adequados para o consumo dos judeus religiosos.

3 Evento de 'Páscoa' que relembra a libertação dos judeus, em sua fuga do Egito, onde eram tratados como escravos.

4 O dia do descanso, que se inicia com o poente da sexta e se prolonga até o poente do sábado.

Assim sendo, os processos de hibridação no plano da negociação de identidades, aliados aos processos da dinâmica urbana, revelam, no caso do Bom Retiro, que não há a consolidação de grupos étnicos ou nacionais homogêneos. As trajetórias individuais se tornam mais significativas dentro dos fluxos da metrópole, pois os indivíduos são convocados a acionar escolhas e possibilidades muito mais abrangentes que somente uma determinada referência grupal limitada.

O processo de hibridação dos elementos culturais, por não se estabilizar numa noção de cultura nacional homogênea, diz respeito, então, aos significados que são constantemente negociados pelos diferentes membros, essas fronteiras culturais nas quais são recriados, alargados, trocados, sublinhados, esmaecidos os sinais de pertencimento. Desse modo, os grupos e a cultura se mostram numa dinâmica aberta e intensa.

Cultura como negociação de identidades

Conforme assinala Fonseca (2000), a noção de "referência cultural" está vinculada à configuração de "identidades". O autor salienta que

> falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma "identidade" da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos 'fazeres' e 'saberes', às crenças, hábitos, etc.
>
> Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica.
>
> O ato de apreender 'referências culturais' pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas como também a elaboração de relações entre elas, e a construção de sistemas que 'falem' daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo.

> Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também de intérpretes de seu patrimônio cultural. (FONSECA, 2000, p. 87)

Selecionamos um exemplo de apresentação de referência cultural dentro do Bom Retiro para mostrar de que modo alguns grupos acionam esses recursos culturais para realizar a necessária negociação de seus pertencimentos e de como pretendem ser reconhecidos. Traremos uma referência cultural dos grupos imigrantes coreanos.

Os chamados "coreanos" são grupos que estão interligados com outros na região do Bom Retiro por meio de relações de trabalho, dentro da dinâmica econômica da indústria e do comércio, da confecção de roupas e afins. De modo geral, grupos de coreanos estão associados como donos de unidades de confecção, grupos de bolivianos como trabalhadores em oficinas de costura na cadeia de produção e os grupos chamados de "nordestinos" atuam como empregados no comércio local.

A expressão cultural recorrentemente apontada pelos próprios grupos de coreanos e descendentes, como representativa de sua particularidade, é a chamada dança coreana. Interessante notar que eles não se referem a uma dança coreana da Coreia do Sul ou da Coreia do Norte. Sabemos que existe uma divisão política e até um conflito entre esses dois países, porém, no Brasil, a imagem que esses imigrantes e descendentes insistem em difundir é de uma "Coreia única". É até tabu falar com muitos deles sobre o conflito entre as duas Coreias. Por isso, a dança coreana é apenas "coreana".

Existe, então, um grupo de dança, organizado por uma professora sul-coreana, justamente no Bom Retiro. Para acompanhar como a expressão dessa dança faz a construção de uma "Coreia única", temos de recorrer à comparação com o que é feito na Coreia do Sul e o que é feito no Brasil.

Na Coreia do Sul, os professores de dança de reconhecido talento são chamados mestres e são considerados "tesouros vivos da humanidade". Cada mestre de dança possui seu próprio estilo de dança e deve ensinar apenas esse estilo. Há uma variedade desses estilos de dança, como a xamanista, a budista, a confucionista, a palaciana, a folclórica, a popular (que são danças regionais) e a com máscaras, segundo informação da professora sul-coreana da escola de dança do Bom Retiro.

A professora de dança do Bom Retiro é considerada pelo próprio governo sul-coreano quase como uma "embaixadora" da cultura coreana e, por isso, a ela é permitido aprender vários estilos de dança com mestres diversos. Ela retorna à Coreia do Sul regularmente para passar temporadas aprendendo e/ou aprimorando sua arte. Um aprendiz na Coreia do Sul seria muito malvisto se realizasse seu aprendizado com mais de um mestre ao mesmo tempo, pois cada um deve ser especialista somente em um dos estilos. Mas para a professora de dança sul-coreana que mora no Brasil, aprender vários estilos de dança é uma questão de representar o que é ser "coreano".

A dança coreana realizada no Brasil é um mosaico de estilos diferentes de danças tradicionais da Coreia do Sul. As apresentações realizadas pela escola de dança do Bom Retiro podem se iniciar com uma dança no estilo popular, passar pelo estilo budista e terminar com uma coreografia do estilo palaciano. Para audiências brasileiras, a expressão realizada pela citada escola de dança tenta se legitimar como dança coreana, uma totalidade que não existe em seu país de origem. Isso faz sentido como uma posição de se apresentar como diferente diante do nacional brasileiro. Para se situar dentro do ambiente brasileiro basta ser coreano e não sul-coreano ou norte-coreano.

Conforme apresentado, os elementos culturais estão em transformação, porque as identidades estão em negociação e sendo reelaboradas conforme as posições sociais estabelecidas. Aqui acompanhamos uma forma outra de se posicionar frente à sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se marca uma identidade de como se mostrar "de fora", dentro da sociedade nacional.

De modo geral, as levas migratórias mais antigas e seus descendentes, como os judeus, gregos e armênios, concentram a afirmação de sua diferença na prática religiosa Os judeus o fazem por meio da presença em suas sinagogas e da manutenção dos hábitos religiosos que envolvem seu dia a dia; assim também gregos e armênios, que comparecem como membros de suas respectivas igrejas cristãs de orientação ortodoxa. Por outro lado, as levas migratórias mais recentes e seus descendentes, como os grupos coreanos e latino-americanos, realizam a afirmação de sua diferença principalmente por meio de manifestações culturais. No que se refere aos grupos coreanos, já vimos o caso da dança coreana. Para

os grupos bolivianos são importantes as chamadas "fraternidades", que são grupos de música e dança organizados por eles próprios, e também o espaço de sociabilidade da chamada "Feira Kantuta", na qual imigrantes e descendentes latino-americanos podem se encontrar, comprar produtos de suas terras natais e saborear quitutes "típicos".

Diante do exposto, é possível reconhecer o caráter particular do projeto do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro, quando comparado com outras ações de reconhecimento da presença imigrante realizadas pelo IPHAN. No caso do INRC Bom Retiro, verificamos a confluência de sucessivas levas migratórias, as temporalidades diferenciadas, porém interrelacionadas, a situação cosmopolita e a necessidade de se atentar para as relações intergeracionais e interétnicas entre os grupos envolvidos. Ao mesmo tempo, a experiência histórica vivida no Bom Retiro acompanhou a transformação do Estado brasileiro para uma concepção de Estado regulador, que garante os direitos e deveres dos cidadãos, por meio principalmente do marco legal da Constituição de 1988. Nessa perspectiva, é colocada a possibilidade aos imigrantes de "permanecerem enquanto estrangeiros".

Desse modo, a problemática que emerge dessa ação de patrimonialização é: de que modo o estrangeiro contribui para a construção do nacional brasileiro, ao afirmar sua "estrangeirice" e ao colocar em questão a própria noção do nacional?

Do multiculturalismo à transculturalidade: sobre o visível e o invisível dentro da dinâmica de produção capitalista contemporânea

Como já mencionado anteriormente, a dinâmica da indústria de confecção de roupas realiza o multiculturalismo atualmente por meio da cadeia produtiva. De uma maneira muito geral, é possível considerar que imigrantes judeus e seus descendentes possuem a propriedade da maioria dos imóveis comerciais na região, os imigrantes e descendentes de coreanos alugam ou compram tais imóveis e investem na abertura de confecções de roupas, enquanto os imigrantes e descendentes de latino-ameri-

canos trabalham na fase de costura das peças de roupas, terceirizando seus serviços. Descendentes de italianos, gregos e armênios muitas vezes também aparecem como proprietários de confecções mais antigas.

Dentro desse movimento produtivo existe o lado do visível e o do invisível. O lado visível diz respeito à vitalidade e ao dinamismo da confecção de roupas, apontada pela organização de lojistas local como responsável por cerca de um terço da produção nacional e pela circulação de compradores provenientes de todas as partes do Brasil e até mesmo de países africanos. A rua José Paulino seria a principal referência dessa dinâmica, celebrada também por meio de desfiles de roupas no "Bom Retiro Fashion Business", evento que sinaliza o desejo de tornar essa atividade socialmente reconhecida.

Ao mesmo tempo, o sucesso do empreendimento empresarial e comercial local se reflete na consolidação da expressão de identidade de alguns grupos presentes no Bom Retiro, principalmente judeus e coreanos.

Por outro lado, o invisível diz respeito ao âmbito da informalidade e da ilegalidade que fazem parte da dinâmica de produção de roupas na região do Bom Retiro. Como expressão mais contundente desse lado obscuro está a realização do trabalho análogo ao de escravo relativo às oficinas de costuras terceirizadas, que empregam muitas vezes migrantes latino-americanos, aproveitando-se da situação de fragilidade deles. Esses migrantes normalmente se encontram em situação irregular no país porque não portam os documentos necessários para sua entrada legal. Por isso, muitas vezes ficam sujeitos a pagamentos irrisórios e a jornadas de trabalho extensas, fora dos parâmetros da dignidade humana do trabalhador nacional.

Concomitante, existe a percepção dos grupos latino-americanos de enfrentarem situações de preconceito e discriminação em ambientes cotidianos, como escolas e órgãos públicos, devido à sua situação de estrangeiros ilegais.

A dinâmica do capitalismo atual, que se expressa por meio da indústria de confecção de roupas no Bom Retiro, é a que coloca em circulação capital, bens e pessoas em âmbito mundial. Os investimentos muitas vezes são feitos por migrantes coreanos, o trabalho intensivo na costura provém em sua maioria da mão de obra de migrantes latino-americanos e a importação e exportação de peças de roupas se

mostram como operações necessárias e fáceis. Porém, tal movimento intenso de capital, objetos e pessoas requer que se incorpore, dentro da cadeia de produção, o lado obscuro da informalidade e da ilegalidade. O capital investido ou ganho dos empresários coreanos nem sempre figura como de origem lícita, além do que a situação fiscal de muitas confecções por eles administradas nem sempre é confiável. A necessidade de mão de obra barata para movimentar a cadeia de produção das confecções de roupas também facilita o emprego de trabalhadores latino-americanos, que aceitam pagamentos ínfimos diante de sua condição de "ilegais".

José de Souza Martins (2009) analisa as relações implicadas nas frentes de expansão e pioneiras no norte do país, nas quais também se configura o trabalho análogo ao de escravo no processo moderno de ocupação de áreas remotas do Brasil. A partir de tal apreciação, consideramos que a dinâmica que se expressa na produção de roupas na região do Bom Retiro acaba por criar "fronteiras invisíveis", envolvendo o estabelecimento do que seja "pessoa" e "não-pessoa" nesse processo. No caso do Bom Retiro, os grupos que se sentem mais afetados por tal fronteira social e cultural e pelo sentimento de ser uma não-pessoa no Brasil são justamente os latino-americanos. O sistema de produção de roupas se mostra perverso na medida em que permite que imigrantes que não possuam os documentos necessários para se estabelecer no país não sejam considerados como sujeitos de direito e, assim, como não-pessoas. São como "não-pessoas" que esses imigrantes passam a ser degradados em sistemas de trabalho análogo ao de escravo.

Não é a toa que os representantes dos grupos latino-americanos são os mais interessados numa ação de patrimonialização do IPHAN na região do Bom Retiro, já que são os grupos mais frágeis e que procuram se fortalecer perante a sociedade nacional. O momento em que eles mais se sentem como "pessoas" no Brasil é justamente na expressão de suas particularidades culturais, como nas fraternidades ou nos encontros na Feira Kantuta. Por isso, os imigrantes e descendentes latino-americanos reivindicam um reconhecimento integral como "pessoas" no território brasileiro e, para isso, solicitam também a regularização da sua situação de estrangeiros com direitos plenos, baseados nos postulados dos Direitos Humanos.

Como se vê, os migrantes que mais recentemente chegaram à região, como os latino-americanos, não se interessam por se tornar brasileiros; eles querem manter sua identidade como estrangeiros, porém, como sujeitos portadores de direitos. Para realizar tal reconhecimento integral dos estrangeiros como "pessoas", uma ação de patrimonialização pelo Estado deve contemplar, ao mesmo tempo, a valorização das referências culturais desses grupos e a garantia do exercício pleno dos direitos dos estrangeiros, pautando-se no marco dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, o projeto de Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro recomendou a realização do pedido de registro sobre a confluência cultural dos variados grupos como patrimônio cultural de caráter imaterial. Além do reconhecimento oficial da dinâmica de ressignificação dos pertencimentos culturais locais por meio do pedido de registro, estão em elaboração dois projetos de ação: um referente à inclusão do tema da transculturalidade nos currículos das escolas locais e outro relacionado à necessidade de criação de um selo de sustentabilidade social para sinalizar a necessidade de tornar a cadeia produtiva da confecção de roupas mais justa.

Se o termo multiculturalismo se remete à situação de ausência de interlocução e diálogo entre os grupos de identidade presentes no Bom Retiro, a consecução de uma política pública de patrimônio na região deve ter em vista a transformação dessa situação para a realização da transculturalidade como possibilidade de estabelecer a troca e o respeito necessário para a convivência entre os sujeitos das diversas culturas.

Desafios da transculturalidade para o Estado nacional

Segundo se discutiu a partir do caso do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro, é possível traçar alguns elementos gerais que o tema da transculturalidade coloca como questão ao nacional:

1 - O nacional deve assumir seu papel como articulador do universal, na medida em que cada vez mais na atualidade o marco dos Direitos Humanos passa a ser reivindicado como orientador da regulamentação nacional.

2 - O nacional deve avaliar as formas de integração ao global, garantindo a contínua circulação de bens, informações e pessoas, porém, de modo digno e justo.
3 - O nacional deve admitir-se enquanto imbuído do transnacional, considerando a garantia de se reconhecer o estrangeiro, constituindo-o com dignidade humana, mesmo que ele opte por não se tornar nacional.

Diante de todas essas questões, sugerimos pensar o nacional não apenas como unidade, mas também como fluxo em uma rede mais ampla.

Referências

BAHBA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, Antônio (Org). *O espaço da diferença*. Campinas/São Paulo: Papirus, 2000.

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas.* São Paulo: Edusp, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio Imaterial:* Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN/ MINC, 2ª edição, 2003.

GLUCKMAN, Max. *Essays on the ritual of social relations.* Manchester: Manchester University Press, 1975.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP7A, 1997.

_____. *Da diáspora - identidades e mediações culturais:* a questão multicultural. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira:* a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

TOJI, Simone. Bom Retiro: o multiculturalismo dentro e fora da sala de aula. In: SCIFONI, Simone (Org). *Bom Retiro:* memória urbana e patrimônio cultural. São Paulo: 9ª Superintendência Regional/IPHAN, Ministério da Cultura, 2007.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose:* antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

A questão do nacional no IPHAN. Conclusões



A III Oficina de Pesquisa do IPHAN avançou mais um passo na compreensão do papel da instituição como produtora e fomentadora de conhecimento. Tal percepção só foi possível na medida em que os profissionais que dão corpo à instituição se propuseram a refletir sobre a prática na qual estão inseridos e sobre a qual são responsáveis. Nesse sentido, ao se lançar um olhar sobre as questões relacionadas pelos Grupos de Trabalho é coerente que se perceba um tema comum que perpassou as discussões realizadas: a necessidade de reestruturação e fortalecimento institucional, a partir não só da ampliação da noção de patrimônio cultural, mas também do entendimento do papel do técnico e da própria instituição.

Unidade na Diversidade

Dos grupos que consolidaram suas discussões - "Patrimônio, Estado e Território" e "Nacional e regional, local e mundial" - percebe-se que encontrar a "unidade na diversidade" é um desafio colocado por todos, na medida em que, atualmente, não é mais possível pensar em um patrimônio nacional concebido de forma homogênea, expressão de uma identidade determinada, mas sim em patrimônios representativos de identidades múltiplas, partes de um todo constituído como um mosaico. Como sintetizado por um dos grupos, trata-se de uma investigação sobre o sentido do "nacional", que tanto pode ser interpretado como a soma das partes ou como uma articulação entre elas, em um processo permeado de embates e conflitos. Seja como for, ambas as perspectivas são construções e consensos, discursos que passam a ser identificados com uma narrativa sobre patrimônio.

Historicidade do campo do patrimônio cultural

Reconhecer o campo do patrimônio como um lugar investido de uma historicidade, ou seja, que se constitui no tempo e no espaço, é, portanto, fundamental. Somente a partir desta perspectiva crítica é possível relativizar o lugar da instituição e o papel daqueles que atuam a partir da sua estrutura e avançar no entendimento sobre os sentidos do patrimônio cultural.

Ainda existe um descompasso entre o poder público e a dinâmica social na preservação do patrimônio cultural, especialmente perante fenômenos transnacionais como as migrações e os fluxos cada vez mais intensos da economia e da cultura, que deve ser considerado visando orientar novos trabalhos na atualidade.

Territorialidade, referência cultural e relações institucionais

Que as manifestações culturais estão circunscritas a uma dada territorialidade; que é preciso problematizar o processo de atribuição de valor; discutir a noção de referência cultural; ou mesmo aperfeiçoar a relação com os instrumentos disponíveis e com outras instituições envolvidas com a preservação do patrimônio cultural, são questões que hoje se impõem dentro e fora da instituição. Externamente, na medida em que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, estabeleceu um novo referencial de patrimônio, baseado não mais na excepcionalidade, mas na representatividade: defender e valorizar; produzir, promover e difundir; formar e gerir; democratizar e valorizar a diversidade étnica e regional, são itens que sistematizam demandas sociais com força de lei. Internamente, na forma do Decreto 6844, de 7 de maio 2009, que reorganiza a instituição. Esta organização deve atender às demandas dos agentes sociais que transparecem não apenas na política do patrimônio imaterial – cuja proposta prevê o diálogo com os grupos sociais interessados na preservação de suas práticas culturais – mas igualmente na gestão do patrimônio tombado e nas suas diversas ações. Em última instância é importante refletir sobre a estrutura institucional incluindo a relação entre a área central e as superintendências do IPHAN, além das discussões sobre os valores e as referências nacionais e regionais.

Processos compartilhados de patrimonialização

A emergência de novos agentes sociais, portadores de novos valores e referências, repercute na prática institucional, demandando um novo lugar para o técnico. Se, no passado, os intelectuais que organizaram

o IPHAN elegeram o barroco como a síntese de um patrimônio nacional, no presente, grupos sociais distintos reivindicam o reconhecimento de manifestações culturais diversas, cabendo à instituição uma reflexão sobre o processo de patrimonialização. O que é patrimônio cultural, em que medida ele representa uma identidade e qual a melhor forma de preservá-lo, são algumas das questões que não podem mais estar ausentes da perspectiva do profissional contemporâneo ligado à área de patrimônio.

Fronteiras

Ao final do encontro, chamou-se a atenção para um tema que permeava todas as discussões relativas ao valor nacional: as fronteiras. Estiveram presentes ao longo dos debates as fronteiras interinstitucionais, como a manutenção da dicotomia entre o patrimônio de natureza material e imaterial; entre territórios considerando aqueles delimitados politicamente e os culturais, afetando muitas vezes os procedimentos entre unidades do IPHAN e entre a instituição e os poderes locais; métodos de trabalho que levam fragmentação dos objetos de estudo em razão da aplicação de instrumentos, como inventários temáticos; entre os olhares das distintas áreas de conhecimento, que trazem o desafio da interdisciplinaridade. Decidiu-se então que o tema da IV Oficina de Pesquisa do IPHAN abordaria o tema fronteiras como lugar de encontro, de troca, e diálogo para o enriquecimento das formas de percepção dos objetos, mas também de conflitos e disputa que devem ser compreendidos como legítimos nos processos de atribuição de valor de patrimônio.

Índice de Figuras

Página 11 - Detalhe do Desenho da Serra de Santo Antônio do Itambé. Fonte: Altino Barbosa Caldeira.

Página 21 - Festa tradicional (Cavalhadas). Pirenópolis/GO. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Processo de tombamento.

Página 35 - Detalhe. No Rio Botafogo, a pouca profundidade permite que os barqueiros empurrem o “cocho”, barco em forma de caixa, encontrado unicamente nesta localidade. Fonte: Carmen Muraro.

Página 51 - Vista de Ouro Preto em 1953. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Planos e Projetos. Album 62.

Página 67 - Teatro Municipal (antigo Cine-Teatro Central) Juiz de Fora/MG. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Processo de tombamento.

Página 91 - Detalhe projetos de pesquisas arqueológicas autorizadas
ou permitidas nas mesorregiões paraenses. Fonte: Sepof, 2005/Dados gerados pelo estudo.

Página 115 - Vista do Forte Coimbra. Corumbá/MS. Foto de Edgar Jacinto Silva, 1975. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Página 135 - Detalhe. Paisagem do chá. Registro/SP. Foto de Ricardo Gomes.

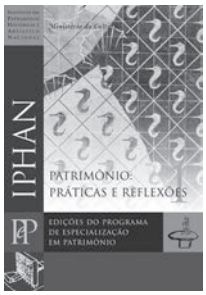
Página 155 - Armazém de estocagem. Fordlândia/PA. S/a, s/d. Disponível em: <fordlandia.com>.

Página 165 - Detalhe da Estação Central do Recife – Estrada de Ferro Central de Pernambuco. Fonte: Maria Emília Freire.

Página 177 - Detalhe de litografia oitocentista da filigrana portuguesa. Fonte: Spiegel and Nordmann lithograph. New York Public Library. In: Le costume historique: types principaux du vêtement et de la parure, rapprochés de ceux de l'intérieur de l'habitation dans tous les temps et chez tous les peuples.

Página 195 - Dançarina coreana. Bom Retiro/SP. Arquivo da Superintendência do IPHAN em São Paulo.

Volumes publicados



PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES 1

EDIÇÕES DO PROGRAMA
DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO - 2007



PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES 2

ANAIS DA I OFICINA DE PESQUISA:
A PESQUISA HISTÓRICA DO IPHAN



PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES 3

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO
ARTIGOS (2005 E 2006)



PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES 4

II OFICINA DE PESQUISA: METODOLOGIA DE PESQUISA
E MULTIDISCIPLINARIDADE NO IPHAN

Impresso no Rio de Janeiro, em setembro de 2010,
por Flama Ramos Acabamento e Manuseio Gráfico Ltda.,
para a Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação,
Departamento de Articulação e Fomento,
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.